



OVAR
CÂMARA
MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE OVAR _2021

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
REUNIÃO DE 20/04/2022
DELIBERAÇÃO Nº 225/2022
Deliberado, por maioria, com os votos contra
dos senhores Vereadores eleitos pela lista do
Partido Socialista, aprovar o Relatório de Gestão
e Contas do Município de Ovar de 2021, e
remetê-lo à Assembleia Municipal.

Este foi deliberado, por unanimidade, aprovar os
seguintes dados:
Total do Ativo (155.302.987,43 euros); Património
líquido (138.241.551,56 euros) e Passivo (17.061.435,87 euros);
Total do Património Líquido e Passivo (155.302.987,43 euros);
Demonstração do resultados (DR): os Rendimentos
Totalizam (29.317.766,64 euros) e os Custos (36.193.509,82 euros);
O resultado líquido da operação é de (-6.875.743,18 euros);
Demonstração fluxos caixa: Investimentos (37.298.192,16 euros)
e Pagamentos (30.724.293,27 euros); Demonstração do
desempenho orçamental - DDO (Recasamentos de 41.475.511,75
euros - inclui o saldo de gestão anterior) (Pagamentos de
30.724.293,27 euros); desempenho orçamental de despesa:
saldos iniciais de 47.442.825,96 euros e saldos finais
de 30.724.293,27 euros; desempenho orçamental de receita:
saldos iniciais de 47.442.825,96 euros; saldos finais
de 41.475.511,75 euros; Operações de Tesouraria: Saldos
iniciais de 1.247.130,66 euros; saldos finais de
1.439.556,01 euros.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OVAR
REUNIÃO DE 06/05/2022
DELIBERAÇÃO
Deliberado Aprovar, com 18 votos a favor,
13 votos contra e 1 abstenção dos 32 presentes,
sendo 18 votos a favor do GM do PSD, 9 votos contra
do GM do PS, 2 votos contra do GM Movimento 2030,
1 voto contra do GM do CDS-PP, 1 voto contra do GM
do BE e 1 abstenção do GM do PCP, nos termos do
"Relatório de Gestão e Contas do Município
de Ovar de 2021" - Deliberação de Câmara
Nº 225/2022 de 20.04.2022.

gm
x
f.
B
A
A
A

Mensagem do Presidente

Com total entrega e transparência, prestamos contas aos nossos concidadãos sobre o desempenho do Município de Ovar no ano de 2021.

Para o Município de Ovar, mais do que um dever, a prestação de contas é uma missão que abraçamos com orgulho. Pois é orgulho que sentimos pelo trabalho realizado em prol do Povo Vareiro.

Em 2021, tal como o temos feito a cada segundo desde 2013, colocámos tudo o que somos e sabemos ao serviço de Todos.

Inspirados por esta nobre missão que é servir a nossa comunidade, entregamo-nos até ao limite das nossas capacidades para proporcionar mais e melhor qualidade de vida a Todas e a Todos os que vivem, trabalham, estudam, visitam e investem no Município de Ovar.

Uma missão que desempenhámos com a entrega total, apesar das dificuldades e constrangimentos encontrados ao longo do caminho.

Como é do conhecimento de todos, 2021 trouxe consigo a continuação do combate à pandemia da doença COVID-19, o que exigiu uma atuação focada e decisiva no plano da saúde pública para se continuar a encontrar respostas rápidas e eficazes, que exigiram a prontidão e a manutenção da colaboração da Câmara Municipal, de entre as quais cumpre destacar o Centro de Vacinação.

Tal como em 2020, o Povo Vareiro soube ser um exemplo e uma referência para o País.

Respeitou, cumpriu e compreendeu.

Com a sua postura corajosa e determinada, o Povo Vareiro ajudou a Salvar Vidas.

O contexto pandémico, com o conseqüente agravamento da crise económica e social, foi o pano de fundo do ano de 2021 e motivou uma atuação decidida e focada por parte do Município para acudir a quem mais precisava.

Dentro daquelas que são as nossas capacidades financeiras, e muitas vezes transpondo a fronteira do que são as nossas competências diretas, não deixámos ninguém para trás.

Continuamos a compatibilizar a saúde financeira da Autarquia com a prestação de apoios sociais, económicos e de variada índole: às pessoas, às empresas, às coletividades e às instituições do concelho.

Somos Pessoas de Contas Certas.

Temos consciência de que é a excelente situação financeira do Município que permite encontrar respostas abrangentes para as necessidades excecionais que surgem no exercício da gestão autárquica. Se fomos capazes de acudir a quem precisou – reduzindo a carga fiscal municipal, atribuindo apoios sociais e lançando programas de apoio económico –, tal deveu-se à gestão criteriosa, rigorosa e responsável que temos adotado desde 2013.

Fruto dessa gestão criteriosa, pese embora os constrangimentos encontrados pelo caminho, conseguimos, em mais um ano de particular dificuldade, continuar a incrementar o índice de felicidade dos nossos concidadãos.

Essa foi a missão que nos impeliu, o desafio que nos estimulou e a energia que nos moveu.

Concluímos obra. Lançámos obra. Planeámos obra para futuro. Ajudámos famílias, empresas, instituições, coletividades. Investimos nas Pessoas e no seu futuro. Melhorámos comunidades, proporcionámos esperança e traduzimos em realidade concreta aquilo que antes eram apenas sonhos.

Continuámos a fazer do Município de Ovar um «Território de Emoções» e de Igualdade de Oportunidades, com a mesma entrega, dedicação e coragem de todos os anos antecedentes.

Não por 2021 ter sido o ano de conclusão de um ciclo eleitoral, mas por ser essa a nobre missão à qual nos temos dedicado a cada segundo desde 2013, fruto da confiança do Povo Vareiro.

Como esta Prestação de Contas evidencia, 2021 foi um ano que permitiu conjugar o desenvolvimento integrado do território, o investimento nas Pessoas e a salvaguarda dos indicadores de excelência financeira da Autarquia.

A conjugação de indicadores financeiros robustos com a nossa vontade de agir, aliados à confiança do Povo Vareiro, fazem-nos encarar o futuro com otimismo, na certeza de que não resolvemos todos os problemas em 2021, mas demos o nosso melhor com o intuito de melhorar a qualidade de vida de Todas e de Todos e incrementar a sua Felicidade.

Esta Prestação de Contas é também reflexo do trabalho dos trabalhadores do Município de Ovar, a quem agradeço pela colaboração, esforço e dedicação, em prol da construção de um território cada vez melhor. Em particular, impõe-se um agradecimento a todos os que colaboraram na concretização do documento que agora apresentamos e que ao longo do ano possibilitaram que os nossos desafios e objetivos se tornassem realidade, com rigor, seriedade e no respeito pela legalidade.

A construção de um território melhor depende de todos. Também por isso, o nosso muito obrigado a todos os Cidadãos, Autarcas, Instituições, Empresas, Coletividades e forças “vivas” da nossa comunidade, que contribuem para o desenvolvimento do Município.

O Desenvolvimento do Município de Ovar é obra de Todos!

A Todos, o nosso sincero obrigado!

Viva o Município de Ovar!

Ovar, abril de 2022

O Presidente da Câmara Municipal | Salvador Malheiro

Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Principais Atividades – Eixos Estratégicos	8
3.	Recursos Humanos	16
4.	Contabilidade e Relato Orçamental.....	23
4.1.	Enquadramento Teórico-Legal	23
4.2.	Análise ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021.....	24
4.2.1.	Orçamento Inicial, Modificações Orçamentais e Execução Orçamental.....	24
4.2.2.	Análise à Execução Anual do Orçamento e GOP do Município de Ovar	27
5.	Análise Financeira	60
5.1.	Enquadramento Teórico-Legal	60
5.2.	Demonstrações Financeiras.....	61
5.2.1.	Análise ao Balanço.....	61
5.2.2.	Análise à Demonstração de Resultados por Naturezas.....	79
5.2.3.	Demonstrações das Alterações no Património Líquido	121
5.2.4.	Fluxos de Caixa/Movimentos Financeiros.....	122
6.	Indicadores de Gestão	126
6.1.	Indicadores Económico-Financeiros.....	126
6.2.	Indicadores Orçamentais	130
7.	Dívida Total.....	133
8.	Contabilidade de Gestão	139
9.	Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	143
10.	Demonstrações Financeiras	144
11.	Anexo às Demonstrações Financeiras	148
12.	Certificação Legal de Contas	211

Introdução



1. Introdução

As Demonstrações Financeiras, enquanto principais elementos do relato financeiro, são preparadas por uma entidade contabilística denominada entidade de relato. De acordo com a estrutura conceptual do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma entidade de relato pode ser uma entidade pública juridicamente independente ou simplesmente uma área de atividade incluída numa entidade.

Para que uma entidade seja considerada entidade de reporte, um dos requisitos principais é que prepare relatórios financeiros de finalidade geral e tenha a capacidade de obter e gerir recursos para o seu fim e de prestar serviços públicos eficazes e eficientes. Em resultado da utilização de recursos, deverá reportar a obtenção destes através do relato financeiro, do qual as demonstrações financeiras constituem parte.

As Autarquias Locais são entidades que se pautam pelos princípios de autonomia, subsidiariedade e descentralização, concedendo-lhes o poder administrativo e o poder político, pelo que se inserem nas entidades públicas sujeitas a relato financeiro de finalidade geral, não obstante ao legalmente consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), “(...) como pessoas colectivas territoriais dotadas de Órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.” (artigo 236.º da CRP).

Deste modo, as Autarquias Locais são entidades de relato sujeitas à execução de contabilidade orçamental, financeira e de gestão, que obriga a prestar contas, contendo demonstrações de relato orçamental e também demonstrações financeiras.

As Demonstrações Orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade, sendo os seus objetivos os de proporcionar informação acerca do

orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. O relato orçamental visa assim proporcionar aos utilizadores, informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e se os recursos foram obtidos e usados conforme os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros legalmente estabelecidos.

As demonstrações financeiras são definidas como uma representação estruturada da posição financeira e desempenho financeiro da Autarquia e têm como principal objetivo fornecer informações sobre o desempenho financeiro, a posição financeira e as alterações à mesma, que seja útil para um grupo heterogéneo de utilizadores, que possam tomar decisões com base nelas.

No final de cada exercício económico (coincidente com o ano civil), há que preparar o fecho das contas do período e proceder à emissão das devidas demonstrações orçamentais e financeiras. Com a adoção do SNC-AP, em 2020, deu-se uma mudança significativa de paradigma na contabilidade pública, que visa para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível nacional, como europeu e internacional.

Num mundo em constante mudança, e numa fase particularmente adversa, devido à pandemia da doença COVID-19, a informação disponibilizada pelas Autarquias, assume especial relevância. A informação contabilística corresponde ao espelho matemático e esquemático da sua realidade, sendo um instrumento para a gestão e para a avaliação e reflexão dos Municípios.

Em suma, a gestão financeira assume particular importância na autonomia local, pelo que se demonstra neste Relatório de Gestão e Contas, as prioridades de gestão autárquica assumidas para o exercício de 2021 (Relatório de Gestão), bem como a forma como os meios financeiros foram alocados, numa ótica de análise às respetivas demonstrações orçamentais e financeiras (Relatório de Contas).

A Prestação de Contas

Os objetivos do relato financeiro no setor público, entendem-se como o documento de prestação de contas anual e individual de uma determinada entidade pública de reporte e visam proporcionar informação útil para um conjunto diversificado de utilizadores das demonstrações financeiras. Esta informação é tanto mais útil quanto mais satisfizer as necessidades dos seus utilizadores e, de um modo geral, agrupam-se em necessidades de informação para efeitos de responsabilização pela prestação de contas – *accountability* – e necessidades de informação para tomadas de decisão.

Prestar contas de forma responsável obriga as entidades públicas a demonstrar como foram utilizados os recursos colocados à sua disposição para a prestação de serviços aos cidadãos, bem como, a forma como esses recursos foram utilizados no que diz respeito ao cumprimento da lei, regulamentos e demais normativos que regem os seus serviços e operações.

No que diz respeito ao processo de prestação de contas e aos procedimentos inerentes específicos, uns decorrem de requisitos legais, nomeadamente as normas disciplinadoras da contabilidade pública previstas: no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP); na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional; nos pontos não revogados do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro; no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; no Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; na Lei de Enquadramento Orçamental; no Orçamento de Estado; e outros documentos que decorrem de diretrizes emanadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e UNILEO.

Mais acrescem as orientações para a prestação de contas, emanadas pelo Tribunal de Contas, previstas na Instrução n.º 2/2021, de 24 de dezembro, agora apresentada neste Relatório de Gestão e Contas.

Após a sua elaboração, a prestação de contas é submetida a aprovação do Órgão Executivo, conforme determina o disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugado com o disposto no n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e posteriormente remetida ao Órgão Deliberativo, Assembleia Municipal, para que este aprecie e vote, conforme legalmente previsto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Não obstante os procedimentos de reporte terem origem em requisitos legais (submissão ao Tribunal de Contas e à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL)) ou práticas voluntárias (submetidas à Direção-Geral do Orçamento (DGO), à Inspeção Geral das Finanças (IGF), à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Instituto Nacional de Estatística (INE)), na qual se inclui a divulgação da informação *online* (conforme legalmente previsto na alínea c), do artigo 79.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação), o reporte financeiro mais detalhado de uma entidade pública tem sempre como objetivo, satisfazer as necessidades de informação associadas à *accountability* e à tomada de decisão.

Em nome do interesse público e com o objetivo de certificar a fiabilidade da informação relatada, tornam-se necessárias auditorias realizadas por profissionais e empresas de auditores baseadas em normas de auditoria – auditoria financeira –, devendo o relatório do auditor explicar se tal relato, nomeadamente as demonstrações que o constituem, se encontram em conformidade com as normas a que deve obedecer a sua preparação.

A sociedade de revisores “LCA – Leal, Carreira & Associados SROC Lda.” é a entidade responsável pela certificação legal de contas do ano 2021 do Município de Ovar, nomeada por deliberação do Órgão Deliberativo, sob proposta do Órgão Executivo, de entre sociedades de revisores oficiais de contas, nos termos previstos do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação.

O segundo objetivo de auditoria de relato financeiro é exercido por entidades como o Tribunal de Contas, subordinado aos procedimentos particulares, determinados pela *International Organization*

of *Supreme Audit Institutions* (INTOSAI) para as *Supreme Audite Institutions* – a auditoria de regularidade e conformidade legal.

Face ao exposto, conclui-se que o relato financeiro de finalidade geral é um instrumento fundamental de reporte das entidades públicas, que potência a transparência e contribui para a *accountability*, responsabilização de políticos, gestores e administradores públicos, favorecendo um maior envolvimento dos cidadãos na vida política.

Enquadramento Macroeconómico

De acordo com as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e Banco de Portugal (BP), conforme quadro de seguida ilustrado, constata-se que no conjunto do ano 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 4,9% em volume, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica. O Consumo Privado (Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) registou um crescimento de 4,4%, em termos reais, recuperando parcialmente da redução registada em 2020. Por sua vez, o Consumo Público (Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas) acelerou significativamente em termos reais, registando uma taxa de variação de 5,0% (0,4% no ano anterior). A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 6,1% (-2,7% em 2020). A Procura Interna também recuperou significativamente em 2021, com uma taxa de variação de 5,0% em termos reais. As Exportações e as Importações de Bens e Serviços cresceram 13,0% e 12,8% em 2021, respetivamente, depois das expressivas diminuições registadas em 2020 (taxas de -18,6% no caso das Exportações e -12,1% no das Importações, em 2020).

Em 2021, o Emprego para o conjunto dos ramos de atividade (medido em número de indivíduos) registou um crescimento de 2,1% (após a redução de 1,9% no ano anterior). A Taxa de Desemprego fixou-se em 6,6%, em 2021, apresentando uma recuperação em relação ao ano anterior. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se nos 0,9%, implicando um aumento da inflação, que acompanha o incremento na área do Euro e à escala global.

Q.1. Projeções do Banco de Portugal: 2022-2024 | Taxa de variação anual, em percentagem¹

	Pesos 2021	BE março 2022				BE dezembro 2021			
		2021	2022 ^(p)	2023 ^(p)	2024 ^(p)	2021 ^(p)	2022 ^(p)	2023 ^(p)	2024 ^(p)
Produto interno bruto (PIB)	100,0	4,9	4,9	2,9	2,0	4,8	5,8	3,1	2,0
Consumo privado	64,2	4,4	3,6	1,9	1,6	5,0	4,8	2,2	1,8
Consumo público	19,2	5,0	1,5	-1,5	-0,1	4,8	1,4	-1,3	-0,1
Formação bruta de capital fixo	19,7	6,1	9,2	6,0	3,9	4,9	7,2	6,6	3,9
Procura interna	103,0	5,0	4,3	2,1	1,8	5,1	4,6	2,4	1,9
Exportações	42,0	13,0	14,2	7,5	3,8	9,6	12,7	7,8	3,9
Importações	45,0	12,8	12,3	5,5	3,3	10,3	9,3	6,2	3,6
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) ^(a)									
Procura interna		2,5	1,6	1,0	1,0	3,1	2,6	1,2	1,1
Exportações de bens		0,9	-0,3	0,5	0,4	1,1	0,2	0,6	0,4
Exportações de serviços		1,5	3,5	1,4	0,7	0,6	3,0	1,2	0,6
Emprego (número de indivíduos) ^(b)		2,1	1,4	0,6	0,4	2,5	1,6	0,5	0,3
Emprego (horas trabalhadas) ^(b)		5,0	5,1	2,2	0,4	8,3	4,0	0,6	0,3
Taxa de desemprego ^(c)		6,6	5,9	5,7	5,6	6,6	6,0	5,7	5,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,7	-0,4	1,8	0,7	0,2	1,8	2,6	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-2,6	-4,1	-2,7	-2,1	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,9	4,0	1,6	1,6	0,9	1,8	1,1	1,3
Bens energéticos		7,5	14,2	-2,1	-1,8	7,8	6,3	-1,3	-0,8
Excluindo bens energéticos		0,4	3,1	1,9	2,0	0,4	1,3	1,4	1,5

Projeções Macroeconómicas para a Economia Portuguesa 2022-2024

As perspetivas futuras para a economia portuguesa, continuam fortemente abaladas, não só pela pandemia COVID-19 que se instalou em Portugal e no Mundo, em 2020, como agora também pela invasão da Rússia à Ucrânia, que introduz um elevado grau de incerteza quanto ao futuro económico.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro, contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do Euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também, da redução da confiança das famílias e dos empresários,

¹ Adaptado de: Banco de Portugal - https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mar2022_p.pdf

da turbulência nos mercados financeiros, bem como, dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

O conflito implicou uma intensificação da subida dos preços do petróleo e do gás nos mercados internacionais, o que reflete a importância da Rússia no fornecimento destas matérias-primas. Traduziu-se também num aumento da incerteza e do risco geopolítico, com efeitos negativos sobre os mercados financeiros e a confiança dos agentes. A Rússia não é um parceiro comercial importante para Portugal, mas o impacto indireto via economias da Europa Central e de Leste contribuiu para deteriorar o enquadramento externo.

As projeções do Banco de Portugal, acima ilustradas, apresentam uma incerteza acrescida e o balanço de riscos é enviesado em alta para a inflação e em baixa para a atividade, especialmente em 2022.

Estima-se que o PIB cresça 4,9% em 2022 (4,9% em 2021) e converge nos anos subsequentes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo: 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024. A expansão da atividade económica traduz-se num aumento do Emprego e numa redução da Taxa de Desemprego. A Taxa de Desemprego diminui para 5,9% em 2022 (6,6% em 2021) e 5,7% e 5,6% nos dois anos seguintes.

A Inflação fixar-se-á em 4,0% em 2022 e em 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da Taxa de Inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de estrangimentos nas cadeias de abastecimento globais.

O conflito armado na Ucrânia criou um quadro económico, social e geopolítico de imprevisibilidade. As perspetivas para o crescimento da economia portuguesa no período 2022-2024 foram revistas em baixa e a inflação será substancialmente mais elevada. A economia portuguesa mantém importantes desafios de longo prazo para prolongar a aproximação aos níveis europeus.

Eixos Estratégicos



2. Principais Atividades – Eixos Estratégicos

O ano de 2021 representou o culminar do ciclo autárquico iniciado em 2017, o qual, por sua vez, deu sequência ao dinamismo que temos vindo a imprimir ao desenvolvimento do Município de Ovar desde 2013.

Em consequência, a gestão autárquica de 2021 espelha a concretização dos principais Eixos da Estratégia propugnada para o ciclo 2017-2021, a qual era imbuída da vontade de continuar a fazer do Município de Ovar um «Território de Emoções», onde prevalece a Igualdade de Oportunidades e onde ninguém é deixado para trás.

Cientes do contexto adverso provocado pelo acentuar da pandemia da doença COVID-19 e da grave crise social e económica que se seguiu, executámos as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 focados nas Pessoas, sensíveis às suas necessidades e motivados em incrementar a sua qualidade de vida.

Nesse quadro, tomámos a decisão de proceder a uma redução histórica das exigências tributárias municipais até ao máximo que foi possível dentro da responsabilidade e da prudência da boa gestão autárquica para, dessa forma, as Famílias e Empresas verem aumentado o seu rendimento disponível. Assim, reduzimos o IMI, reduzimos a taxa de comparticipação no IRS, isentámos de derrama todas as empresas e majorámos os apoios protocolados com as Associações de Intervenção Social, Culturais e Desportivas do Município. Tudo para apoiar as pessoas, empresas e associações.

Estamos de consciência tranquila e orgulhosos no trabalho realizado.

A prestação de contas de 2021 fica marcada pela continuação do **combate à pandemia da doença COVID-19**, a qual naturalmente afetou a gestão municipal e causou dificuldades na dinâmica dos serviços da Autarquia, obrigando à sua readaptação ao contexto vigente, bem como à ampla legislação emanada nesse contexto.

A este propósito, não há como não recordar que durante uma parte do ano de 2021 o Município de Ovar manteve ativado o **Gabinete de Crise, assim como o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil**, com os consequentes investimentos efetuados em matéria de saúde pública e de proteção civil. Ainda neste contexto, salientam-se os esforços que foram desenvolvidos e os investimentos efetuados para possibilitar a abertura do Centro de Vacinação, localizado na freguesia de Maceda, com a inerente prestação de um serviço vital para toda a população do concelho, incluindo o Programa de transporte de pessoas para Vacinação.

A **Saúde** sempre foi uma prioridade e não olhamos a meios quando o que está em causa é o bem-estar dos nossos concidadãos. Por essa razão, e perante a inação do Governo numa matéria decisiva, não receámos e avançamos com intervenções fundamentais nas extensões de saúde do Furadouro, de São Vicente de Pereira e de Arada, sempre suportando verbas que eram responsabilidade do Governo.

Os contornos pandémicos também dificultaram, atrasaram e, em alguns casos, obstaculizaram, o desenrolar de diversas obras públicas. Ainda assim, o exercício autárquico de 2021 trouxe consigo importantes avanços em **Projetos Estruturais para o Município**, assim como a conclusão de várias obras, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e do Pacto para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCT-RA).

A este propósito, cumpre destacar: a concretização do Bairro do SAAL, em Cortegaça; a empreitada na envolvente da Estação de Ovar; a requalificação da Escola Secundária Júlio Dinis; os avanços na empreitada que abrange a Rua Visconde de Ovar e no Alto do Saboga; o início das requalificações nas Escolas do Gavinho, do Furadouro e de São João; o conjunto habitacional do Furadouro; a recuperação da Fonte do Estanislau; a beneficiação do Centro Cívico de Arada, a construção do Centro de Trail Running e BTT, em Cortegaça, entre outras.

A par destas obras Municipais, somam-se outras obras que contribuíram para o considerável aumento da qualidade de vida e que aqui merecem destaque, designadamente as obras de saneamento em Válega, Maceda, São João de Ovar e São Vicente de Pereira.

Em paralelo, foi também realizada uma intervenção abrangente para a requalificação de vários pontos da rede viária no Município, contribuindo para a melhoria das vias de comunicação e acessibilidade dentro do Concelho.

Ainda na mesma esteira, deu-se continuidade ao investimento na **Conservação Urbana e dos Espaços Públicos**, com especial destaque para o Plano de Eficiência Energética dos espaços municipais, a renovação da sinalética, assim como a conservação dos cemitérios, mercados e feiras a cargo da Autarquia.

Procedeu-se igualmente à preparação atempada da época balnear, com intervenções de consolidação do areal existente e reparação dos passadiços junto às praias do concelho.

No que toca à **Habitação**, foram dados passos relevantes na concretização e implementação da Estratégia Local de Habitação, desde logo pela assinatura, em maio de 2021, do Acordo de Colaboração no âmbito do 1.º Direito, com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), o qual permite apoiar e financiar a implementação da Estratégia Local de Habitação de Ovar, em curso. Uma verdadeira aposta estratégica e prioritária do Município de Ovar, que permitirá o incremento da qualidade de vida da população local, a partir da base essencial que é o direito a uma habitação digna.

No que respeita ao **Ambiente e à Sustentabilidade Ambiental** é incontornável a referência à entrada em funcionamento do Ecocentro, um equipamento decisivo para colocar o Município como uma referência nacional e internacional na gestão e valorização dos resíduos.

Ao mesmo tempo, ressaltam as medidas de limpeza de parques e jardins, as de gestão dos recursos hídricos bem como as resultantes da assunção de novas competências municipais no âmbito da orla costeira.

Em complemento, deu-se continuidade a projetos emblemáticos, de entre os quais o “Fishingtheplastic”, assim como a aposta na educação ambiental.

Ainda no domínio ambiental, importa assinalar o enorme salto qualitativo dado pelo Município com o arranque do Projeto de Recolha Seletiva de Resíduos.

A par de tudo quanto foi mencionado, releva ainda a progressiva substituição de luminárias, privilegiando os Leds, bem com a aposta na mobilidade suave e nas ciclovias.

Para fazer face à gravíssima crise económica e social, o Município de Ovar manteve o investimento nos **Apoios de Desenvolvimento Social**, acudindo não apenas a cidadãos individualmente considerados, bem como às instituições sociais, cujo papel decisivo na construção da rede social que ampara quem mais precisa, num contexto particularmente sensível, mereceu toda a consideração.

A este propósito, a par do mencionado apoio ao Associativismo Social, realça-se a atribuição dos indispensáveis apoios sociais, com particular destaque para os respeitantes a habitação, mas que abrangem igualmente situações de emergência alimentar, medicamentos, ou comparticipação de despesas fundamentais.

O contexto pandémico também dificultou a concretização das **Atividades Culturais** do Município, em particular as tradicionais iniciativas relacionadas com o Carnaval, Animação de Verão e o Cantar Os Reis.

Mas, com as necessárias readaptações e ajustamentos, a Autarquia soube concretizar diversas ações culturais, de entre as quais se destacam a dinâmica museológica, patrimonial e azulejar, o indispensável apoio às Associações e aos agentes culturais, assim como a oferta de uma programação cultural abrangente, adaptada, a cada passo, às limitações vividas, abarcando os vários espaços municipais, com o intuito de proporcionar Cultura a Todos.

Entre outras, as contingências da pandemia obrigaram a uma readaptação das iniciativas associadas ao Carnaval de Ovar, com os tradicionais desfiles a não poderem sair à rua, chegando este evento a todos os foliões através de dinâmicas interativas como a pintura de máscaras e a concretização de um monumento em honra ao Carnaval e aos seus dinamizadores.

Apesar dos obstáculos pandémicos, foi possível manter a dinâmica cultural de promoção do Azulejo, bem como reforçar a aposta no cinema, com o acolhimento da rodagem de vários filmes no Município, o que contribuiu para elevar a “marca” do Município, no panorama regional e nacional.

O **Desporto** foi outro importante eixo de atuação municipal em 2021, com particular incidência para o reforço do apoio às entidades desportivas, as intervenções na Piscina Municipal e a modernização de diversos equipamentos desportivos municipais, a par do acolhimento de importantes iniciativas de nível regional, nacional e internacional no nosso território.

O ano de 2021 fica também marcado pelo investimento realizado na área da **Educação**, domínio que encaramos como decisivo para o desenvolvimento do Município.

Com o intuito de dotar os equipamentos escolares das condições necessárias e adequadas ao desenvolvimento físico, cívico e educacional das nossas crianças e jovens, requalificámos diversos equipamentos da rede escolar, demos sequênciã a atividades nas pausas letivas com projetos educativos de reconhecido mérito e custeámos despesas com manuais e fichas escolares, dessa forma contribuindo novamente para aliviar as despesas das famílias.

Mantivemos a proximidade aos Agrupamentos de Escolas e às Associações de Pais, transferindo verbas importantes para a sua gestão. Damos sequênciã ao Programa Educativo Municipal, a bem do desenvolvimento dos nossos alunos. Assegurámos o transporte e as refeições escolares, de forma eficiente e criteriosa, assim como aumentámos o número de bolsas de estudo atribuídas a alunos do ensino superior.

A necessidade de prosseguir com a **Modernização das Infraestruturas Tecnológicas** da Autarquia esteve patente nas ações concretizadas em 2021. Em particular, merece realce o investimento efetuado na modernização do *datacenter*, vital ao funcionamento do sistema informático municipal, bem como na atualização do equipamento informático existente e do seu licenciamento.

Merece ainda destaque o desenvolvimento do Projeto Intermunicipal RAD – Região de Aveiro Digital, sendo dados passos importantes no quadro da desmaterialização procedimental e na preparação da implementação dos serviços *online*.

Em 2021 continuámos a incrementar a atuação na área da **Juventude**, não só reforçando as comemorações do Dia Internacional da Juventude ao longo de um mês, em parceria com as entidades que integram o Conselho Municipal de Juventude, bem como premiando o talento jovem e lançando novos projetos de desenvolvimento juvenil, entre os quais atividades de orientação vocacional, formações de preparação para o mercado de trabalho ou ainda a aposta em áreas de futuro, como a robótica. Nesta área, o ano fica também marcado pelo reconhecimento do Município enquanto membro fundador da Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, com a correspondente obtenção do Selo de “Município Amigo da Juventude”, bem como pelo acolhimento de eventos nacionais de Juventude, tornando o Município de Ovar como uma referência nacional na área.

A atividade autárquica, em 2021, fica também marcada pela assunção de diversas **competências provenientes da Administração Central**, as quais motivaram uma adaptação dos serviços municipais às necessidades delas resultantes, bem como o reforço do investimento nessa matéria, sendo que, a título de exemplo e sem prejuízo de outras medidas, se pode referir a disponibilização de uma 2.ª equipa de intervenção permanente nas duas Corporações de Bombeiros existentes no Município.

Ainda no domínio da atuação autárquica, em 2021, também fica o registo da colaboração municipal prestada no âmbito da concretização da Operação **CENSOS 2021**, ao nível de logística e de recursos humanos, em articulação com as Juntas de Freguesia e as entidades da Administração Central.

Apesar de não ter tradução orçamental direta, é imperioso destacar também os **esforços de reivindicação junto do Governo** referentes, por um lado, à necessidade de requalificação dos **apeadeiros de Cortegaça, Maceda e Válega e das estações de Esmoriz e de Ovar** e, por outro, das medidas de **defesa da costa**, com enfoque para a construção dos quebra-mares destacados e complementar deposição de areia.

Na mesma esteira, e sem prejuízo de tal atitude não ter repercussão orçamental, é relevante destacar uma dimensão imaterial que se revela da maior importância: a política de proximidade e de “portas abertas” da Autarquia, na qual o Município está próximo de Todos os cidadãos e Todos são bem-vindos e bem recebidos na sua Câmara Municipal.

Em suma, a execução das GOP e Orçamento Municipal em 2021 evidencia uma atuação focada no que é estruturante, decisivo e indispensável para irmos ao encontro dos desafios de futuro e continuarmos a construir um Território onde prevalece a Igualdade de Oportunidades, e no qual todos têm o mesmo direito à Educação, à Saúde, à Habitação, à Cultura, ao Ambiente, ao Emprego e ao Bem-Estar.

Fazemos um balanço positivo da implementação e execução do Plano de Atividades e Orçamento. Consideramos que, dentro do contexto pandémico, da lentidão resultante da excessiva burocracia da Administração Central e na sequência das adaptações decorrentes do processo de transferência de competências para as Autarquias Locais, o exercício autárquico referente a 2021 se traduziu em progresso social, económico, cultural, ambiental para as Pessoas, Empresas e Instituições do Concelho.

Na certeza de que não foi feito tudo o quanto pretendíamos, mas cientes de que o exercício da atividade autárquica resulta de omnipresente dicotomia entre as necessidades prementes - que são infinitas - e os recursos disponíveis (humanos, financeiros e de tempo) - que são escassos -, entendemos que, com a execução das GOP e Orçamento, em 2021, o Município deu passos importantes no sentido de aprofundar a coesão territorial, por força dos investimentos realizados em todos os pontos do concelho, que visaram corrigir assimetrias vindas do passado.

Estivemos diariamente ao lado das Instituições sociais e humanitárias, dos Clubes e das Associações, das Escolas e das Empresas.

Soubemos ouvir e interpretar os anseios dos nossos concidadãos relativamente a todas as questões, desde requalificações dos espaços urbanos, à promoção do território e ao apoio à sociedade civil. Acima de tudo, olhamos e compreendemos as Pessoas.

Com a mesma coragem, dedicação e dinamismo de sempre, o exercício referente a 2021 foi focado em garantir a sustentabilidade social, económica e ambiental do Município, bem como incrementar a qualidade de vida e o índice de felicidade de Todas e de Todos.

É deste Município que estamos a construir diariamente e em conjunto, com trabalho e dedicação, que nos orgulhamos.

É deste Território que se afirma diariamente pelas Pessoas que o moldam e lhe dão alma e vida que nos sentimos, responsabilmente, parte.

É com Todas e com Todos que queremos continuar a fazer o caminho do Desenvolvimento do nosso Concelho de Ovar.

Recursos Humanos



3. Recursos Humanos

O ano de 2021 foi, em termos de gestão do Capital Humano, um ano que comportou alguns desafios, nomeadamente provocados pela pandemia, que resultou na necessidade de retomar a normalidade em termos de modalidade de prestação do trabalho, bem como de atividades relacionadas com a gestão de recursos humanos.

No âmbito da prossecução dos objetivos estratégicos do Município de Ovar, a afirmação da importância do Capital Humano é objeto de reconhecimento primordial, pois só com os recursos mais dotados de competências comportamentais e técnicas é possível atingir os resultados a que nos propomos.

Assim, a aposta do Município assenta numa melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, numa aplicação eficiente, equitativa e perceptível dos instrumentos de avaliação, no reconhecimento das especificidades das atividades desempenhadas por cada trabalhador, resultando na atribuição de suplementos remuneratórios que atendam a fatores como horários específicos ou sujeição a condições de trabalho específicas.

O Município de Ovar, encontra na gestão as “balizas” impostas pela legislação em vigor, sendo muitas vezes condicionante para uma ainda maior valorização do trabalho prestado, quer em termos de custos, quer em termos de medidas de gestão passíveis de serem aplicadas, das quais destacamos as limitações impostas pelo sistema de avaliação do desempenho.

Formação

A valorização das competências foi também alvo de especial atenção por parte do Município. Atendendo à impossibilidade de arrancar com o plano intermunicipal de formação, pois o mesmo tinha sido objeto de candidatura de projeto cofinanciado, tendo como modalidade a formação presencial, pelo que a mudança para o regime *e-learning* alteraria o centro de custos e condicionaria todo o financiamento, sendo que se prevê o seu arranque em abril de 2022, não descuramos a

possibilidade de colmatar este atraso com formação ministrada pelo próprio Município, apesar do custo acrescido que esta ação representa, contribuindo desta forma para o contínuo reforço de competências dos trabalhadores Municipais.

Assim, o Município de Ovar, sem o recurso a parceria com os restantes Municípios da CIRA, desenvolveu um plano de formação essencial, que permitiu a aquisição de 49 ações de formação, correspondendo estas a 1758 horas de formação, contemplando 93 trabalhadores.

Este número é manifestamente insuficiente, pois a formação *e-learning* privilegia áreas de conhecimento mais teórico, mas, com a possibilidade do regresso à formação presencial, que beneficia formações técnicas e operacionais, com principal incidência no pessoal operacional entendemos que o ano de 2022 será o ano do regresso a uma absoluta normalidade nesta área.

No entanto, apesar de insuficiente, 2021 proporcionou mais formação do que o ano de 2020 e permitiu manter uma dinâmica essencial no âmbito da formação profissional.

Medidas de Emprego – Social

Em continuidade com a estratégia adotada nos anos anteriores e que faz do Município uma referência no apoio à integração de pessoas em situação de desemprego, dificuldades de integração social ou portadoras de deficiência, fomentamos a celebração dos vários tipos de contratos com o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Assim, o Município de Ovar celebrou 59 Contratos de Emprego-Inserção, para pessoas em situação de desemprego, dos quais 6 foram Contratos Emprego-Inserção +, destinados a pessoas portadoras de deficiência.

Para além dos contratos referidos, o Município procedeu à renovação dos 5 contratos celebrados ao abrigo da Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto, destinados a trabalhadores portadores de deficiência.

Estas medidas, às quais o Município adere, não são fomento de precaridade, são, isso sim, formas de integração ou reintegração no mercado de trabalho, seja no Município de Ovar ou noutras entidades. Trata-se de um efetivo momento de aquisição de competências, sejam elas comportamentais ou técnicas. A integração num ambiente de equipa, com atividades diferenciadas proporciona aos beneficiários valências que possibilitam a sua afirmação profissional e realização.

Suplementos

Na sequência da entrada em vigor do Orçamento de Estado para o ano de 2021, foi criado, através do artigo 24.º e posteriormente regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, o subsídio de penosidade e insalubridade.

Esta era, ao longo de vários anos, uma reivindicação dos trabalhadores da Administração Local, que justamente reclamava o reconhecimento das especificidades da sua atividade, nomeadamente dos trabalhadores integrados na carreira e categoria de assistente operacional.

As normas referidas não são absolutamente claras e isso impede uma generalização do suplemento a todas as atividades, situação que se vem tentando esclarecer em conjunto com entidades cujos pareceres e entendimentos possam sustentar a tomada de decisão nesta matéria.

Não obstante o facto de ainda se tratar de uma matéria que, em vários aspetos merece clarificação, o Município, no reconhecimento da importância dos seus trabalhadores e das atividades que estes realizam, nas áreas em que não persiste a dúvida quanto à sua aplicabilidade, procedeu à atribuição com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021.

Esta medida abrange 63 trabalhadores Municipais, com níveis de risco ajustados às respetivas funções.

Assim, não obstante o possível alargamento da aplicação da medida, o Município de Ovar é, atualmente, o único da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro a aplicar a legislação em vigor e a atribuir este suplemento remuneratório aos seus trabalhadores.

Para além do Subsídio de Penosidade e Insalubridade, o Município pugna pelo pagamento de todos os suplementos que resultem de atividades desenvolvidas ou da disponibilidade de tempo manifestada pelos trabalhadores, reconhecendo a justiça da sua perceção como forma de garantir o retorno devido ao contributo dos seus trabalhadores.

Valorizações Remuneratórias

O ano de 2021 foi, no que concerne à gestão das carreiras dos trabalhadores, aquele que sofreu o impacto do encerramento do ciclo de avaliação do desempenho 2019/2020.

A conclusão da avaliação do desempenho dos trabalhadores no biénio anterior, repercutiu-se nas carreiras dos trabalhadores do ponto de vista da sua progressão e conseqüente aumento salarial.

Assim, o Município, pugnando pela aplicação de um sistema de forma atempada e criteriosa, o sistema de avaliação, aplicado com recursos a metodologias que se pretende o garante da equidade, da especificidade e do desempenho, uma gestão de carreiras eficaz, uma ferramenta motivacional e a premiação em função da qualidade das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores.

Desta forma, o sistema de avaliação proporcionou a alteração de posicionamento remuneratório, para posição remuneratória superior à detida anteriormente, a 100 trabalhadores municipais.

A alterações incidiram sobre as carreiras de 31 técnicos superiores, 30 assistentes técnicos, e 39 assistentes operacionais.

Realça-se o facto de se tratar de um impacto sobre as remunerações base dos trabalhadores, mas também de todos os custos associados a estas, nomeadamente aos suplementos remuneratórios e aos descontos da responsabilidade da entidade patronal.

Evolução de Recursos Humanos

Durante o ano de 2021, o Município de Ovar levou a cabo a realização de 21 procedimentos concursais, sendo que nem todos eles foram concluídos ainda no seu decurso.

Tratou-se de um ano em que, apesar de um progressivo regresso à normalidade pós período severo de pandemia, manteve alguns condicionalismos quanto à celeridade dos procedimentos concursais, pela constante necessidade de reagendamentos de métodos cuja aplicabilidade exigia a presença dos candidatos e pelos condicionalismos de alguns elementos dos júris.

No entanto, foi possível verificar que os mesmos tiveram um impacto significativo na estratégia assumida de renovação dos recursos humanos.

Durante o exercício, foram admitidos 37 trabalhadores, na sua maioria assistentes operacionais, que totalizaram 26, acrescidos de 10 técnicos superiores e 1 assistente técnico.

No mesmo período, o Município contabilizou a saída de 13 trabalhadores, sendo estes 11 assistentes operacionais, 1 Fiscal Municipal e 1 técnico superior da área de informática.

Assim, constata-se que 2021 consubstanciou um aumento do número de trabalhadores, de 397 para 421 trabalhadores.

Mais do que o aumento do número de trabalhadores, a gestão incide sobre a renovação e a dotação de um mais elevado número de competências dos seus recursos humanos. Este trabalho tem de ter sempre em consideração uma equilibrada gestão orçamental e um equilíbrio entre as entradas e saídas de trabalhadores.

Segurança e Saúde no Trabalho

A Segurança e Saúde no trabalho tem sido, pelo investimento efetuado e pelos profissionais adstritos à atividade, uma das principais preocupações do Município, pois são um dos principais contributos para o absentismo e perda de produtividade.

Apesar de 2021 ter sido um ano no qual se verificou, tal como referido anteriormente, o alívio das medidas relacionadas com a pandemia, mantiveram-se alguns desses constrangimentos, que obrigaram à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e formas de organização do trabalho específicas, nomeadamente aquisição de máscaras ou adoção de regimes de horário eficazes contra a propagação do vírus.

Procedemos à consolidação da medida que alterou significativamente os serviços de medicina no trabalho, que consistiu na contratação de médico diretamente pelo Município, com o devido ajuste dos tempos de acompanhamento em consulta, fomentou a estabilidade e relação de confiança proporcionada pela manutenção do clínico, em detrimento da constante mudança que vinha sendo constatada relativamente aos prestadores empresariais.

Tal como referimos, tratou-se de um ano que potenciou o regresso ao trabalho presencial, com as consequências que isso proporciona em termos de acidentes de trabalho, sejam eles *in itinere*, sejam eles decorrentes da própria atividade.

Assim, não obstante todas as medidas adotadas para mitigar o impacto dos acidentes de trabalho e o prejuízo que eles causam a todas as partes, constatamos que em 2021 ocorreram 23 acidentes de trabalho, divididos em 6 acidentes sem afastamento e 17 acidentes com afastamento.

Os números de acidentes de trabalho representaram 549 dias de trabalho perdido, o que representa um aumento de 66 dias perdidos por acidentes relativamente ao exercício anterior, sendo de realçar que o volume de prestação do trabalho em regime presencial foi significativo neste último exercício.

Estrutura e Organização dos Serviços Municipais

O Município de Ovar, no âmbito da sua estrutura interna e organização dos serviços municipais, assume uma estrutura hierarquizada, constituída por uma estrutura nuclear, onde posiciona um departamento e uma estrutura flexível constituída por 9 Unidades Orgânicas, 3 Unidades Orgânicas de 3.º Grau e respetivos serviços ou subunidades orgânicas (conforme organigrama nos Anexos ao Relatório de Gestão e Contas).

Em face de tudo o que foi exposto, há vários aspetos a desenvolver e a melhorar em termos de Capital Humano para fazer face aos atuais desafios e aos objetivos que o Município impõe a si mesmo, com a finalidade máxima da melhoria dos serviços prestados e da melhoria do Serviço Público. Para isso, continuaremos a pautar a nossa ação pelo fomento das competências dos trabalhadores, pelo recrutamento de trabalhadores mais qualificados e pela melhoria de condições de trabalho disponíveis, complementando com as ações motivacionais permitidas pelo atual quadro legal.

Contabilidade e Relato Orçamental



4. Contabilidade e Relato Orçamental

4.1. Enquadramento Teórico-Legal

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2021, foi aprovado pelo Órgão Deliberativo, em sessão de 11.12.2020, sob proposta do Órgão Executivo em 26.11.2020. Foi um documento elaborado tendo em consideração o quadro das competências dos Órgãos Autárquicos, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, em articulação com: i) o definido no ponto 3.1.1.Princípios Orçamentais², do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL); ii) o Classificador Económico das Receitas e Despesas das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na atual redação; iii) o estipulado no artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais; e iv) a Norma de Contabilidade Pública 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, consagrada no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

O Orçamento Municipal para 2021, bem como as suas alterações modificativas e permutativas, foi elaborado tendo em consideração os princípios e regras previsionais e demais orientações produzidas pelos normativos citados no parágrafo anterior, articulando-se com as Grandes Opções do Plano (GOP's), que se desagregam no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Atividades Mais Relevantes (AMR).

Tendo por base o enunciado, é efetuada de seguida uma análise ao Orçamento Inicial e suas Alterações Modificativas e Permutativas, bem como a sua Execução Anual, comparando-o com o período homólogo anterior. Importa salientar que a análise à receita e despesa, poderão não apresentar uma relação direta com os montantes e variações de rendimentos e gastos. Esta variação justifica-se pela abordagem particular de cada uma destas óticas contabilísticas – contabilidade orçamental vs financeira – cujo tratamento contabilístico diverge em algumas situações por disposições específicas previstas nas NCP, sem correlação com a NCP 26 (como por exemplo: a aplicação do princípio do acréscimo utilizado na contabilidade financeira).

² Não revogado.

4.2. Análise ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021

4.2.1. Orçamento Inicial, Modificações Orçamentais e Execução Orçamental

A estrutura da receita e da despesa no Orçamento Municipal, obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na atual redação, dividindo-se em receitas e despesas correntes, de capital e outras.

Tipologia Receitas/Despesas	Descrição
Receitas Correntes	Decorrem da atividade operacional do Município, no período de execução do orçamento, isto é, no ano civil, e aumentam o património não duradouro, como por exemplo as receitas cobradas de impostos, de taxas, da venda de serviços e de rendimentos de propriedade.
Receitas de Capital	São aquelas que: alteram o património duradouro do Município, porque aumentam o ativo e o passivo de médio e longo prazo; reduzem o património duradouro da Autarquia, como as receitas decorrentes da venda de bens de investimento; e as transferências de capital obtidas.
Despesas Correntes	Decorrem da atividade operacional e normal do Município e que ocorrem no período de execução do orçamento, isto é, no ano civil, que diminuem o património não duradouro, como por exemplo gastos com o pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, encargos correntes da dívida, entre outros.
Despesas de Capital	Implicam alterações no património não duradouro do Município e que se traduzem no enriquecimento deste. Contribuem para a formação bruta de capital fixo, ou seja, bens de capital que se mantêm sem alteração no decurso da atividade autárquica, sofrendo apenas determinado desgaste na medida da sua utilização. São exemplos de despesas de capital, a aquisição de bens de investimento e as transferências de capital concedidas.

No quadro seguinte é apresentado um resumo do Orçamento Municipal e da sua execução (recebimentos e pagamentos) para os anos de 2021 e 2020. Objetivamente, compara o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado de modificações aos documentos previsionais, bem como os valores da execução orçamental. Com a presente análise pretende-se expressar, de forma sucinta, a evolução da situação contabilística do Município de Ovar numa ótica de contabilidade de caixa.

Q.2. Orçamento Inicial, Modificações Orçamentais e Execução Orçamental – 2021/2020

Descrição	(euros)	
	2021	2020
Receita		
Orçamento Inicial	36 010 311,00	39 686 217,00
Orçamento Final	47 442 825,96	44 133 664,91
Receita Cobrada Líquida	41 475 511,75	39 890 753,24
Grau Execução Receita Corrigida, em %	87,42%	90,39%
Despesa		
Orçamento Inicial	36 010 311,00	39 686 217,00
Orçamento Final	47 442 825,96	44 133 664,91
Despesa Paga	30 724 293,27	29 713 433,65
Grau Execução Despesa Corrigida, em %	64,76%	67,33%
Receita Cobrada Líquida/Despesa Paga	134,99%	134,25%

Notas:

- Receita Cobrada Líquida - são os recebimentos por execução do orçamento da receita. (§3 da NCP 26)
- Despesa Paga - são os pagamentos por execução do orçamento da despesa. (§3 da NCP 26)

O Orçamento Inicial de 2021 cifrou-se em 36 010 311,00 euros. As respetivas alterações orçamentais modificativas e permutativas, deram origem a um Orçamento Final no montante de 47 442 825,96 euros, ou seja, cerca de 3 milhões de euros acima, do Orçamento Final para 2020.

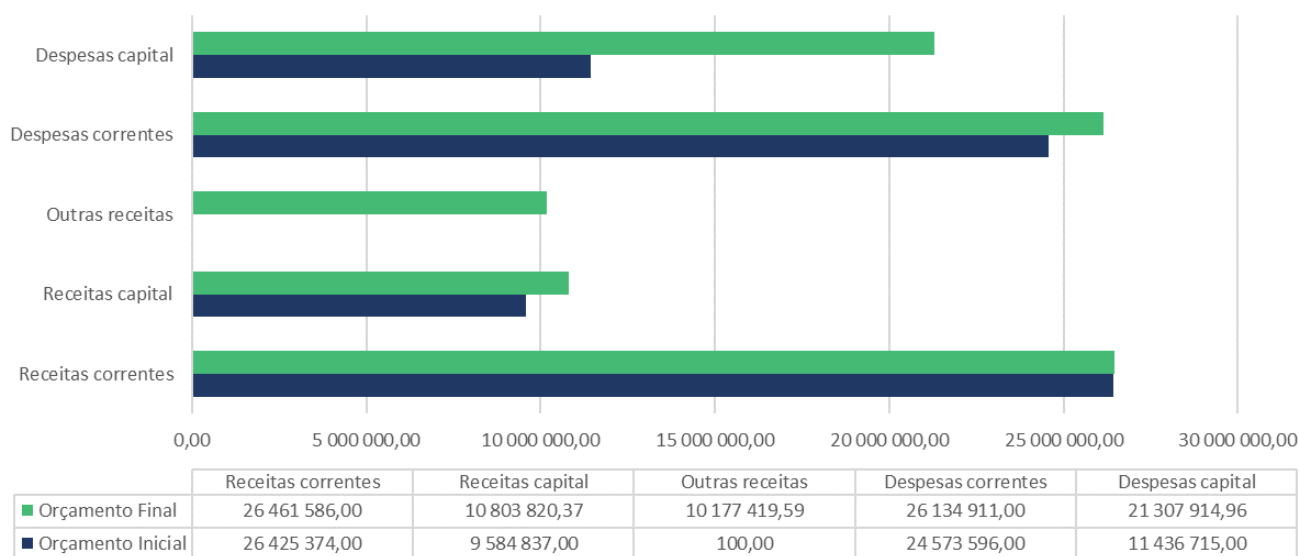
No exercício económico de 2021, a taxa de execução da receita cifrou-se em 87,42%, ou seja, menos 2,97 p.p. do que a taxa de execução de receita apurada em 2020. Por outro lado, a taxa de execução da despesa (pagamentos) em 2021, ficou nos 64,76%, o que significa um decréscimo de 2,57 p.p. relativamente ao período homólogo anterior.

O Orçamento Inicial de 2021, teve 21 alterações orçamentais permutativas – que procedem à alteração de composição do orçamento de receita ou de despesa, mantendo constante o seu montante global (§3 da NCP 26) e 4 alterações orçamentais modificativas – que procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor (§3 da NCP26), sendo estas últimas devidamente aprovadas em Assembleia Municipal de Ovar, nos termos do disposto da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

As alterações orçamentais destinam-se a permitir uma adequada execução orçamental, na sequência de despesas inadiáveis e não previsíveis aquando do Orçamento Inicial.

Nestes termos, apresenta-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais para o Orçamento da Receita e Despesa, durante o ano 2021, face aos ajustamentos efetuados das previsões às realizações então executadas.

G.1. Dotações do Orçamento Inicial vs Orçamento Corrigido/Final – 2021/2020



Q.3. Alterações Orçamentais ao Orçamento da Receita e Despesa - 2021

(euros)

Rubricas	Orçamento Inicial	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2021
Receita				
Total da Receita Corrente	26 425 374,00	1 649 203,00	1 612 991,00	26 461 586,00
Total da Receita de Capital	9 584 837,00	1 984 183,37	765 200,00	10 803 820,37
Outras Receitas	100,00	10 177 319,59	0,00	10 177 419,59
Tota da Receita	36 010 311,00	13 810 705,96	2 378 191,00	47 442 825,96
Despesa				
Total da Despesa Corrente	24 573 596,00	4 914 555,00	3 353 240,00	26 134 911,00
Total da Despesa de Capital	11 436 715,00	13 400 268,96	3 529 069,00	21 307 914,96
Total da Despesa	36 010 311,00	18 314 823,96	6 882 309,00	47 442 825,96

O **Orçamento da Receita** teve alterações ao Orçamento Inicial, que implicaram alterações nos montantes relativos às previsões orçamentais, mais concretamente, aumentos de 13 810 705,96 euros e diminuições num montante global de 2 378 191,00 euros. Por sua vez, o **Orçamento da Despesa** apresenta aumentos e diminuições, por força das respetivas alterações orçamentais, que se refletiram em 18 314 823,96 euros e 6 882 309,00 euros, respetivamente. Neste âmbito, destaca-se forçosamente, a 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, para introdução do saldo da gerência de operações orçamentais do exercício económico de 2020, no montante de 10 177 319,59 euros, aprovado em Assembleia Municipal de Ovar de 26.02.2021, sob proposta da Câmara Municipal de 12.02.2021.

4.2.2. Análise à Execução Anual do Orçamento e GOP do Município de Ovar

A execução do Orçamento consiste no desenvolvimento de todas as ações necessárias à cobrança de receitas, com vista à realização das despesas nele inscritas.

De seguida, apresenta-se uma análise cujo objetivo consiste em evidenciar a execução orçamental do Município de Ovar, apresentando referenciais financeiros reportados a 2021. Desta forma, serão analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução e privilegiando-se para o efeito, o período de 2021 e 2020.

4.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

A inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal obedeceu ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na atual redação, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita foi classificada por capítulos.

No quadro seguinte, apresenta-se a receita estimada (inicial), por natureza económica, no exercício 2021, bem como a respetiva variação de valor resultante de alterações (modificativas e permutativas) orçamentais. Apresenta-se, também, a receita cobrada para o exercício de 2021 e 2020, por rubricas económicas e o respetivo peso na receita total, bem como as suas correspondentes variações.

Q.4. Demonstração da Execução do Orçamento da Receita – 2021/2020

Rubricas	Orçamento Inicial 2021	Orçamento Final 2021	Receita Cobrada Líquida 2021	Taxa de Execução 2021	Valor Relativo	Receita Cobrada Líquida 2020	Variação Receita Cobrada 2021/2020
(euros)							
Receitas Correntes							
Impostos diretos	11 833 417,00	12 264 449,00	12 514 610,27	102,04%	30,17%	14 261 905,67	-12,25%
Taxas, multas e outras penalidades	1 126 921,00	1 154 158,00	1 159 305,54	100,45%	2,80%	788 996,64	46,93%
Rendimento de propriedade	1 255 301,00	1 475 651,00	1 198 361,97	81,21%	2,89%	1 179 918,25	1,56%
Transferências correntes	9 357 194,00	9 115 086,00	9 100 779,08	99,84%	21,94%	9 061 143,00	0,44%
Venda de bens e prestação de serviços correntes	2 813 721,00	2 414 412,00	2 217 954,32	91,86%	5,35%	2 506 257,77	-11,50%
Outras receitas correntes	38 820,00	37 830,00	77 668,83	205,31%	0,19%	51 067,21	52,09%
Total da Receita Corrente	26 425 374,00	26 461 586,00	26 268 680,01	99,27%	63,34%	27 849 288,54	-5,68%
Receitas de Capital							
Venda de bens de investimento	121 048,00	121 048,00	63 812,00	52,72%	0,15%	65 062,50	-1,92%
Transferência de capital	9 425 949,00	10 644 932,37	4 935 395,17	46,36%	11,90%	4 067 487,18	21,34%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	1 700 000,00	-100,00%
Outras receitas de capital	37 840,00	37 840,00	22 267,43	58,85%	0,05%	41 937,49	-46,90%
Total da Receita de Capital	9 584 837,00	10 803 820,37	5 021 474,60	46,48%	12,11%	5 874 487,17	-14,52%
Outras Receitas							
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	100,00	8 037,55	8037,55%	0,02%	13 981,24	-42,51%
Saldo da gerência anterior	0,00	10 177 319,59	10 177 319,59	100,00%	24,54%	6 152 996,29	65,40%
Total Outras Receitas	100,00	10 177 419,59	10 185 357,14	100,08%	24,56%	6 166 977,53	65,16%
Total Geral da Receita	36 010 311,00	47 442 825,96	41 475 511,75	87,42%	100,00%	39 890 753,24	3,97%

No que concerne à demonstração da execução do Orçamento da Receita, constata-se pelo quadro anterior que:



A receita inicialmente dotada para 2021, foi incrementada em 11 432 514,96 euros, sendo que 10 177 319,59 euros, se refletiram por via da introdução do Saldo da Gerência Anterior.



A receita cobrada líquida ascendeu a um montante de 41 475 511,75 euros, o que significa um incremento de 1,6 milhões, comparativamente ao exercício de 2020, que se justifica, essencialmente, pelo incremento do Saldo da Gerência Anterior e pelo valor das Transferências de Capital, os quais superam as reduções de receita observadas em Impostos Diretos.



A taxa de execução da receita cobrada líquida total (receita cobrada do exercício + receita cobrada exercícios anteriores) ascende, em 2021 a 87,42%; analisando isoladamente as receitas correntes, de capital e outras receitas, verifica-se que a receita corrente apresenta uma taxa de execução de 99,27%, a receita de capital de 46,48% e as outras receitas de 100,08%.



Os Impostos Diretos, as Transferências Correntes e as Transferências de Capital, são as componentes com maior peso relativo na estrutura da receita cobrada líquida em 2021.

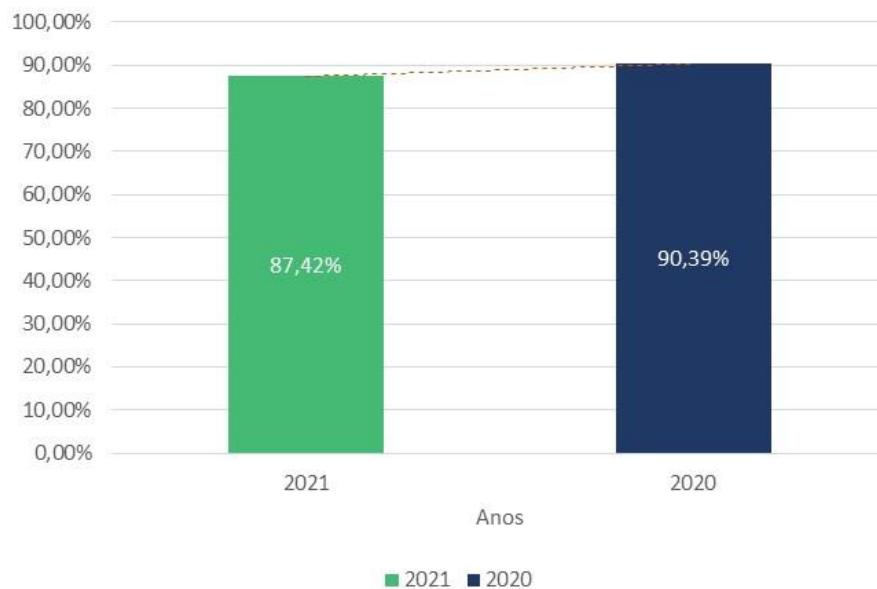


Comparativamente a 2020, destacam-se, entre outros aspetos, os decréscimos das rubricas “Impostos Diretos” e os “Passivos Financeiros”.

→ ALERTA PRECOCE DE DESVIOS

O artigo 56.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na atual redação, tem previsto um mecanismo de **alerta precoce de desvios**. Este indicador permite alertar e informar, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das Autarquias Locais, bem como os Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo do Município, se o Município está a registar, durante dois anos consecutivos, uma taxa de execução da receita prevista no respetivo orçamento inferior a 85%.

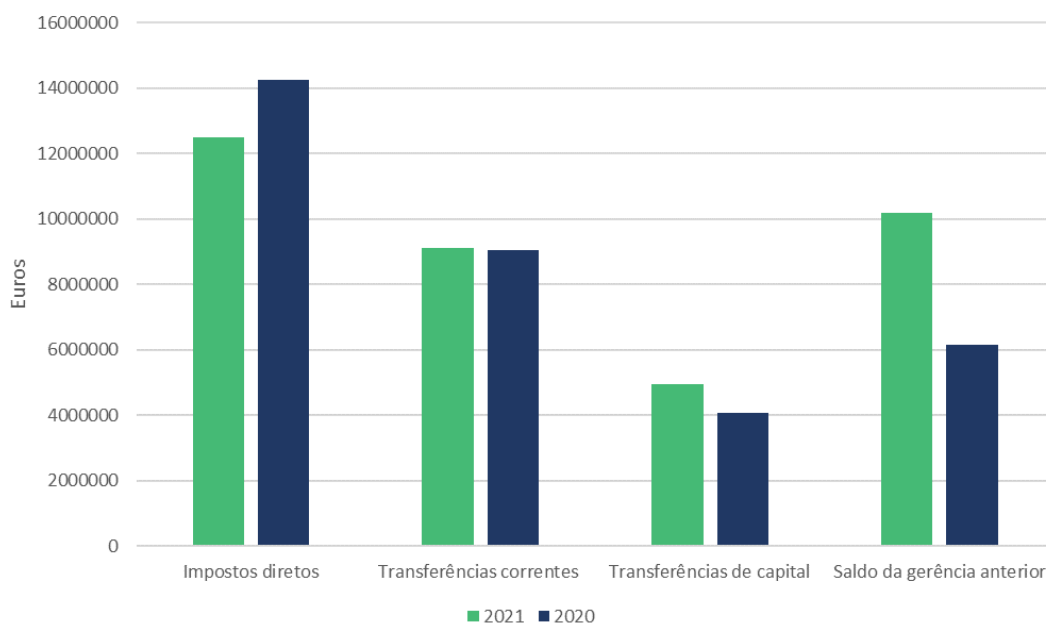
G.2. Taxa de Execução da Receita – 2021/2020



Em 2021, a taxa de execução da receita fixou-se em 87,42% e em 90,39%, no ano de 2020. Este indicador demonstra que o Município de Ovar tem, no biénio 2021-2020, taxas de execução da receita que permitem cumprir a exigência legal imposta pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, no que respeita ao alerta precoce de desvios.

O comportamento das receitas compreender-se-á melhor através da análise mais particularizada das suas componentes económicas. Agregando as receitas correntes, de capital e outras receitas da mesma natureza económica, apresenta-se de seguida um gráfico com a evolução das receitas com maior impacto na totalidade da sua estrutura.

G.3. Evolução das Receitas com Maior Impacto – 2021/2020



Posteriormente será realizada uma análise por capítulos de receita, nomeadamente: receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

Receitas Correntes

As **Receitas Correntes** apresentam, no exercício de 2021, um montante cobrado líquido de 26 268 680,01 euros, ou seja 63,34%, do total da receita arrecadada. Os Impostos Diretos (30,17%) e as Transferências Correntes (21,94%), são as rubricas que mais contribuem para o total de rendimentos desta componente.

Não obstante das análises aqui apresentadas, no capítulo reservado à análise financeira, são relatados os impactos e as variações com maior especificidade e detalhe.

Q.5. Demonstração da Execução do Orçamento da Receita Corrente - 2021/2020

(euros)

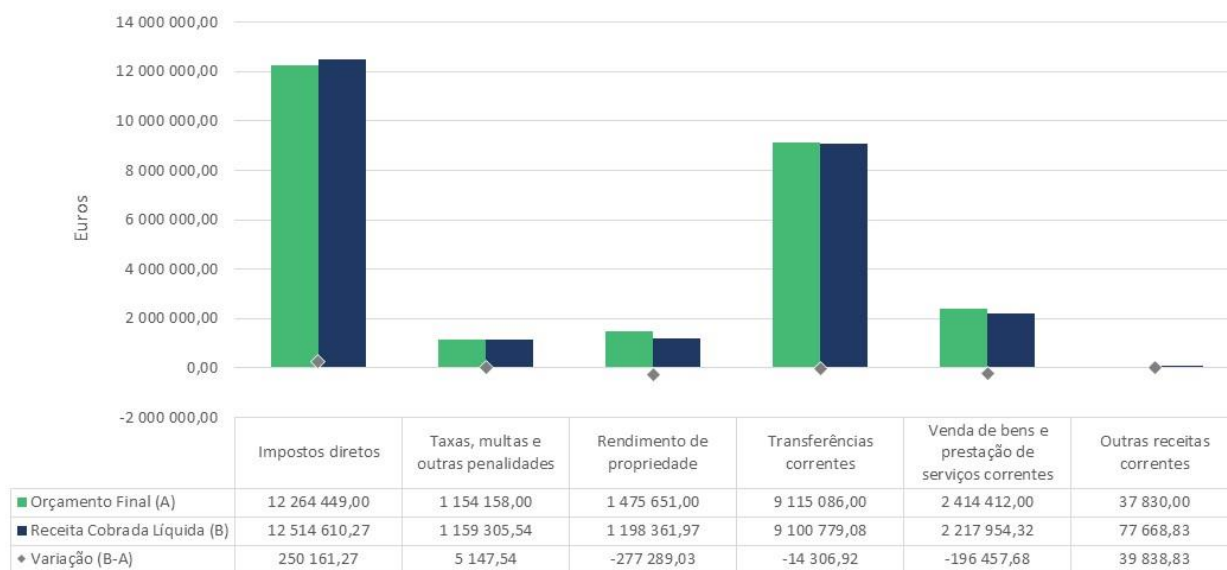
Rubricas	Orçamento Final 2021	Receita Cobrada Líquida 2021	Taxa de Execução 2021	Valor Relativo	Receita Cobrada Líquida 2020	Varição Receita Cobrada 2021/2020
Receitas Correntes						
Impostos diretos	12 264 449,00	12 514 610,27	102,04%	30,17%	14 261 905,67	-12,25%
Taxas, multas e outras penalidades	1 154 158,00	1 159 305,54	100,45%	2,80%	788 996,64	46,93%
Rendimento de propriedade	1 475 651,00	1 198 361,97	81,21%	2,89%	1 179 918,25	1,56%
Transferências correntes	9 115 086,00	9 100 779,08	99,84%	21,94%	9 061 143,00	0,44%
Venda de bens e prestação de serviços correntes	2 414 412,00	2 217 954,32	91,86%	5,35%	2 506 257,77	-11,50%
Outras receitas correntes	37 830,00	77 668,83	205,31%	0,19%	51 067,21	52,09%
Total da Receita Corrente	26 461 586,00	26 268 680,01	99,27%	63,34%	27 849 288,54	-5,68%

Sucedem aos Impostos Diretos e às Transferências Correntes, a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes (5,35%), os Rendimentos de Propriedade (2,89%), as Taxas, Multas e Outras Penalidades³ (2,80%) e as Outras Receitas Correntes (0,19%).

Conforme ilustra o próximo gráfico, a receita cobrada líquida praticamente se sobrepõe às previsões orçamentais. Todavia, existem desvios entre a receita corrente final e as receitas correntes executadas. Existe um excedente entre o previsto e o executado, nas rubricas de Impostos Diretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades e Outras Receitas Correntes. Por outro lado, para os Rendimentos de Propriedade, Transferências Correntes e Venda de Bens e Prestação de Serviços, verifica-se um défice entre o previsto e o executado.

³ A componente Taxas, Multas e Outras Penalidades inclui a rubrica 02 - Impostos Indiretos, que anteriormente se encontrava individualizada, por via da diretriz emanada pela DGAL.

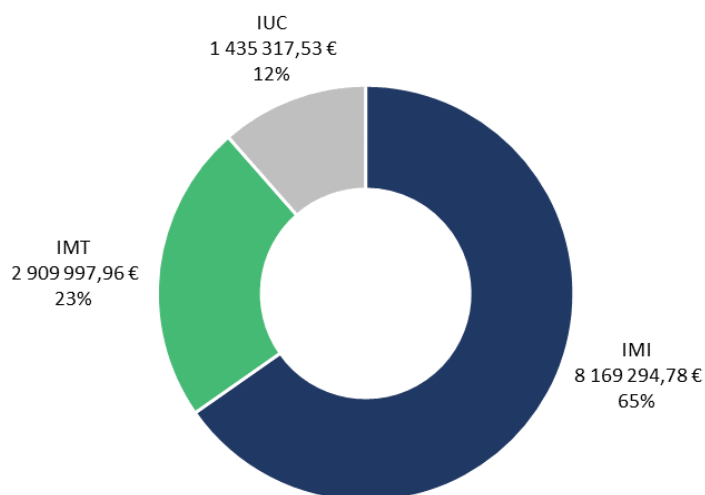
G.4. Comparação entre Receita Corrente Orçada e Receita Corrente Cobrada - 2021/2020



As receitas dos **Impostos Diretos** continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão, representando, no final do ano de 2021, 30,17% da receita total. O seu montante arrecadado é superior ao orçado em 250 161,27 euros, justificado pelos desvios positivos (entre o previsto e a receita cobrada líquida) do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). O IMI continua a ser a componente de maior expressividade na estrutura dos Impostos Diretos, com um peso relativo de 65% da estrutura global desta componente.

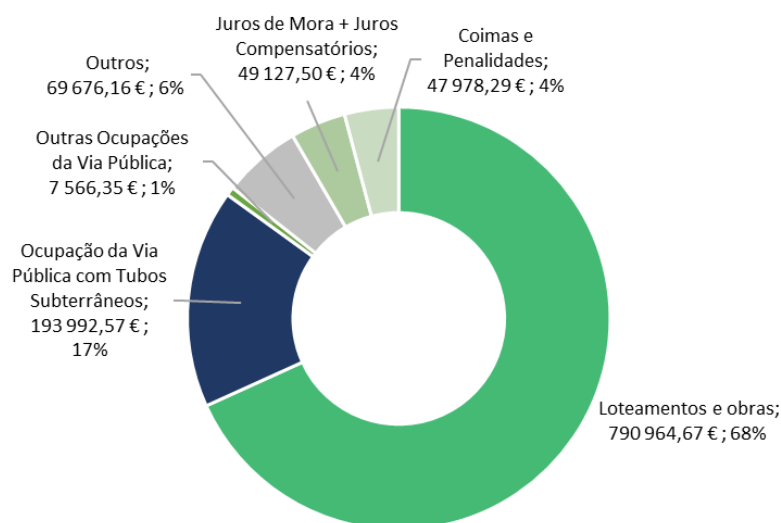
Relativamente ao período homólogo, verifica-se um decréscimo de 12,25% nos Impostos Diretos, justificado pela deliberação, em Assembleia Municipal de Ovar de 30.09.2020, sob proposta da Câmara Municipal de Ovar de 17.09.2020, de aplicação de uma taxa de derrama reduzida de 0% para todos os sujeitos passivos.

G.5. Estrutura dos Impostos Diretos - 2021



A receita de **Taxas, Multas e Outras Penalidades** com uma taxa de execução de 100,45% é influenciada, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com os loteamentos e obras de urbanização, ocupação da via pública com tubos subterrâneos, juros de mora e compensatórios de IMI, IUC e IMT. Comparativamente a 2020, destaca-se o incremento de receita desta componente, em 46,93%, justificado pelas taxas de loteamentos e obras cobradas em 2021 e pelo facto da competência das cobranças das multas de estacionamento público, terem sido transferidas para o Município, em 2021, no âmbito das transferências de competências de Órgãos do Estado para Órgãos das Autarquias Locais, legalmente previstas na Lei n.º 50/2018, de 6 de agosto, na redação atual.

G.6. Estrutura das Taxas, Multas e Outras Penalidades - 2021



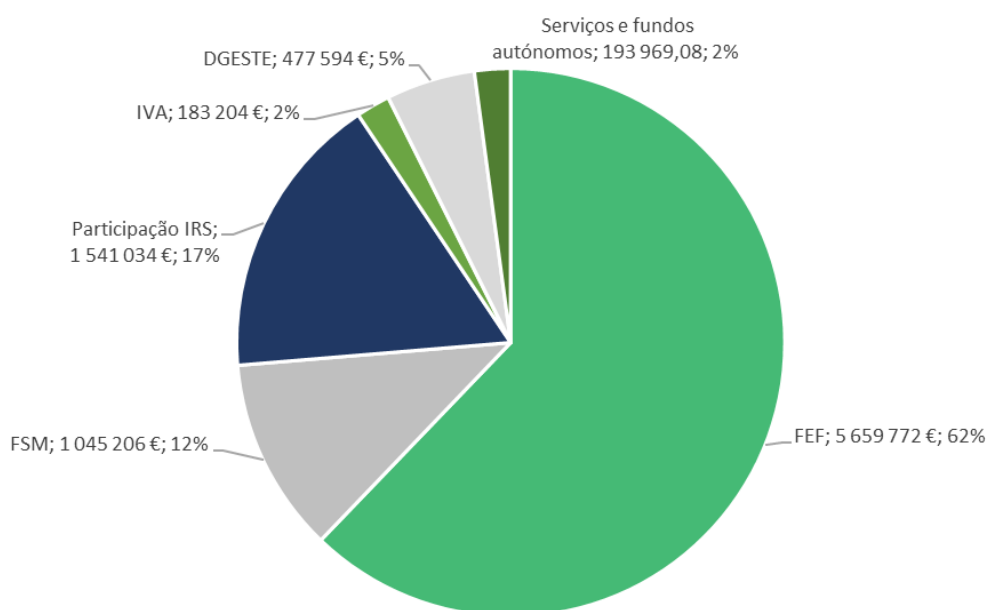
A receita de **Rendimentos de Propriedade** no montante de 1 198 361,97 euros, reflete uma taxa de execução de 81,21%. Esta componente regista cobranças de juros relativos a título de renda perpétua, dividendos, rendas e outras. Todavia, na sua maioria, o total da receita cobrada líquida nesta componente, refere-se à renda paga pela E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. ao Município de Ovar, em virtude da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

As **Transferências Correntes**, com uma taxa de execução de 99,84%, registam um acréscimo de receita de 0,44%, face a 2020. Justifica este aumento, as transferências do Estado⁴, nomeadamente, a receita do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)⁵ e da Participação no IRS, bem como, o aumento das transferências dos serviços e fundos autónomos, dos quais se destaca, as transferências relativas ao cofinanciamento dos projetos, “Contratos de Emprego Inserção + (CEI+)” e “Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto”, provenientes do IEFP – Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro.

⁴ Legalmente consagradas na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2021.

⁵ O Fundo de Equilíbrio Financeiro corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais, prevista no n.º 1, do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao índice sintético de desenvolvimento social.

G.7. Estrutura das Transferências Correntes – 2021

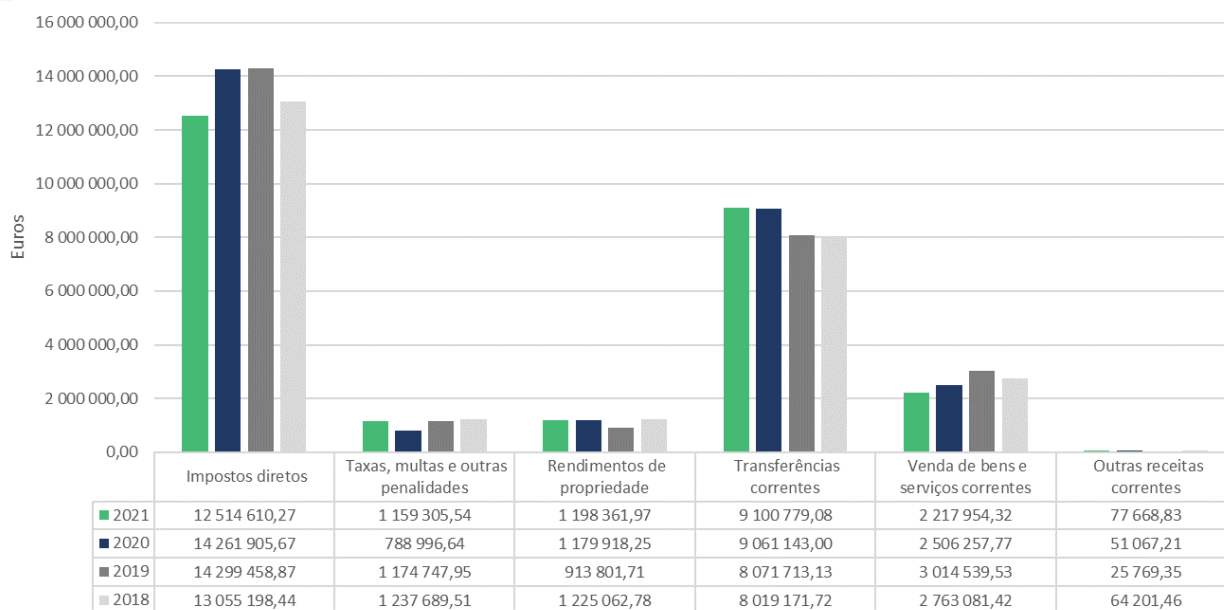


A receita cobrada líquida das **Vendas de Bens e Prestação de Serviços Correntes**, ascendeu a cerca de 2,2 milhões de euros, com uma taxa de execução de 91,86%. Comparativamente ao exercício de 2020, esta componente apresenta-se com uma variação negativa de 11,50% devido, em particular, ao facto de: i) não apresentar receita do Carnaval de Ovar (facto que ocorreu em 2020); e ii) ao facto de se verificar o alargamento da isenção de taxas até 31.12.2021, previstas no Regulamento Municipal de Incentivos Socioeconómicos no contexto da pandemia da doença COVID-19, aprovado em Assembleia Municipal de Ovar de 17.06.2020, sob proposta da Câmara Municipal de 04.06.2020 e prorrogados os seus efeitos, através de Assembleia Municipal de Ovar de 18.12.2020, sob proposta da Câmara Municipal de 26.11.2020.

As **Outras Receitas Correntes** é a componente com menor expressividade na estrutura das receitas correntes e ascendeu, em 2021, a 77 668,83 euros, apresentando uma variação positiva comparativamente a 2020, de 52,09%. Esta componente regista as cobranças realizadas no Espaço Cidadão de Ovar e reembolsos realizados pela companhia de seguros (com a qual existe contrato com Município), relativos a adiantamentos (feitos pela Autarquia) de acidentes em serviço.

Não obstante as análises apresentadas para 2021 e respetiva comparabilidade com 2020, verifica-se que para o horizonte temporal de 2018 até 2021, que os Impostos Diretos são a componente com maior peso na estrutura da Receita Corrente.

G.8. Evolução da Receita Corrente Cobrada: 2018-2021



Conforme ilustra o gráfico anterior, concluímos que para os exercícios de 2018 a 2021: os Impostos Diretos têm vindo a diminuir de 2019 a 2021; as Taxas, Multas e Outras Penalidades, apresentam o seu valor mais elevado em 2018 e o seu montante mais baixo em 2020; os Rendimentos de Propriedade, apenas se situaram abaixo do montante de 1 milhão de euros de receita líquida, no exercício 2019; as Transferências Correntes representam a segunda maior componente de receita cobrada líquida, com o seu valor mais elevado em 2021; a Venda de Bens e Serviços Correntes posiciona-se em terceiro lugar, nas rubricas de maior peso na estrutura das receitas correntes, sendo que a receita arrecadada foi mais elevada em 2019 e o seu montante mais reduzido é observado em 2021; as Outras Receitas Correntes registaram o seu valor mais elevado no ano 2021, pese embora, as suas receitas cobradas líquidas, não ultrapassem as dezenas de milhares.

Receitas de Capital

As **Receitas de Capital** apresentam, no exercício de 2021, um montante cobrado líquido de 5 021 474,60 euros, ou seja 12,11%, do total da receita arrecadada. Em termos de execução, as receitas de capital apresentam uma taxa de execução, em 2021, de 46,48%. As Transferências de Capital, são as receitas com maior expressividade na sua estrutura (11,90%). As receitas da Venda de Bens de Investimento e as Outras Receitas de Capital, apenas representam 0,15% e 0,05%, respetivamente, da estrutura das receitas totais.

Conforme já referido anteriormente e não obstante as análises aqui apresentadas, no capítulo reservado à análise financeira, são relatadas as variações e impactos, com maior especificidade e detalhe.

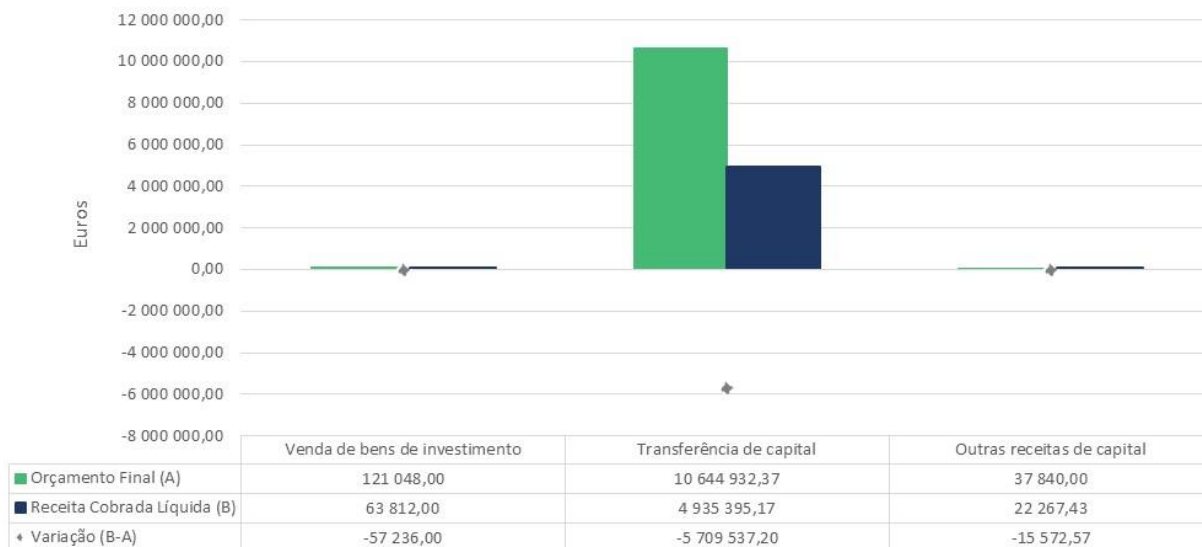
Q.6. Demonstração da Execução do Orçamento da Receita de Capital – 2021/2020

(euros)

Rubricas	Orçamento Final 2021	Receita Cobrada Líquida 2021	Taxa de Execução 2021	Valor Relativo	Receita Cobrada Líquida 2020	Varição Receita Cobrada 2021/2020
Receitas de Capital						
Venda de bens de investimento	121 048,00	63 812,00	52,72%	0,15%	65 062,50	-1,92%
Transferência de capital	10 644 932,37	4 935 395,17	46,36%	11,90%	4 067 487,18	21,34%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%	1 700 000,00	-100,00%
Outras receitas de capital	37 840,00	22 267,43	58,85%	0,05%	41 937,49	-46,90%
Total da Receita de Capital	10 803 820,37	5 021 474,60	46,48%	12,11%	5 874 487,17	-14,52%

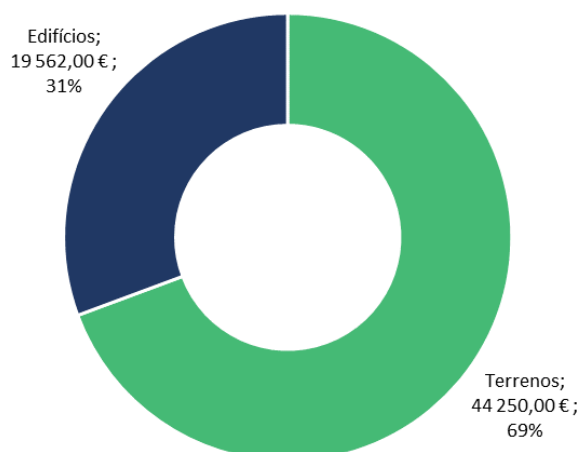
Conforme ilustra o gráfico seguinte, existem desvios entre a receita de capital prevista e a cobrada líquida. É possível constatar que existe um desvio entre o previsto e o executado, todavia com maior impacto para as Transferências de Capital.

G.9. Comparação entre Receita Capital Orçada e Receita Capital Cobrada – 2021



A receita cobrada líquida de **Venda de Bens de Investimento** ascendeu, em 2021, a 63 812,00 euros. Este valor representa um desvio negativo, relativamente ao previsto, de 57 236,00 euros. Quando comparado com o seu período homólogo, verifica-se um ligeiro decréscimo de 1,92%, que se justifica pela diminuição de receita arrecadada com a alienação de património imóvel, a título oneroso. Em 2021, foi alienado a título oneroso, a Casa Pré-Fabricada n.º 26 – Furadouro e os Lotes n.ºs 15 e 19 do Loteamento Municipal do Barreiro. Em 2020, haviam sido vendidos os Lotes n.ºs 10 e 28 do Loteamento Municipal do Barreiro e uma fração autónoma, designada por letra B, com entrada pela Rua Frederico Ulrich em Cortegaça – pertencente ao Conjunto Habitacional do SAAL – 1.ª Fase.

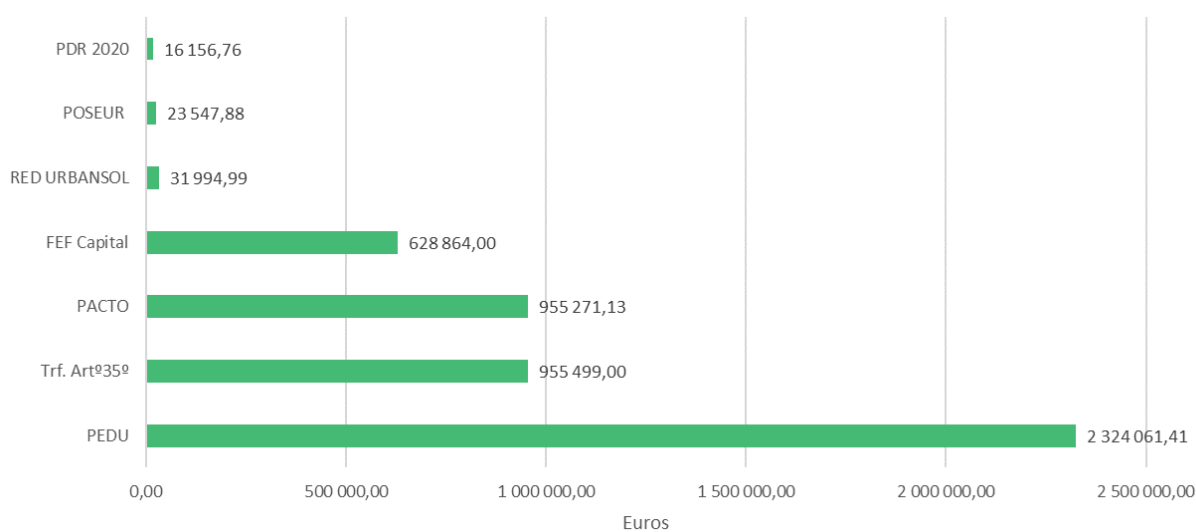
G.10. Estrutura da Venda de Bens de Investimento – 2021



As receitas cobradas líquidas com as **Transferências de Capital** ascenderam, em 2021, a 4 935 395,17 euros, o que traduz um incremento relativamente a 2020, de 21,34%. Contribui para esta receita cobrada, as transferências do Estado, nomeadamente, relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de capital e às transferências legalmente previstas no n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação, bem como as receitas provenientes de projetos cofinanciados por fundos comunitários.

No que se refere ao PACTO para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, verifica-se um incremento de receita em 2021, que advém do cofinanciamento da “Requalificação da Escola do Furadouro”. No que concerne ao PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o aumento da receita resulta do cofinanciamento dos projetos: “Eixo Urbano Visconde de Ovar - S. Miguel”, “Núcleo Norte Cidade-PUOvar + Zona Histórica e Estação CF” e “Intervenções do Bairro Social do SAAL-Cortegaça”. A comparticipação do projeto “Red Urbansol”, que se destina a comparticipar postos de abastecimento elétricos, também reflete um aumento da receita cobrada líquida, em 2021. Para 2021, acresce ainda a receita do projeto “Requalificação da Fonte do Estanislau”, proveniente do Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal (PDR).

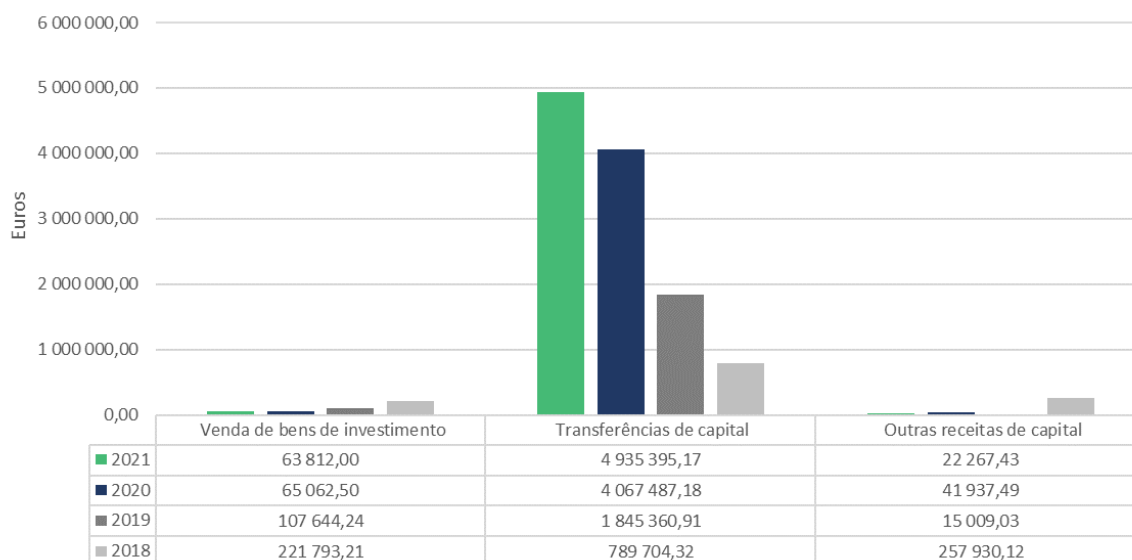
G.11. Estrutura das Transferências de Capital – 2021



As **Outras Receitas de Capital** no montante de 22 267,43 euros, apresentam uma taxa de execução de 58,85%. Comparativamente a 2020, verifica-se um decréscimo de 46,90% na receita, que se justifica pela diminuição de cobranças relativas a revisões de preços negativas de empreitadas de obras públicas.

Não obstante as análises apresentadas para 2021 e respetiva comparabilidade com 2020, verifica-se que para o horizonte temporal de 2018 até 2021, as Transferências de Capital são a componente com maior peso relativo nas Receitas de Capital.

G.12. Evolução da Receita de Capital Cobrada: 2018 – 2021



Conforme ilustra o gráfico anterior, verifica-se que para o quadriénio 2018 – 2021, as Vendas de Bens de Investimento, apresentam o seu valor mais baixo no exercício de 2021, por contrapartida em 2018, os seus montantes foram mais elevados; as Transferências de Capital são as que mais representatividade têm nas receitas de capital, com o seu valor mais expressivo em 2021; as Outras Receitas de Capital apresentam uma oscilação de montantes entre anos, sendo que em 2018 foi o exercício com maior receita cobrada líquida e o exercício de 2019, aquele que menor receita alcançou.

4.2.2.2. Estrutura e Evolução da Despesa Municipal

Com o presente ponto pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global, bem como a situação de cada rubrica da classificação orçamental e a sua variação, considerando o período de 2021 e 2020.

A análise particularizada das despesas incidirá sobre cada agregado das mesmas, por natureza económica, segundo a denominação normalizada no classificador do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na atual redação, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza económica em despesas correntes, despesas de capital e outras despesas.

No quadro seguinte, apresenta-se a despesa estimada (inicial), por natureza económica, no exercício 2021, bem como a respetiva variação de valor resultante de alterações (modificativas e permutativas) orçamentais. Apresenta-se, também, a despesa paga para o exercício de 2021 e de 2020, por rubricas económicas e o respetivo peso na despesa total, bem como a suas correspondentes variações.

Q.7. Demonstração da Execução do Orçamento da Despesa – 2021/2020

(euros)

Rubricas	Orçamento Inicial 2021	Orçamento Final 2021	Despesa Paga 2021	Taxa de Execução 2021	Valor Relativo	Despesa Paga 2020	Variação Despesa Paga 2021/2020
Despesas Correntes							
Despesas com o pessoal	9 787 050,00	9 976 050,00	9 407 006,48	94,30%	30,62%	8 628 682,92	9,02%
Aquisição de bens e serviços	10 808 874,00	11 422 023,00	8 941 420,84	78,28%	29,10%	8 792 408,14	1,69%
Juros e outros encargos	31 000,00	56 000,00	14 694,64	26,24%	0,05%	9 384,34	56,59%
Transferências correntes	3 581 111,00	4 393 256,00	3 885 273,77	88,44%	12,65%	3 803 821,91	2,14%
Outras despesas correntes	365 561,00	287 582,00	206 286,44	71,73%	0,67%	490 032,62	-57,90%
Total da Despesa Corrente	24 573 596,00	26 134 911,00	22 454 682,17	85,92%	73,08%	21 724 329,93	3,36%
Despesas de Capital							
Aquisição de bens de capital	10 424 115,00	19 700 995,96	7 496 818,59	38,05%	24,40%	7 384 228,92	1,52%
Transferências de capital	691 600,00	1 285 919,00	561 777,18	43,69%	1,83%	434 905,66	29,17%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	51 445,50	-100,00%
Passivos financeiros	320 000,00	320 000,00	211 015,33	65,94%	0,69%	118 523,64	78,04%
Outras despesas de capital	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	-
Total da Despesa de Capital	11 436 715,00	21 307 914,96	8 269 611,10	38,81%	26,92%	7 989 103,72	3,51%
Total Geral da Despesa	36 010 311,00	47 442 825,96	30 724 293,27	64,76%	100,00%	29 713 433,65	3,40%

Pelo quadro anterior, infere-se que:



O grau de execução da despesa fixou-se em 64,76% em 2021, comparativamente à despesa dotada final.



Em 2021, os totais da despesa paga são superiores ao verificado em 2020, ascendendo a 30 724 293,27 euros, traduzindo um crescimento de 3,40%.



A despesa corrente mantém o seu peso na estrutura global da despesa, sendo a componente com maior expressividade (73,08% do total da despesa paga em 2021); em 2021 a despesa corrente ascendeu a 22 454 682,17 euros, registando uma taxa de execução de 85,92%.



As despesas de capital pagas foram, em 2021, de 8 269 611,10 euros, com uma taxa de execução de 38,81%, face à dotação orçamental final.

Q.8. Despesa Dotada, Comprometida e Paga. Graus de Execução da Despesa – 2021/2020

Despesas		2021	2020
	Despesas dotadas iniciais	36 010 311,00	39 686 217,00
[a]	Despesas dotadas corrigidas	47 442 825,96	44 133 664,91
[b]	Compromissos do exercício	38 822 164,00	37 251 769,79
[c]	Despesas pagas no exercício	30 724 293,27	29 713 433,65
[d] = [b] - [c]	Compromissos do exercício por pagar	8 097 870,73	7 538 336,14
[e]	Compromissos a pagar em exercícios futuros	15 825 939,34	15 391 777,71
[b]/[a]	Grau de execução da despesa comprometida em relação à dotação corrigida	81,83%	84,41%
[c]/[b]	Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	79,14%	79,76%
[c]/[a]	Grau de execução da despesa paga em relação à dotação corrigida	64,76%	67,33%

Pelos valores ilustrados no quadro anterior, constata-se que:



O total de despesa dotada final aumentou cerca de 3,3 milhões de euros, em 2021, face a 2020.



O volume de compromissos assumidos em 2021, registam um aumento em valor na ordem dos 1,6 milhões de euros face a 2020, no entanto, analisando o peso dos compromissos assumidos sobre a despesa dotada, verifica-se uma redução de 2,58 p.p. em 2021, face a

2020, devido ao aumento do valor da despesa dotada em 2021, ser superior à variação que se verificou no volume de compromissos assumidos.



O montante de despesas pagas no exercício de 2021, aumentou cerca de 1 milhão de euros, no entanto, analisando a execução da despesa face aos compromissos assumidos, em 2021 mantém-se em níveis idênticos aos verificados em 2020 (79,14% e 79,76%, respetivamente).



Tanto os compromissos do exercício por pagar como os compromissos de exercícios futuros acompanham a tendência crescente em 2021 (+560 mil euros e +434 mil euros, respetivamente).

Despesas Correntes

As **Despesas Correntes** apresentam, no exercício de 2021, um montante de despesa paga de 22 454 682,17 euros, ou seja 73,08%, do total da despesa paga.

Não obstante das análises aqui apresentadas, no capítulo reservado à análise financeira, são relatadas as variações e impactos, com maior especificidade e detalhe.

Q.9. Demonstração da Execução do Orçamento da Despesa Corrente – 2021/2020

(euros)

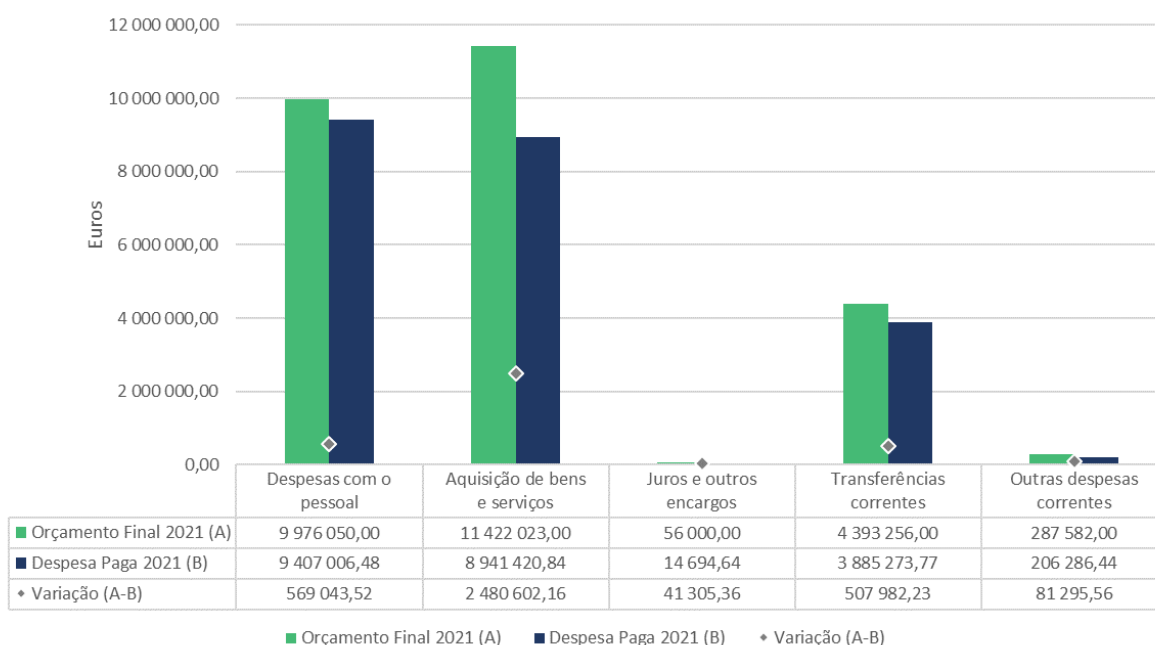
Rubricas	Orçamento Final 2021	Despesa Paga 2021	Taxa de Execução 2021	Valor Relativo	Despesa Paga 2020	Variação Despesa Paga 2021/2020
Despesas Correntes						
Despesas com o pessoal	9 976 050,00	9 407 006,48	94,30%	30,62%	8 628 682,92	9,02%
Aquisição de bens e serviços	11 422 023,00	8 941 420,84	78,28%	29,10%	8 792 408,14	1,69%
Juros e outros encargos	56 000,00	14 694,64	26,24%	0,05%	9 384,34	56,59%
Transferências correntes	4 393 256,00	3 885 273,77	88,44%	12,65%	3 803 821,91	2,14%
Outras despesas correntes	287 582,00	206 286,44	71,73%	0,67%	490 032,62	-57,90%
Total da Despesa Corrente	26 134 911,00	22 454 682,17	85,92%	73,08%	21 724 329,93	3,36%

As rubricas que explicam mais 50% da estrutura das despesas pagas, em 2021, são: as Despesas com o Pessoal (30,62%) e a Aquisição de Bens e Serviços (29,10%). Sucedem a estas principais

componentes da despesa paga, em 2021, as Transferências Correntes (12,65%), as Outras Despesas Correntes (0,67%) e os Juros e Outros Encargos (0,05%).

Conforme ilustra o gráfico seguinte, existem desvios entre a despesa corrente dotada final e as despesas correntes executadas. A classificação que apresenta maior desvio do valor dotado face à despesa paga é a Aquisição de Bens e Serviços, com um montante de dotação por realizar de aproximadamente 2,5 milhões de euros.

G.13. Comparação entre Despesa Corrente Orçada e Despesa Corrente Paga - 2021



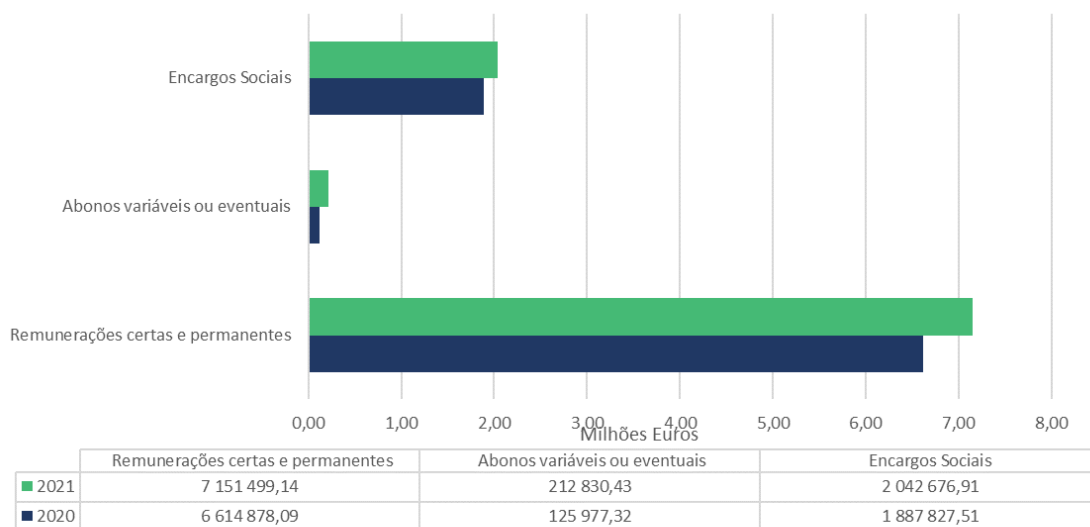
De seguida, apresentam-se algumas notas justificativas, para as rubricas que compõe a estrutura das despesas correntes, no exercício de 2021.

A rubrica **Despesas com o Pessoal**, representa, em 2021, 30,62% do total da despesa paga, tendo-se verificado um crescimento de 9,02% comparativamente a 2020, atingindo em 2021 um montante de 9 407 006,48 euros, valor esse que representa uma taxa de execução de 94,30% face ao valor dotado. As despesas com o pessoal encontram-se subdivididas nas seguintes classificações: remunerações

certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e encargos sociais. Em remunerações certas e permanentes registam-se, essencialmente, as despesas com remuneração base, subsídio de refeição, subsídios de férias e de Natal e remunerações por doença ou maternidade/paternidade. Na classificação de abonos variáveis são registadas as despesas com trabalho extraordinário, senhas de presença, abono para falhas, subsídio de turno e ajudas de custo. A classificação encargos sociais inclui despesas com contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, encargos com a saúde e seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

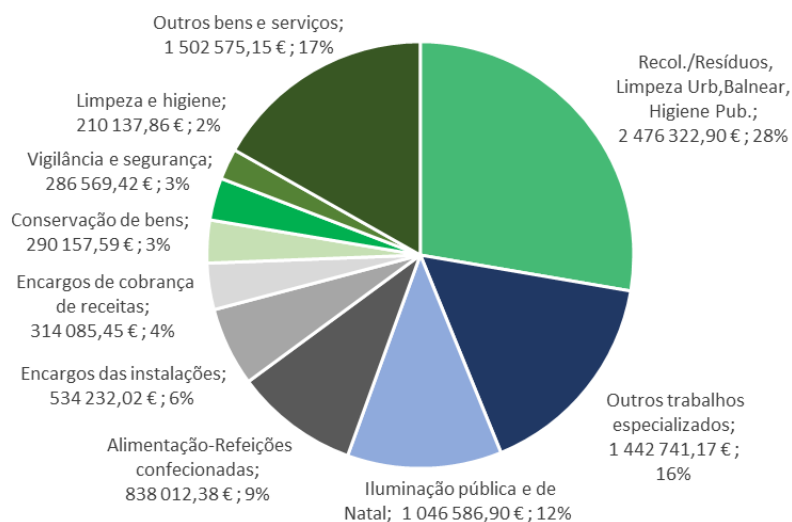
No gráfico infra, apresentam-se as rubricas das despesas com pessoal e a sua comparabilidade com o exercício de 2020, pelo que podemos observar que o seu aumento é transversal a todas as rubricas.

G.14. Variação das Componentes de Despesas com Pessoal – 2021/2020



A segunda maior componente das despesas correntes pagas, em 2021, são as despesas com **Aquisição de Bens e Serviços**, que representam 29,10% do total da despesa, que regista um aumento de 1,69%, comparativamente ao exercício económico de 2020. Esta rubrica regista, em 2021, 1 364 841,70 euros de despesas com a aquisição de bens e 7 576 579,14 euros de despesas com a aquisição de serviços. O gráfico seguinte demonstra a sua decomposição, em termos relativos. As rubricas residuais encontram-se agrupadas em “Outros bens e serviços”.

G.15. Estrutura da Aquisição de Bens e Serviços - 2021



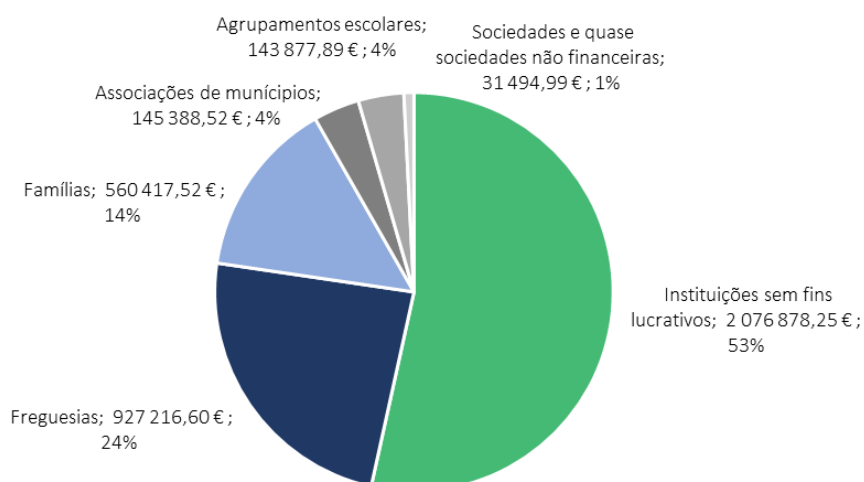
No que concerne à **Aquisição de Bens**, destaca-se a despesa paga relativa à alimentação, que representa 9% do total da despesa em aquisição de bens e serviços. Esta rubrica contempla as despesas pagas no âmbito do fornecimento de refeições em regime de confeção local e de refeições transportadas para os Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB do Concelho de Ovar, no ano 2021.

Na **Aquisição de Serviços**, a rubrica com maior expressão em 2021, é a Recolha de Resíduos, Limpeza Urbana, Balnear e Higiene Pública, cuja despesa representa 28% do total de despesa em aquisição de bens e serviços.

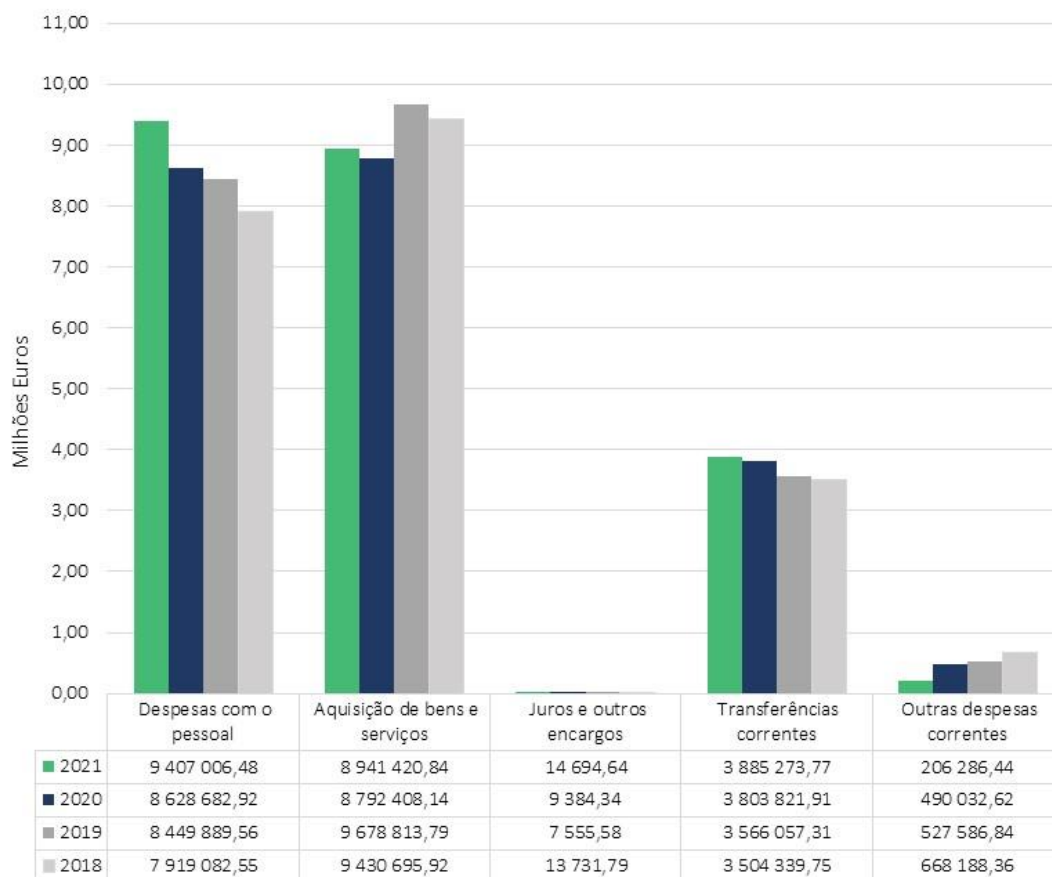
A terceira maior componente das Despesas Correntes, são as **Transferências Correntes** que ascenderam, em 2021, a 3 885 273,77 euros. Esta rubrica apresenta uma taxa de execução de 88,44%, relativamente ao valor orçado, apresentando um aumento face ao ano anterior de 2,14%.

No exercício de 2021, as despesas com transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos, representam cerca de metade do total desta rubrica, seguido pelas transferências para as Freguesias, as quais ascendem a quase um quarto do total destas despesas.

G.16. Estrutura das Transferências Correntes - 2021



G.17. Evolução da Despesa de Corrente Paga: 2018-2021



Conforme ilustra o gráfico anterior, concluímos que para os exercícios de 2018 a 2021: as Despesas com o Pessoal têm vindo progressivamente a aumentar fixando-se em 9 407 006,48 euros, em 2021; as despesas com Aquisições de Bens e Serviços apesar de terem registado um ligeiro aumento de 2020 para 2021, no quadriénio em análise apresentam uma tendência decrescente; as despesas com os Juros e Outros Encargos têm vindo a aumentar desde 2019, continuando a ser a rubrica com menor representatividade no total das despesas; as Transferências Correntes concedidas apresentam um crescimento sucessivo nos anos em análise e; as Outras Despesas Correntes atingem o valor mais baixo em 2021, após consecutivas diminuições desde 2018.

Despesas de Capital

As **Despesas de Capital** apresentam, no exercício de 2021, um montante de despesa paga de 8 269 611,10 euros, ou seja, 26,92% do total da despesa paga.

Não obstante as análises aqui apresentadas, no capítulo reservado à análise financeira, são relatadas as variações e impactos com maior especificidade e detalhe.

Q.10. Demonstração da Execução do Orçamento da Despesa de Capital – 2021/2020

(euros)

Rubricas	Orçamento Final 2021	Despesa Paga 2021	Taxa de Execução 2021	Valor Relativo	Depesa Paga 2020	Variação Despesa Paga 2021/2020
Despesas de Capital						
Aquisição de bens de capital	19 700 995,96	7 496 818,59	38,05%	24,40%	7 384 228,92	1,52%
Transferências de capital	1 285 919,00	561 777,18	43,69%	1,83%	434 905,66	29,17%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%	51 445,50	-100,00%
Passivos financeiros	320 000,00	211 015,33	65,94%	0,69%	118 523,64	78,04%
Outras despesas de capital	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	-
Total da Despesa de Capital	21 307 914,96	8 269 611,10	38,81%	26,92%	7 989 103,72	3,51%

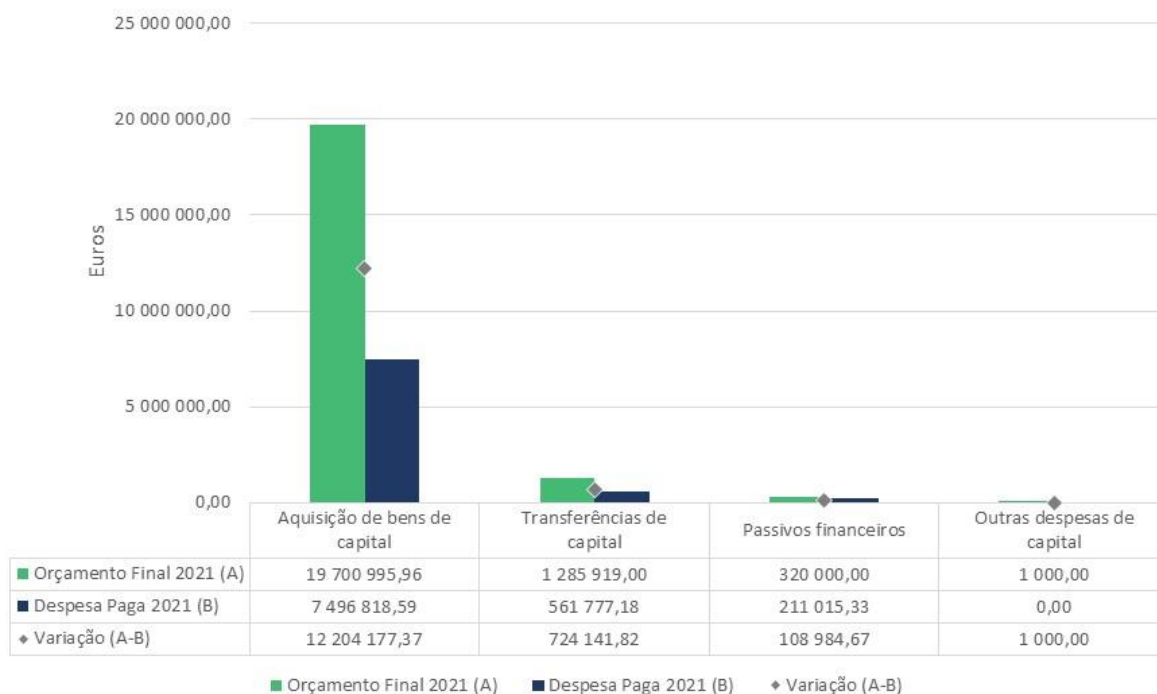
Conforme ilustra a tabela anterior, em 2021, a rubrica de Aquisição de Bens de Capital, representa 24,40% da estrutura das despesas, sendo a componente com maior peso relativo nas despesas de capital pagas. A sua execução cifrou-se em 38,05%, pois a despesa dotada foi superior à executada em cerca de 12 milhões de euros.

As Transferências de Capital constituem a segunda maior componente das despesas de capital, com um peso relativo de 1,83%. Em 2021, o seu montante ascendeu a 561 777,18 euros, representando um aumento de 29,17%, comparativamente com o ano anterior.

Segue-se a rubrica de Passivos Financeiros (0,69%), a qual apresenta um aumento de 78,04%, decorrente do facto da amortização de capital em dívida do empréstimo de médio/longo prazo à Caixa de Crédito Agrícola ter iniciado em 2021, resultando assim num aumento da realização de despesa nesta rubrica uma vez que, os restantes empréstimos se mantiveram constantes.

Comparando a despesa de capital dotada com os montantes efetivamente realizados e pagos, conforme ilustra o gráfico, verificamos que em todas as classificações existe um excedente entre o valor dotado e o pago. Este excedente resulta do facto da elevada incerteza que se reveste a dotação no orçamento de despesas, a satisfazer em determinado exercício económico.

G.18. Comparação entre Despesa de Capital Orçada e Despesa de Capital Paga - 2021

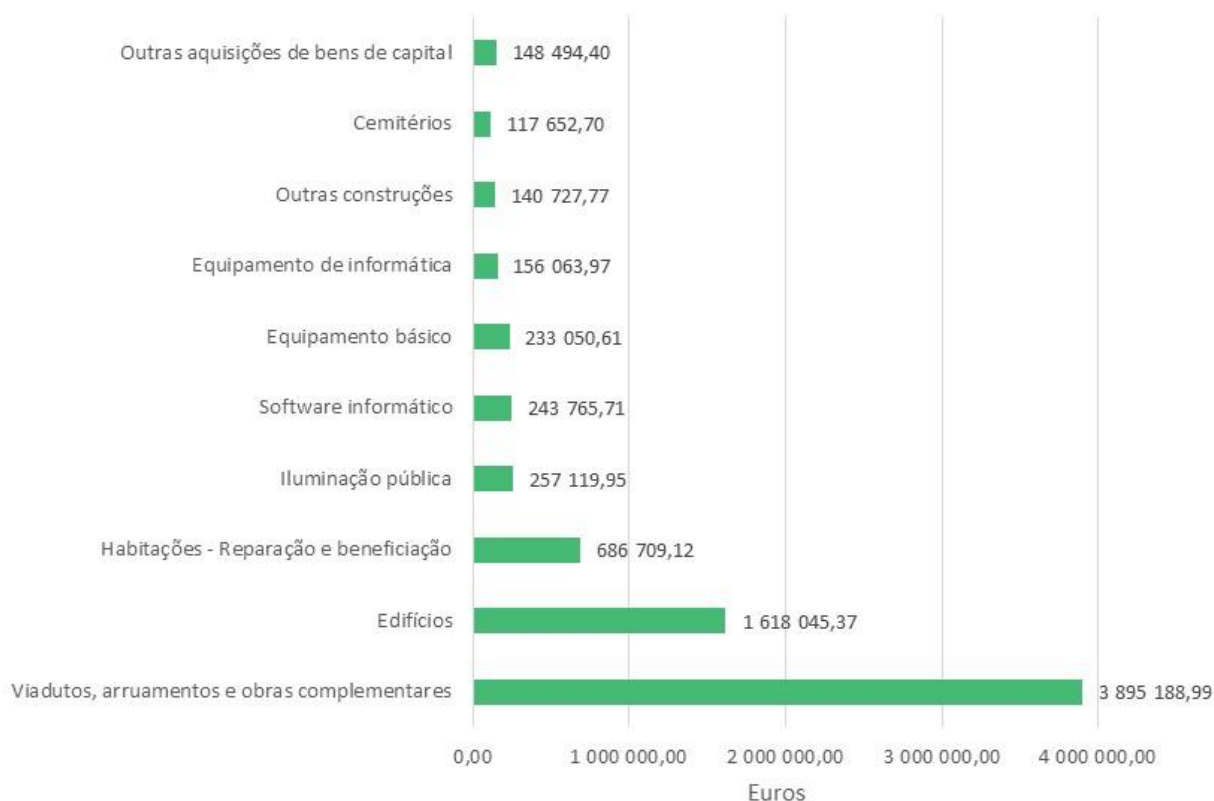


Assim, apresentam-se algumas notas justificativas para as despesas de capital de 2021.

As **Aquisições de Bens de Capital**, em 2021, ascenderam a 7 496 818,59 euros de despesa paga. Esta despesa, comparativamente com o exercício de 2020, cresceu 1,52%.

Contribuem para a despesa total paga nesta rubrica, com maior impacto, os investimentos em: viadutos, arruamentos e obras complementares, destacando-se as empreitadas de “Requalificação da envolvente à estação e jardim Almeida Garrett – Ovar”, de “Requalificação dos Largos 1.º de Dezembro, Santa Camarão, Combatentes e percursos de ligação – Rua Visconde de Ovar – Ovar”, de “Requalificação dos arruamentos envolventes ao conjunto habitacional do Alto Saboga – Ovar” e de “Reparação de várias ruas em Ovar”; seguindo-se os investimentos em edifícios, maioritariamente em escolas, onde se destacam as empreitadas de “Reabilitação do edifício da Escola Júlio Dinis – Ovar”, de “Beneficiação e ampliação da Escola do Furadouro – Ovar”, de “Substituição das coberturas na EB 2/3 de Maceda” e de “Substituição nas coberturas da EB1 de S. Vicente de Pereira Jusã”; e despesas em reparação e beneficiação de habitações, nomeadamente, a empreitada de “Execução de medidas de eficiência energética para os 50 fogos do conjunto habitacional do Furadouro – Ovar” e de “Reabilitação do SAAL – Cortegaça”. No seguinte gráfico podemos analisar os montantes de despesa paga em aquisição de bens de capital em 2021, desagregado por classificação, sendo que as classificações de menor dimensão encontram-se agrupadas na designação “Outras aquisições de bens de capital”.

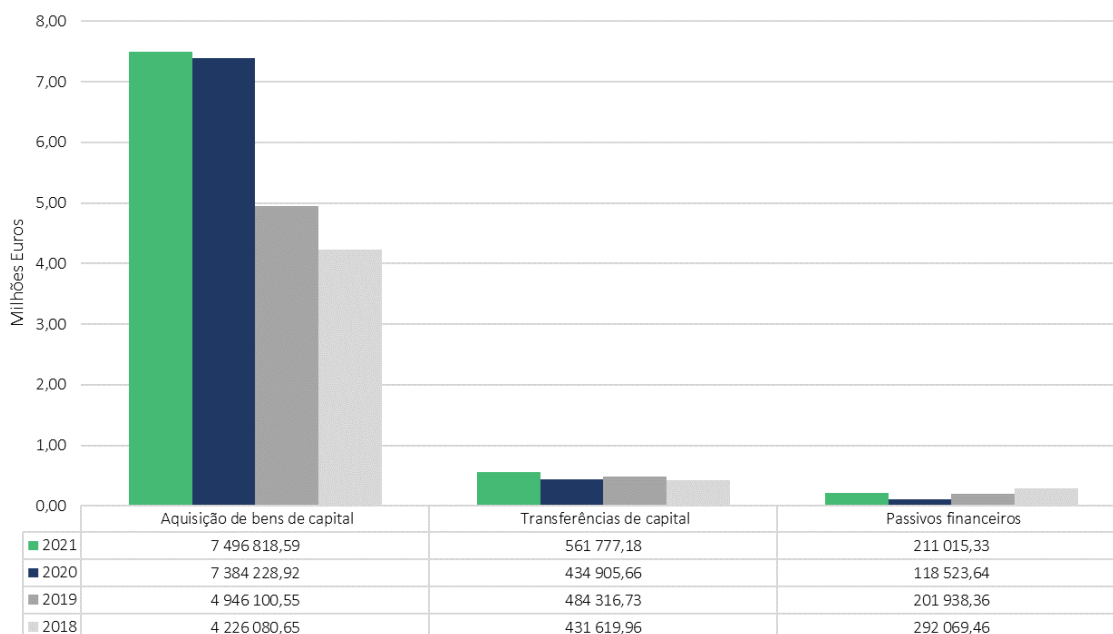
G.19. Estrutura da Aquisição de Bens de Capital - 2021



As **Transferências de Capital**, registaram em 2021 um montante de despesa paga de 561 777,18 euros. Este montante reflete, essencialmente, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, e para instituições sem fins lucrativos no âmbito dos diversos protocolos celebrados.

Os **Passivos Financeiros** no montante de 211 015,33 euros, refletem as liquidações de amortizações de capital dos empréstimos de médio/longo prazo contraídos, outrora, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, C.R.L..

G.20. Evolução da Despesa Capital Paga: 2018 - 2021



Conforme ilustra o gráfico anterior, podemos verificar que a despesa com a Aquisição de Bens de Capital, têm vindo a aumentar desde 2018, tendo ocorrido o maior aumento de 2019 para 2020. As Transferências de Capital tem registado uma tendência crescente, apesar das variações entre os períodos em análise serem pouco significativas, tendo inclusive ocorrido um decréscimo em 2020. As despesas com os Passivos Financeiros, onde se registam as despesas com amortização de capital de empréstimos obtidos, apresentam uma tendência decrescente no período em análise, há exceção da variação de 2020 para 2021, pelos motivos já explicados anteriormente.

4.2.2.3. Equilíbrio Orçamental Municipal

Um dos indicadores que permitirá aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e a despesa corrente paga acrescida dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos dos artigos 40.º e 83.º, da Lei n.º 73/2013, de 30 de setembro, na atual redação.

Q.11. Cálculo do Equilíbrio Orçamental – 2021/2020

(euros)

Cálculo Equilíbrio Orçamental		2021	2020	Varição 2021/2020
[a]	Receitas Correntes Cobradas Brutas	26 633 524,75	28 056 493,89	-5,07%
[b]	Despesas Correntes Pagas	22 454 682,17	21 724 329,93	3,36%
[c]	Passivos Financeiros (amortizações médias)	274 758,50	274 758,50	0,00%
[d]=[b]+[c]	Total da Despesa Corrente Acrescida das Amortizações Médias	22 729 440,67	21 999 088,43	3,32%
[e]=[a]-[d]	Saldo Corrente Deduzido das Amortizações	3 904 084,08	6 057 405,46	-35,55%

O quadro anterior mostra a relação entre estas duas componentes da estrutura financeira do Município de Ovar, que traduz o estado de **equilíbrio orçamental** das mesmas. Da sua análise conclui-se que:



Em 2021, o Município de Ovar, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 30 de setembro, na atual redação), ao apresentar um valor positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 3 904 084,08 euros.



Mais se verificou que, em 2021, o saldo corrente deduzido das amortizações médias foi inferior ao apurado no exercício de 2020, resultado do efeito negativo provocado tanto pela redução do montante de receitas correntes brutas cobradas, como pelo aumento das despesas correntes pagas.

Em suma, podemos aferir que o Município de Ovar, no exercício de 2021, cumpriu com o estipulado nos artigos 40.º e 83.º, da Lei n.º 73/2013, de 30 de setembro, na atual redação.

4.2.2.4. Execução Global das Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano constituem um instrumento de apoio à gestão financeira, do qual se integra todo o planeamento económico e social do Município e se fundamenta a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, suportada em dois documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

O **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da Autarquia Local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se demonstrada no mapa anexo à Prestação de Contas, denominado “Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos” (conforme estipula o parágrafo 11 da NCP 26) apresentando um nível de execução financeira anual, de 38,05%.

As **Atividades Mais Relevantes (AMR)**, incluem projetos e ações de natureza corrente que se perspetiva realizar em determinado ano económico, incluindo igualmente a previsão num horizonte móvel acrescido de quatro anos, numa lógica de compromissos plurianuais.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano do exercício de 2021, do Município de Ovar, pode ser traduzida sucintamente, conforme demonstra o quadro seguinte.

Q.12. Execução Global das GOP's - 2021/2020

(euros)								
Rubricas	Orçamento Final 2021	Despesa Paga 2021	Taxa de Execução	Valor Relativo	Orçamento Final 2020	Despesa Paga 2020	Taxa de Execução	Valor Relativo
Administração Autárquica	5 697 964,61	4 103 702,78	72,02%	13,36%	5 357 657,00	4 137 726,41	77,23%	13,93%
Assembleia Municipal	65 800,00	54 537,52	82,88%	0,18%	69 950,00	47 930,13	68,52%	0,16%
Câmara Municipal	3 121 203,00	2 518 372,83	80,69%	8,20%	3 395 963,00	2 549 401,71	75,07%	8,58%
Edifícios e Equipamentos Municipais	708 281,61	67 155,74	9,48%	0,22%	105 551,00	37 257,03	35,30%	0,13%
Aquisição de equipamento - Investimento	105 000,00	90 622,41	86,31%	0,29%	181 700,00	110 514,34	60,82%	0,37%
Transferências Municipais	1 697 680,00	1 373 014,28	80,88%	4,47%	1 604 493,00	1 392 623,20	86,80%	4,69%
Recursos Humanos	10 043 891,00	9 445 451,98	94,04%	30,74%	9 774 970,00	8 654 245,53	88,53%	29,13%
Despesas com o pessoal	9 920 050,00	9 359 623,48	94,35%	30,46%	9 637 800,00	8 587 909,47	89,11%	28,90%
Higiene e segurança no trabalho	79 378,00	56 097,98	70,67%	0,18%	89 430,00	49 735,21	55,61%	0,17%
Qualificação, aquisição e estudos em recursos humanos	42 303,00	27 584,86	65,21%	0,09%	17 340,00	6 264,62	36,13%	0,02%
Medidas de Emprego Apoiado	-	-	-	-	20 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Controlo de assiduidade	2 160,00	2 145,66	99,34%	0,01%	10 400,00	10 336,23	99,39%	0,03%
Materiais diversos e fornecimentos contínuos	164 127,00	107 708,32	65,62%	0,35%	159 886,00	88 771,34	55,52%	0,30%
Candidaturas	9 368 891,00	3 472 471,43	37,06%	11,30%	7 967 456,00	3 232 197,13	40,57%	10,88%
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU	3 537 300,00	2 189 716,12	61,90%	7,13%	4 122 883,00	1 221 645,82	29,63%	4,11%
Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial	2 060 700,00	792 750,53	38,47%	2,58%	2 674 000,00	1 010 622,67	37,79%	3,40%
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	546 000,00	52 610,41	9,64%	0,17%	-	-	-	-
POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	1 638 272,00	38 371,74	2,34%	0,12%	1 105 050,00	979 201,85	88,61%	3,30%
PDR - Programa de Desenvolvimento Rural	286 497,00	134 602,37	46,98%	0,44%	10,00	0,00	0,00%	0,00%
Outros Programas ou Candidaturas	1 300 122,00	264 420,26	20,34%	0,86%	65 513,00	20 726,79	31,64%	0,07%
Orçamento Participativo	184 845,00	82 241,52	44,49%	0,27%	288 676,00	78 692,90	27,26%	0,26%
Banco Local de Voluntariado	2,00	0,00	0,00%	0,00%	2 501,00	52,90	2,12%	0,00%
Transportes Urbanos	1,00	0,00	0,00%	0,00%	1 000,00	0,00	-	0,00%
Proteção Civil	1 092 207,00	939 595,76	86,03%	3,06%	1 910 611,00	1 380 415,72	72,25%	4,65%
Proteção Civil	709 340,00	650 972,81	91,77%	2,12%	503 361,00	465 584,03	92,50%	1,57%
COVID-19	382 867,00	288 622,95	75,38%	0,94%	1 407 250,00	914 831,69	65,01%	3,08%
Tecnologias de Informação e Comunicação	653 917,00	534 592,24	81,75%	1,74%	1 161 254,62	585 921,79	50,46%	1,97%
Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo	2 103,00	0,00	0,00%	0,00%	10,00	0,00	0,00%	0,00%
Juventude	73 274,00	67 597,23	92,25%	0,22%	52 600,00	33 953,05	64,55%	0,11%
Serviços Veterinários	20 400,00	12 102,04	59,32%	0,04%	16 330,00	7 297,61	44,69%	0,02%
Comunicação	135 000,00	123 383,84	91,40%	0,40%	105 510,00	77 960,52	73,89%	0,26%
Projetos e Obras Municipais	5 920 245,00	2 016 957,96	34,07%	6,56%	3 194 827,81	1 109 962,43	34,74%	3,74%
Contratos de Emprego e Inserção Social	6 089,00	6 088,34	99,99%	0,02%	4 000,00	549,30	13,73%	0,00%
Aquisição de Bens e Serviços	66 600,00	11 664,00	17,51%	0,04%	44 500,00	7 766,83	17,45%	0,03%
Rede Viária	5 563 319,00	1 805 350,18	32,45%	5,88%	3 029 267,81	1 056 818,26	34,89%	3,56%
Arranjos e Infraestruturas Urbanísticas	284 237,00	193 855,44	68,20%	0,63%	117 060,00	44 828,04	38,29%	0,15%
Conservação e Serviços Urbanos	1 378 962,00	808 208,15	58,61%	2,63%	788 859,00	469 807,35	59,56%	1,58%
Contratos de Emprego e Inserção Social	7 794,00	7 793,21	99,99%	0,03%	35 000,00	3 484,45	9,96%	0,01%
Sinalização, Trânsito e Toponímia	85 010,00	59 622,79	70,14%	0,19%	70 500,00	55 108,20	78,17%	0,19%
Estacionamentos	10,00	0,00	0,00%	0,00%	20,00	0,00	0,00%	0,00%
Mercados e Feiras	135 000,00	53 581,26	39,69%	0,17%	60 430,00	1 644,01	2,72%	0,01%
Cemitérios	420 030,00	117 652,70	28,01%	0,38%	55 760,00	14 678,82	26,33%	0,05%
Maquinaria e Equipamento	251 011,00	164 501,41	65,54%	0,54%	247 620,00	160 097,58	64,65%	0,54%
Plano de Eficiência Energética	278 505,00	257 119,95	92,32%	0,84%	55 015,00	44 969,34	81,74%	0,15%
Diversos	201 602,00	147 936,83	73,38%	0,48%	264 514,00	189 824,95	71,76%	0,64%
Ambiente e Proteção da Natureza	4 187 092,00	3 063 605,27	73,17%	9,97%	3 487 608,00	2 755 477,93	79,01%	9,27%
Contratos de Emprego e Inserção Social	1 093,00	1 092,55	99,96%	0,00%	27 490,00	19 298,64	70,20%	0,06%
Resíduos e Gestão Ambiente	2 878 020,00	2 567 457,37	89,21%	8,36%	2 645 902,00	2 401 737,71	90,77%	8,08%
Recursos Hídricos	249 254,00	144 777,62	58,08%	0,47%	188 490,00	65 160,05	34,57%	0,22%
Parques e Jardins	599 511,00	135 282,94	22,57%	0,44%	178 943,00	123 517,04	69,03%	0,42%
Gabinete do Agricultor	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%	20,00	0,00	0,00%	0,00%
Educação Ambiental	40 244,00	20 004,42	49,71%	0,07%	71 310,00	30 747,61	43,12%	0,10%
Turismo de Natureza e Mobilidade Sustentável	20 358,00	12 140,18	59,63%	0,04%	14 360,00	281,69	1,96%	0,00%
Floresta	123 181,00	6 507,42	5,28%	0,02%	90 610,00	28 187,58	31,11%	0,09%
Ruído	6 160,00	3 255,32	52,85%	0,01%	9 051,00	0,00	0,00%	0,00%
Orla Costeira - Novas Competências Municipais	194 571,00	115 863,86	59,55%	0,38%	215 921,00	57 667,83	26,71%	0,19%
Diversos	73 700,00	57 223,59	77,64%	0,19%	45 511,00	28 879,78	63,46%	0,10%

(continua→)

(→ continua da página anterior)

(euros)								
Rubricas	Orçamento Final 2021	Despesa Paga 2021	Taxa de Execução	Valor Relativo	Orçamento Final 2020	Despesa Paga 2020	Taxa de Execução	Valor Relativo
Desenvolvimento Social e Saúde	1 765 775,00	1 182 086,12	66,94%	3,85%	3 017 005,00	2 520 695,95	83,55%	8,48%
Apoios Sociais/Fundos Sociais	403 939,00	248 706,83	61,57%	0,81%	403 052,00	276 444,72	68,59%	0,93%
Apoio ao Associativismo	606 076,00	408 166,09	67,35%	1,33%	527 363,00	417 958,13	79,25%	1,41%
Unidades de Saúde	46 000,00	43 760,84	95,13%	0,14%	30 510,00	10 299,00	33,76%	0,03%
Habituação e Urbanização	574 260,00	367 381,90	63,97%	1,20%	1 926 075,00	1 710 882,00	88,83%	5,76%
Diversos	135 500,00	114 070,46	84,18%	0,37%	130 005,00	105 112,10	80,85%	0,35%
Cultura	2 133 436,00	1 558 883,95	73,07%	5,07%	2 908 022,00	2 230 464,19	76,70%	7,51%
Rede Concelhia de Bibliotecas	91 215,00	73 637,14	80,73%	0,24%	110 200,00	78 602,26	71,33%	0,26%
Contratos de Emprego e Inserção Social	12 862,00	12 861,18	99,99%	0,04%	25 000,00	3 199,33	12,80%	0,01%
Centro de Arte de Ovar	298 540,00	242 274,21	81,15%	0,79%	297 680,00	256 418,25	86,14%	0,86%
Escola de Artes e Ofícios	46 950,00	40 604,45	86,48%	0,13%	36 695,00	24 594,51	67,02%	0,08%
Museus	102 920,00	67 105,70	65,20%	0,22%	73 750,00	55 248,53	74,91%	0,19%
Carnaval	204 555,00	178 149,31	87,09%	0,58%	883 865,00	853 504,34	96,57%	2,87%
Cantar os Reis	20 320,00	12 313,00	60,60%	0,04%	8 000,00	727,50	9,09%	0,00%
Eventos do Exterior - Diversos	71 398,00	70 890,71	99,29%	0,23%	97 905,00	67 727,62	69,18%	0,23%
Protocolos e parcerias	16 500,00	7 700,00	46,67%	0,03%	15 110,00	10 000,00	66,18%	0,03%
Património Cultural Costeiro	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%	10,00	0,00	0,00%	0,00%
Edições	22 500,00	8 050,35	35,78%	0,03%	10,00	0,00	0,00%	0,00%
Apoio ao Associativismo e Agentes Culturais	467 160,00	314 652,85	67,35%	1,02%	521 185,00	307 664,26	59,03%	1,04%
Equipamentos/Edifícios Municipais	305 912,00	151 038,46	49,37%	0,49%	548 122,00	414 600,02	75,64%	1,40%
Serviços de Produção e da Programação	240 102,00	200 426,38	83,48%	0,65%	251 550,00	147 357,80	58,58%	0,50%
Diversos	231 502,00	179 180,21	77,40%	0,58%	38 940,00	10 819,77	27,79%	0,04%
Desporto	1 641 772,00	1 027 102,97	62,56%	3,34%	1 237 170,00	845 592,91	68,35%	2,85%
Contratos de Emprego e Inserção Social	3 854,00	3 853,36	99,98%	0,01%	15 000,00	4 955,56	33,04%	0,02%
Piscina Municipal de Ovar	372 631,00	206 660,06	55,46%	0,67%	457 940,00	198 225,12	43,29%	0,67%
Apoio ao Associativismo e Agentes Desportivos	914 109,00	747 658,52	81,79%	2,43%	704 220,00	619 820,15	88,02%	2,09%
Instalações e Equipamentos Desportivos	323 178,00	43 431,04	13,44%	0,14%	38 710,00	8 334,07	21,53%	0,03%
Outras Atividades Desportivas	28 000,00	25 499,99	91,07%	0,08%	21 300,00	14 258,01	66,94%	0,05%
Turismo	396 453,35	251 417,29	63,42%	0,82%	300 675,00	149 197,80	49,62%	0,50%
Educação	2 206 468,00	1 701 474,45	77,11%	5,54%	2 032 086,48	1 175 646,71	57,85%	3,96%
Contratos de Emprego e Inserção Social	32 596,00	32 595,36	100,00%	0,11%	85 000,00	36 236,76	42,63%	0,12%
Edifícios Escolares	399 560,00	285 393,36	71,43%	0,93%	474 490,00	75 331,33	15,88%	0,25%
Agrupamentos Escolares	156 236,00	143 877,89	92,09%	0,47%	181 590,00	155 348,85	85,55%	0,52%
Programa Educativo Municipal	406 418,00	247 346,66	60,86%	0,81%	302 112,00	179 156,61	59,30%	0,60%
Transportes e Refeições Escolares	1 187 655,00	985 516,67	82,98%	3,21%	967 894,48	717 999,27	74,18%	2,42%
Diversos	24 003,00	6 744,51	28,10%	0,02%	21 000,00	11 573,89	55,11%	0,04%
Operações Financeiras	376 000,00	225 709,97	60,03%	0,73%	368 950,00	179 353,48	48,61%	0,60%
Juros e Outros Encargos	56 000,00	14 694,64	26,24%	0,05%	37 500,00	9 384,34	25,02%	0,03%
Passivos Financeiros	320 000,00	211 015,33	65,94%	0,69%	280 000,00	118 523,64	42,33%	0,40%
Ativos Financeiros	-	-	-	-	51 450,00	51 445,50	99,99%	0,17%
Total Geral das GOPS	47 442 825,96	30 724 293,27	64,76%	100,00%	44 133 664,91	29 713 433,65	67,33%	100,00%

No exercício de 2021, a distribuição de despesa por rubrica mantém-se idêntica à apurada no exercício de 2020, tendo-se registado as maiores variações positivas em Projetos e Obras Municipais (+2,82 p.p.), devido ao aumento do peso da despesa em rede viária (+2,32 p.p.), e em Recursos Humanos (+1,61 p.p.). Por outro lado, as maiores variações negativas registaram-se em Desenvolvimento Social e Saúde (-4,63 p.p.), devido à aquisição de edifícios destinados à habitação social que aconteceu em 2020, e em Cultura (-2,44 p.p.), motivado pela redução de despesa em Carnaval (-2,29 p.p.).

De seguida, serão analisadas as principais rubricas que integram o mapa das GOP's.



A **Administração Autárquica** representa 13,36% da estrutura das GOP's em 2021. Esta componente incorpora despesas transversais da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, nomeadamente despesas com locação de edifícios, iluminação pública, consumo de eletricidade, consumo de água, serviços de vigilância e segurança e serviços de limpeza. Inclui também despesas com conservação e reparação de edifícios e equipamentos municipais. Destas, destaca-se o peso relativo das despesas da Câmara Municipal e das Transferências Municipais.



As despesas em **Recursos Humanos** são as que representam a maior porção de despesa, representando 30,74% do total de despesa paga em 2021. A principal rubrica corresponde às despesas com o pessoal, tendo-se verificado um aumento desta despesa em 2021, conforme já anteriormente referido.



As despesas em **Candidaturas** incorporam 11,30% da despesa, onde se registam as despesas relativas a projetos objeto de comparticipação financeira, nomeadamente ao abrigo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), entre outros.



As despesas em **Projetos e Obras Municipais** constituem 6,56% do total de despesa, tendo-se verificado um aumento do valor absoluto de despesa paga face ao ano anterior, aumento esse, transversal a todos os projetos que compõem este objetivo, mas especialmente sentido em Rede Viária e em Arranjos e Infraestruturas Urbanísticas.



As despesas relativas a **Ambiente e Proteção da Natureza** representam 9,97% do total de despesa e relacionam-se, maioritariamente, com a componente de “Resíduos e Gestão Ambiente”, ou seja, despesa no âmbito da aquisição de serviços de recolha de resíduos urbanos, de higiene pública, limpeza urbana e balnear e de recolha seletiva e tratamento.



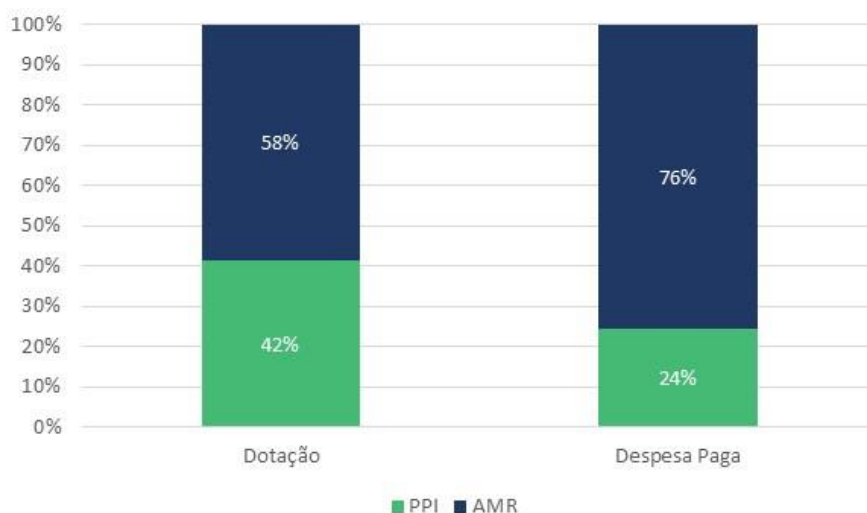
A **Cultura** contribui com 5,07% para a estrutura das GOP's. Em 2021, a principal componente de despesa foi em Apoio ao Associativismo e Agentes Culturais, ou seja, as despesas inerentes às transferências concedidas no âmbito dos protocolos da cultura em vigor, com as Associações do Concelho. O decréscimo de despesa verificado neste objetivo deve-se ao facto de em 2021 não se ter realizado o Carnaval de Ovar nos moldes habituais, tendo por isso causado uma forte redução de despesa neste projeto, comparativamente a 2020.



A **Educação** representa 5,54% do total da despesa, verificando-se um aumento do seu peso relativo face ao registado em 2020 (+1,58 p.p.), tendo atingido os 1 701 474,45 euros em 2021, ou seja, aumentou em cerca de 500 mil euros face a 2020. Para este aumento contribuem, essencialmente, as despesas em Edifícios Escolares e em Transportes e Refeições Escolares.

Conforme demonstra o gráfico seguinte, as Atividades Mais Relevantes (AMR) compõem cerca de 58% do total da despesa dotada, enquanto que o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) representa 42% da sua estrutura. Analisando a distribuição da despesa paga, as AMR correspondem a 76%, face a 24% da despesa em PPI.

G.21. Composição das Grandes Opções do Plano - 2021



Análise Financeira



5. Análise Financeira

5.1. Enquadramento Teórico-Legal

O subsistema da Contabilidade Financeira prevista no SNC-AP, assenta numa estrutura concetual, em 25 Normas de Contabilidade Pública (NCP) e no Plano de Contas Multidimensional (PCM). Não obstante este facto, ainda existe uma norma referente à Contabilidade e Relato Orçamental – a NCP 26 (foi referenciada no capítulo 4 deste relatório) e a NCP 27 vocacionada para a Contabilidade de Gestão (em análise no capítulo 8 deste relatório).

Q.13. Normas de Contabilidade Pública (NCP) – Aplicáveis à Contabilidade Financeira

Normas de Contabilidade Pública (NCP)	
NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros	NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP 3 - Ativos Intangíveis	NCP 16 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	NCP 17 - Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis	NCP 18 - Instrumentos Financeiros
NCP 6 - Locações	NCP 19 - Benefícios dos Empregados
NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos	NCP 20 - Divulgações de Partes Relacionadas
NCP 8 - Propriedades de Investimento	NCP 21 - Demonstrações Financeiras Separadas
NCP 9 - Imparidade de Ativos	NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP 10 - Inventários	NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP 11 - Agricultura	NCP 24 - Acordos Conjuntos
NCP 12 - Contratos de Construção	NCP 25 - Relato por Segmentos
NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação	

As demonstrações financeiras, são assim uma representação apropriada em conformidade com as NCP suprarreferidas.

As demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e de outros acontecimentos, ao agrupados em grandes classes, de acordo com as suas características económicas. Estas grandes classes são constituídas pelos elementos das demonstrações financeiras. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição financeira no Balanço são os Ativos, os Passivos e o Património Líquido. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na Demonstração dos Resultados são os Rendimentos e os Gastos.

Os Ativos, Passivos e Património Líquido, servem para os utilizadores do relato financeiro, mensurarem a posição financeira da Autarquia, através do **Balanço**.

Já os Rendimentos e Gastos, constituem uma análise que permite, através da **Demonstração de Resultados**, mensurar o desempenho da Autarquia, em determinado ano económico.

5.2. Demonstrações Financeiras

Os elementos que compõe o conjunto das demonstrações financeiras e que serão analisadas com maior detalhe de seguida são: o Balanço; a Demonstração de Resultados por Naturezas; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração das Alterações do Património Líquido; e o Anexo às Demonstrações Financeiras. Com isto, pretende-se dar informação útil e transparente, aos utilizadores da informação financeira do Município de Ovar.

5.2.1. Análise ao Balanço

Um dos principais elementos do relato financeiro de uma entidade pública sujeita ao SNC-AP é o **Balanço**. O Balanço é a demonstração financeira que apresenta os recursos e obrigações – Ativos e Passivos da entidade –, dos quais resulta o Património Líquido dessa mesma entidade à data de relato, as ainda possíveis contribuições e distribuições do Património Líquido. A informação relativa à diferença entre os Ativos e os Passivos numa determinada data permite identificar os recursos e as obrigações, considerando a apresentação de informação comparativa com o período anterior, avaliando as alterações entretanto ocorridas. Os elementos relacionados com a avaliação da posição

financeira no Balanço são os **Ativos** e **Passivos** – ambos classificados em correntes e não correntes e o **Património Líquido**.

Efetuamos, deste modo, uma análise ao Balanço da Autarquia, reportado a 31.12.2021 apresentando o seu termo comparativo com o período homólogo. Não obstante a análise apresentada neste capítulo, a mesma é completada através da análise ao Anexo às Demonstrações Financeiras.

5.2.1.1. Análise à Estrutura do Ativo

Como já havia sido referido anteriormente, o Ativo divide-se em Corrente e Não Corrente, consoante a sua respetiva exigibilidade, curto prazo e médio/longo prazo, respetivamente, de forma a proporcionar informação mais útil aos utilizadores da informação.



Ativo – é um recurso controlado pela entidade como resultado de um evento passado e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Conforme ilustra o quadro seguinte, infere-se que o total do Ativo ascende em 2021, a 155 302 987,43 euros, sendo que 132 359 811,14 euros correspondem ao Ativo Não Corrente e 22 943 176,29 euros, ao Ativo Corrente.

O Ativo Não Corrente, ou de médio/longo prazo, é aquele que apresenta um maior peso estrutural, no total do Ativo (85,23%). O Ativo Corrente representa 14,77% do total do Ativo.

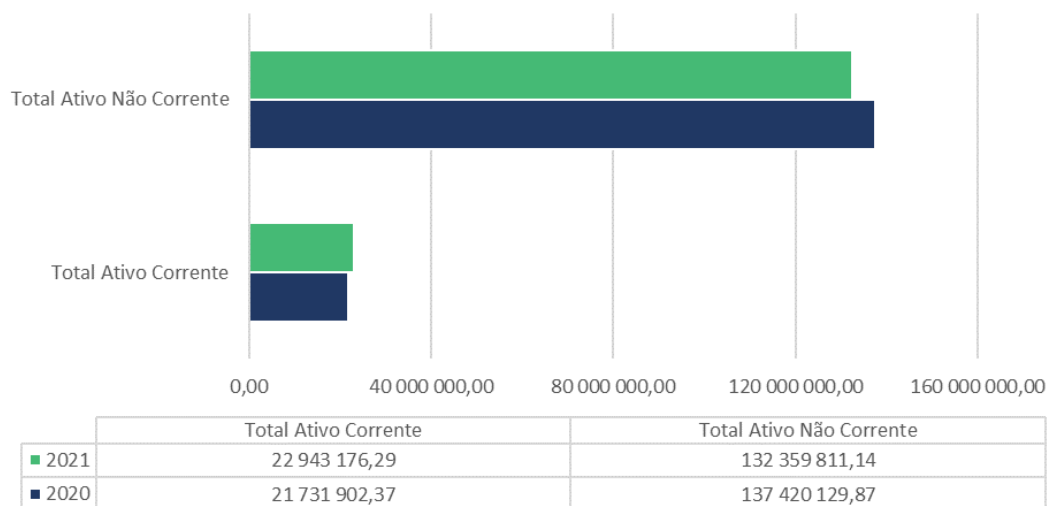
Comparativamente ao exercício de 2020, verifica-se um decréscimo de 3,68% no Ativo Não Corrente do Município. O facto de o valor patrimonial líquido dos Ativos Fixos Tangíveis diminuir (em virtude das depreciações do exercício) e dado o seu peso estrutural no Ativo, implica um natural decréscimo entre os exercícios em análise.

Q.14. Ativo - 2021/2020

(euros)

Ativo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Não Corrente						
Ativos fixos tangíveis	126 501 355,05	81,45	131 283 191,71	82,49	-4 781 836,66	-3,64
Propriedades de investimento	1 242 093,69	0,80	1 319 642,02	0,83	-77 548,33	-5,88
Ativos intangíveis	27 360,82	0,02	111 622,00	0,07	-84 261,18	-75,49
Participações financeiras	3 213 074,00	2,07	3 213 074,00	2,02	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	1 356 909,26	0,87	1 330 739,42	0,84	26 169,84	1,97
Clientes, contribuintes e utentes	19 018,32	0,01	24 984,08	0,02	-5 965,76	-23,88
Outras contas a receber	0,00	0,00	136 876,64	0,09	-136 876,64	-100,00
Total Ativo Não Corrente	132 359 811,14	85,23	137 420 129,87	86,35	-5 060 318,73	-3,68
Ativo Corrente						
Inventários	101 258,88	0,07	98 012,09	0,06	3 246,79	3,31
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 174 375,77	0,76	1 532 849,66	0,96	-358 473,89	-23,39
Clientes, contribuintes e utentes	796 003,38	0,51	374 646,58	0,24	421 356,80	112,47
Estado e outros entes públicos	17 021,35	0,01	9 024,75	0,01	7 996,60	88,61
Outras contas a receber	8 252 496,13	5,31	8 180 494,48	5,14	72 001,65	0,88
Diferimentos	411 246,29	0,26	112 424,56	0,07	298 821,73	265,80
Caixa e depósitos	12 190 774,49	7,85	11 424 450,25	7,18	766 324,24	6,71
Total Ativo Corrente	22 943 176,29	14,77	21 731 902,37	13,65	1 211 273,92	5,57
Total Ativo	155 302 987,43	100,00	159 152 032,24	100,00	-3 849 044,81	-2,42

G.22. Ativo - 2021/2020



→ Ativo Não Corrente

O **Ativo Não Corrente** inclui todos os ativos de médio e longo prazo de uma entidade. De acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, o termo ativo não corrente é utilizado para incluir ativos tangíveis, intangíveis e ativos financeiros de longo prazo.

Em 2021, o total do Ativo Não Corrente, ascende a 132 359 811,14 euros, sendo que 81,45% da sua estrutura se refere aos Ativos Fixos Tangíveis. Cerca de 2,07% da estrutura do total do ativo, corresponde a Participações Financeiras, 0,87% a Acionistas/Sócios/Associados, 0,80% a Propriedades de Investimento, 0,02% a Ativos Intangíveis e 0,01% a Clientes, Contribuintes e Utentes.

Comparativamente ao exercício de 2020, verifica-se um decréscimo de 3,68%, em virtude, essencialmente, dos Ativos Fixos Tangíveis.

Q.15. Ativo Não Corrente - 2021/2020

(euros)

Ativo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Não Corrente						
Ativos fixos tangíveis	126 501 355,05	81,45	131 283 191,71	82,49	-4 781 836,66	-3,64
Propriedades de investimento	1 242 093,69	0,80	1 319 642,02	0,83	-77 548,33	-5,88
Ativos intangíveis	27 360,82	0,02	111 622,00	0,07	-84 261,18	-75,49
Participações financeiras	3 213 074,00	2,07	3 213 074,00	2,02	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	1 356 909,26	0,87	1 330 739,42	0,84	26 169,84	1,97
Clientes, contribuintes e utentes	19 018,32	0,01	24 984,08	0,02	-5 965,76	-23,88
Outras contas a receber	0,00	0,00	136 876,64	0,09	-136 876,64	-100,00
Total Ativo Não Corrente	132 359 811,14	85,23	137 420 129,87	86,35	-5 060 318,73	-3,68

Apresentam-se assim algumas notas explicativas para os valores apresentados no Ativo Não Corrente, em 2021 e respetivas variações, comparativamente ao seu período homólogo.

Os **Ativos Fixos Tangíveis** continuam a ser componente de maior relevo na estrutura do ativo não corrente e também de todo o Balanço da Autarquia. Em 2021, esta componente ascende aos 126 501 355,05 euros, representando um decréscimo, face a 2020, de 3,64%. O decréscimo é justificado pelas depreciações do exercício, que diminui progressivamente os valores líquidos dos ativos.

As **Propriedades de Investimento** registam um montante de 1 242 093,69 euros, em 2021. Estão classificados nesta rubrica, edifícios arrendados decorrentes dos seguintes contratos: Contrato de Arrendamento do Prédio Urbano onde funciona a Escola Profissional de Cortegaça; Contrato de Arrendamento da Loja 1 - Casa Reis, sito no Largo Família Soares Pinto; Contrato de Atribuição do Direito de Utilização do Edifício sito na Avenida Infante D. Henrique, na praia do Furadouro, para instalação e exploração de estabelecimento de restauração e bebidas e; EcoCentro. Em 2021, não ocorreram reclassificações de edifícios para esta componente, pelo que o seu decréscimo face a 2020, é justificado pelas depreciações do exercício, que diminuíram o valor líquido dos ativos.

Os **Ativos Intangíveis** apresentam um montante líquido de 27 360,82 euros e referem-se a ativos não monetários identificáveis e sem substância física. São exemplos, nesta componente, a aquisição, desenvolvimento, manutenção, ou melhoria de recursos intangíveis tais como implementação de novos processos ou sistemas, licenças e propriedade intelectual.

A rubrica de **Participações Financeiras** ascende a 3 213 074,00 euros e manteve-se inalterada em 2021, comparativamente a 2020. Este montante refere-se à participação de capital: no Fundo de Apoio Municipal (FAM); nas Águas do Douro e Paiva S.A.; nas Águas do Centro Litoral, S.A.; nas Águas da Região de Aveiro, S.A.; na Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.; e na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, conforme repartição que se demonstra no quadro seguinte.

Q.16. Participações Financeiras - 2021

(euros)	
Entidade	Valor
Águas da Região de Aveiro, S.A.	1 449 175,00
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	926 019,00
Águas do Centro Litoral, S.A.	642 155,00
Águas do Douro e Paiva S.A.	190 375,00
Lusitaniagás- Companhia de Gás do Centro, S.A.	4 850,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ovar	500,00
Total	3 213 074,00

A rubrica de **Acionistas/Sócios/Associados**, apresenta um saldo de 1 356 909,26 euros, que se refere a dividendos por receber, das Águas do Centro Litoral S.A. no âmbito do acordo transaccional celebrado entre a ex SIMRIA e a Autarquia de Ovar, a 06.11.2008.

A rubrica de **Cientes, Contribuintes e Utentes** no montante de 19 018,32 euros, regista o montante referente à parte a liquidar a médio/longo prazo, de faturas, relativas a rendas de habitação social, com planos de pagamentos aprovados.

→ **Ativo Corrente**

Um **Ativo** é classificado como **Corrente** quando: i) se espera que seja realizado, ou seja detido para venda ou consumo, no decurso do ciclo operacional normal da entidade; ii) seja detido principalmente com a finalidade de ser negociado; iii) se espera que seja concretizado dentro de 12 meses após a data de relato; e iii) é caixa ou um equivalente de caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos 12 meses após a data de relato.

Em 2021, o **Ativo Corrente** totaliza um montante igual a 22 943 176,29 euros, sendo que 7,85% da sua estrutura é justificada pelos montantes relativos a Caixa e Depósitos e 5,31% Outras Contas a

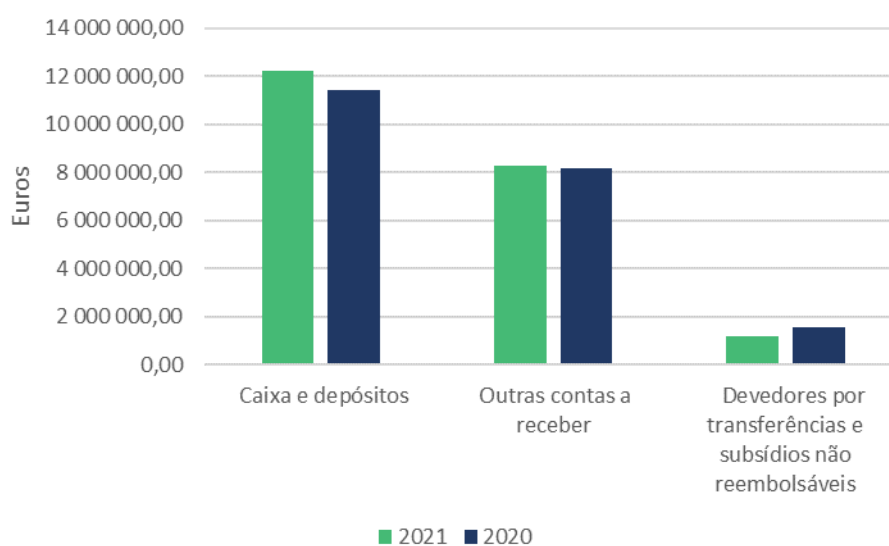
Receber. Não obstante este facto, existem outras rubricas que contribuem para estrutura do Ativo Corrente, nomeadamente: Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis, Clientes, Contribuintes e Utentes, Diferimentos, Inventários e Estado e Outros Entes Públicos.

Q.17. Ativo Corrente - 2021/2020

Ativo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Corrente						
Inventários	101 258,88	0,07	98 012,09	0,06	3 246,79	3,31
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 174 375,77	0,76	1 532 849,66	0,96	-358 473,89	-23,39
Clientes, contribuintes e utentes	796 003,38	0,51	374 646,58	0,24	421 356,80	112,47
Estado e outros entes públicos	17 021,35	0,01	9 024,75	0,01	7 996,60	88,61
Outras contas a receber	8 252 496,13	5,31	8 180 494,48	5,14	72 001,65	0,88
Diferimentos	411 246,29	0,26	112 424,56	0,07	298 821,73	265,80
Caixa e depósitos	12 190 774,49	7,85	11 424 450,25	7,18	766 324,24	6,71
Total Ativo Corrente	22 943 176,29	14,77	21 731 902,37	13,65	1 211 273,92	5,57

Comparativamente a 2020, verifica-se um acréscimo de 5,57% no Ativo Corrente, justificado pelo incremento da maioria das rubricas que compõe a sua estrutura.

G.23. Ativo Corrente - 2021/2020



A **Caixa e Depósitos** é uma rubrica que regista as disponibilidades bancárias do Município, a 31.12.2021, que ascenderam a 12 190 774,49 euros. Comparativamente a 2020, verifica-se um

incremento de 6,71%, devido ao aumento dos saldos médios das contas bancárias. Em 2021, salienta-se o facto de se ter constituído um depósito a prazo, no montante de 2 milhões de euros.

Q.18. Caixa e Depósitos - 2021/2020

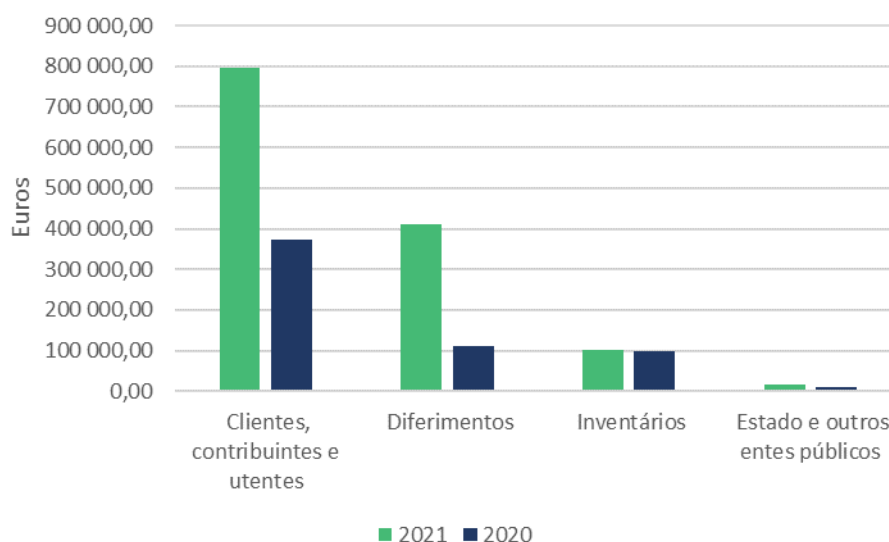
Descrição	2021	2020	Variação 2021/2020 (euros)	
			Valor	%
Caixa	692,33	940,54	-248,21	-26,39
Depósitos Bancários	12 190 082,16	11 423 509,71	766 572,45	6,71
Total	12 190 774,49	11 424 450,25	766 324,24	6,71

As **Outras Contas a Receber** registam um saldo global de 8 252 496,13 euros. Este montante, refere-se, essencialmente, ao valor proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) imputado ao período, fruto da especialização da estimativa de IMI⁶ a receber em 2022, conforme legalmente estipulado pela NCP 14.

A rubrica de **Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis** regista um montante de 1 174 375,77 euros, que se refere aos valores por receber a 31.12.2021, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e IFAP – Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, I.P..

⁶ Conforme refere o manual de implementação (página 154), o valor previsto no orçamento de 2022 foi o critério utilizado para a quantia a especializar, deduzido dos respetivos encargos de cobrança.

G.24. Ativo Corrente - 2021/2020



Os **Clientes, Contribuintes e Utentes** apresentam um montante de 796 003,38 euros, o que traduz um incremento de 112,47%, face a 2020. Nesta componente registam-se os montantes por receber no curto prazo, dos quais se destacam, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), referentes a dezembro de 2021. Estes montantes são superiores aos observados em 2020, pelo que incrementam o valor desta componente, aliados aos valores referentes a taxas e serviços prestados pela Autarquia (mercados e feiras, rendas, cantinas escolares, entre outros), e que estão por receber, a 31.12.2021.

A rubrica de **Diferimentos** compreende os dispêndios já efetuados, mas cujo gasto ou parte do gasto deva ser reconhecido nos períodos seguintes (gastos diferidos). Portanto, o montante de 411 246,29 euros reflete os gastos diferidos referentes aos gastos de iluminação de Natal, seguros, rendas, encargos de cobrança dos impostos, entre outros.

Os **Inventários** ascendem, em 2021, a 101 258,88 euros e refletem um incremento de 3,31%, face a 2020. Encontram-se classificadas nesta componente, as existências adquiridas para uso interno (materiais consumíveis) a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços da Autarquia. A variação positiva entre anos deve-se, essencialmente, a um aumento de quantidades de existências, quer em economato, quer em armazém.

O Estado e Outros Entes Públicos regista o crédito a recuperar referente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), apurado a 31.12.2021, que totaliza 17 021,35 euros.

5.2.1.2. Análise à Estrutura do Património Líquido

Em 2021, o **Património Líquido** ascende a 138 241 551,56 euros, sendo que as componentes mais expressivas para a sua estrutura são os Resultados Transitados, que correspondem a 53,87% deste montante e o Património/Capital com um peso estrutural de 34,66%.

Q.19. Estrutura do Património Líquido - 2021/2020

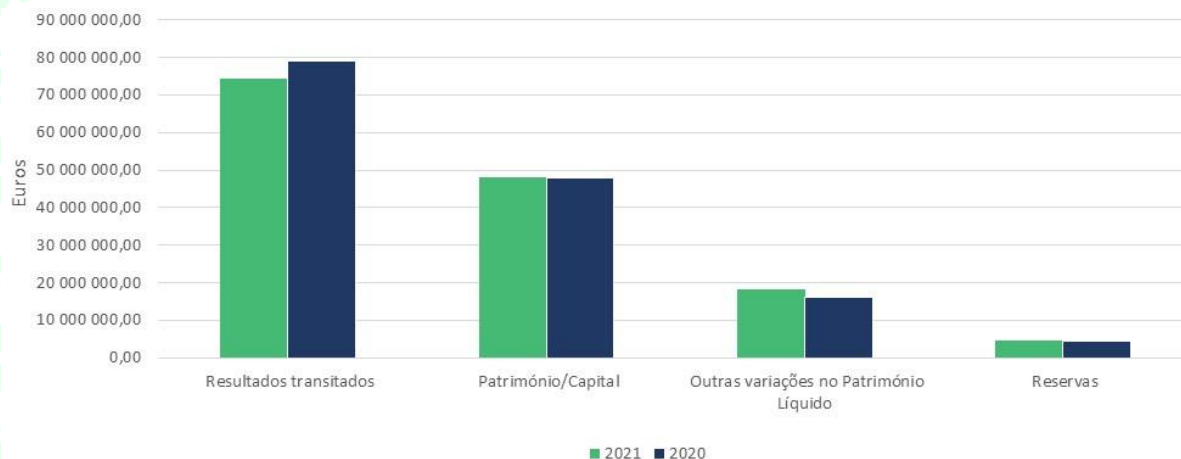
(euros)

Património Líquido	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património/Capital	47 917 912,90	34,66	47 844 362,90	33,48	73 550,00	0,15
Reservas	4 457 060,06	3,22	4 457 060,06	3,12	0,00	0,00
Resultados transitados	74 468 182,16	53,87	79 144 056,68	55,39	-4 675 874,52	-5,91
Outras variações no Património Líquido	18 274 139,62	13,22	16 119 867,92	11,28	2 154 271,70	13,36
Resultado líquido do período	-6 875 743,18	-4,97	-4 675 874,52	-3,27	-2 199 868,66	47,05
Total	138 241 551,56	100,00	142 889 473,04	100,00	-4 647 921,48	-3,25

Os **Resultados Transitados**, com um peso estrutural de 53,87%, em 2021, registam os resultados líquidos acumulados, de períodos anteriores. Em 2021, esta componente ascende a 74 468 182,16 euros e representa um decréscimo face a 2020, de 5,91%. É de salientar que em 2020, com a entrada em vigor do SNC-AP, ocorreu a necessidade contabilística de realizar ajustamentos de transição, que contribuíram para o valor desse exercício, dos quais se destaca o recálculo de vidas úteis dos edifícios e outras construções.

O **Património/Capital** regista a diferença entre os ativos e os passivos no momento de elaboração do balanço inicial (património inicial), bem como retificação ao património inicial. Em 2021, este montante ascende a 47 917 912,90 euros.

G.25. Evolução do Património Líquido - 2021/2020



A **Outras Variações no Património Líquido** registam um montante de 18 274 139,62 euros, que representa 13,22% da estrutura do Património Líquido, que resulta: i) das variações resultantes das transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables, dos quais se destaca um aumento em 2021, face a 2020, essencialmente justificado pelo incremento de registos provenientes de cofinanciamentos de empreitadas como, “Eixo Urbano na Rua Visconde de Ovar – S. Miguel” e “Reabilitação do Bairro do SAAL” e; ii) de doações obtidas, nomeadamente, a doação por parte de particulares, de dois prédios urbanos, sitos na Rua Dr. Cunha em Ovar.

A componente **Reservas**, regista um montante de 4 457 060,06 euros, é decomposta entre Reservas Legais e Outras Reservas. Este valor reflete: i) o montante decorrente do contrato de parceria pública entre o Município de Ovar e a empresa AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., cujo propósito visa a gestão e exploração dos serviços de água e saneamento, e com base no qual foi transferido imobilizado, no ano de 2011; ii) o valor referente ao contrato estabelecido entre o Município de Ovar e as Águas do Douro e Paiva, S.A., do qual foi lavrado auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água da rede em alta.

No ano de 2021, o **Resultado Líquido** do exercício cifrou-se negativo em 6 875 743,18 euros, um valor que tem vindo progressivamente a aumentar. Este valor e as respetivas variações são justificados pela influência direta das depreciações e amortizações do exercício, com maior relevo das

depreciações dos edifícios e outras construções. Importa referir que, em 2020, com a transição de POCAL para SNC-AP, se procedeu ao recálculo⁷ das vidas úteis e consequentes depreciações dos ativos, classificados como edifícios e outras construções, à luz do Classificador Complementar 2.

5.2.1.3. Análise à Estrutura do Passivo

O **Passivo**, tal como o Ativo, também se encontra dividido entre Passivo Não Corrente (médio/longo prazo) e Passivo Corrente (curto prazo).



Passivo - é uma obrigação presente da entidade como resultado de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos.

Conforme ilustra o quadro seguinte, infere-se que o total do Passivo ascende, em 2021, a 17 061 435,87 euros, sendo que 12 916 890,93 euros correspondem ao Passivo Não Corrente e 4 144 544,94 euros ao Passivo Corrente.

O Passivo Não Corrente ou de médio/longo prazo, é aquele que apresenta um maior peso estrutural, no total do Passivo (75,71%). O Passivo Corrente representa 24,29% do total do Passivo. Comparativamente ao exercício de 2020, verifica-se um acréscimo de 4,91% no Passivo do Município, mormente justificado pelo incremento das Outras Contas a Pagar e Diferimentos.

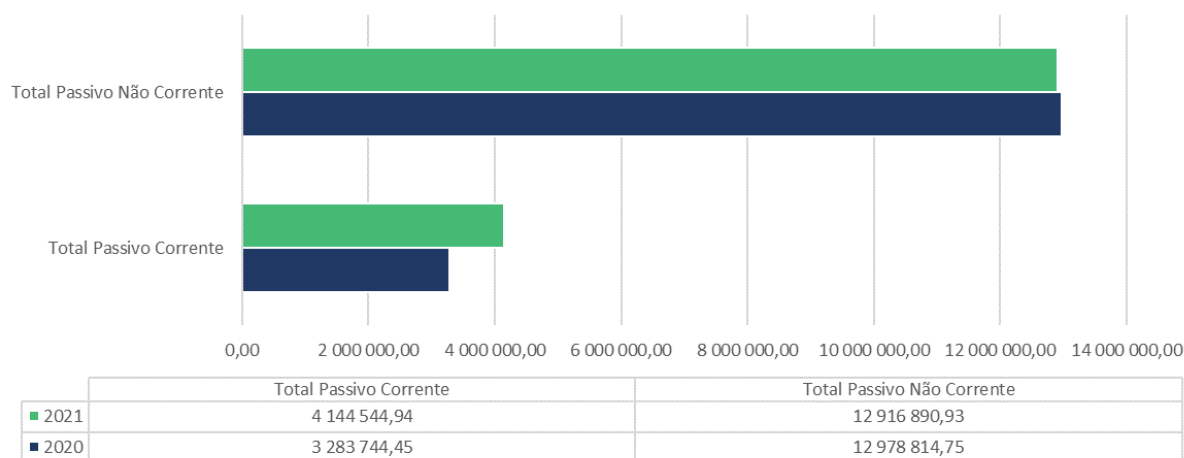
⁷ O trabalho de recálculo, em 2020, adveio das diretrizes legalmente previstas no preâmbulo da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, que estabelece as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Q.20. Passivo - 2021/2020

(euros)

Passivo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Passivo Não Corrente						
Provisões	271 463,24	1,59	271 463,24	1,67	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	1 897 723,96	11,12	2 201 911,76	13,54	-304 187,80	-13,81
Diferimentos	7 293 907,70	42,75	7 145 542,10	43,94	148 365,60	2,08
Outras contas a pagar	3 453 796,03	20,24	3 359 897,65	20,66	93 898,38	2,79
Total Passivo Não Corrente	12 916 890,93	75,71	12 978 814,75	79,81	-61 923,82	-0,48
Passivo Corrente						
Fornecedores	685 466,60	4,02	655 524,56	4,03	29 942,04	4,57
Estado e outros entes públicos	129 347,75	0,76	198 290,74	1,22	-68 942,99	-34,77
Financiamentos obtidos	304 187,81	1,78	211 015,34	1,30	93 172,47	44,15
Fornecedores de investimentos	262 923,84	1,54	224 323,72	1,38	38 600,12	17,21
Outras contas a pagar	2 035 762,50	11,93	1 745 920,31	10,74	289 842,19	16,60
Diferimentos	726 856,44	4,26	248 669,78	1,53	478 186,66	192,30
Total Passivo Corrente	4 144 544,94	24,29	3 283 744,45	20,19	860 800,49	26,21
Total Passivo	17 061 435,87	100,00	16 262 559,20	100,00	798 876,67	4,91

G.26. Passivo - 2021/2020



Efetuiremos em sequência uma análise mais pormenorizada, a cada uma das componentes do Passivo e suas rubricas.

→ Passivo Não Corrente

O **Passivo Não Corrente** ou de médio/longo prazo ascendeu, em 2021, a 12 916 890,93 euros, sendo que as rubricas que compõe a sua estrutura são: os Diferimentos (42,75%), as Outras Contas a Pagar (20,24%), os Financiamentos Obtidos (11,12%) e as Provisões (1,59%). Comparativamente ao exercício de 2020, verifica-se um ligeiro decréscimo de 0,48%, decorrente da componente de Financiamentos Obtidos (parte a liquidar no médio/longo prazo).

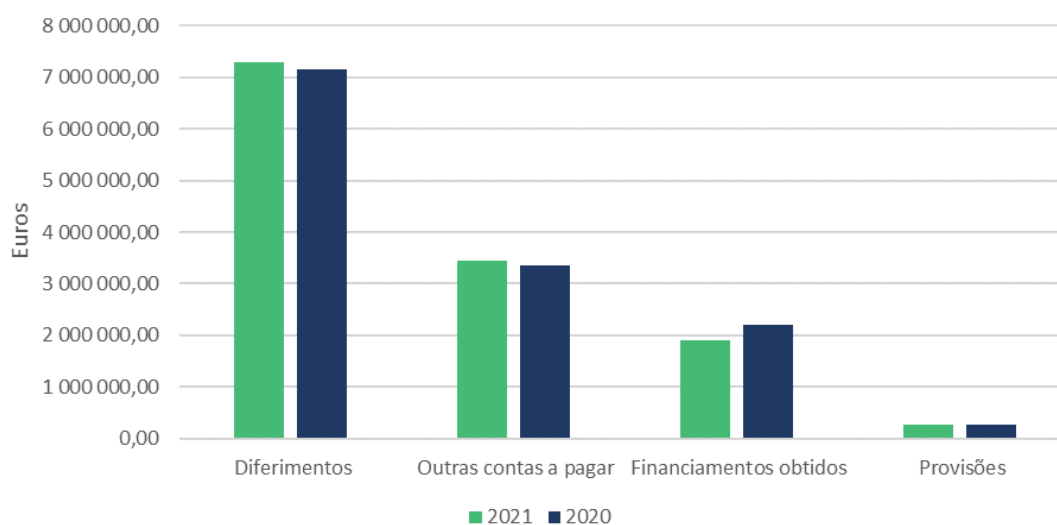
O quadro seguinte ilustra com detalhe os valores relativos ao Passivo Não Corrente e as respetivas variações, face a 2020, sobre o qual serão de seguida apresentadas algumas conclusões.

Q.21. Passivo Não Corrente - 2021/2020

(euros)

Passivo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Passivo Não Corrente						
Provisões	271 463,24	1,59	271 463,24	1,67	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	1 897 723,96	11,12	2 201 911,76	13,54	-304 187,80	-13,81
Diferimentos	7 293 907,70	42,75	7 145 542,10	43,94	148 365,60	2,08
Outras contas a pagar	3 453 796,03	20,24	3 359 897,65	20,66	93 898,38	2,79
Total Passivo Não Corrente	12 916 890,93	75,71	12 978 814,75	79,81	-61 923,82	-0,48

G.27. Evolução do Passivo Não Corrente - 2021/2020



A componente de **Diferimentos** no montante de 7 293 907,70 euros, e que representa 42,75% da estrutura do Passivo, regista os rendimentos diferidos de médio/longo prazo, resultantes do contrato de concessão estabelecido com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A..

As **Outras Contas a Pagar**, no montante de 3 453 796,03 euros, registam os montantes referentes a valores de cauções de empreitadas de obras públicas; cauções decorrentes de contratos de aquisição de bens e serviços; e cauções decorrentes de processos de obras particulares. Em 2021, comparativamente com o ano 2020, destaca-se o aumento das Outras Contas a Pagar, em 2,79%, que resulta do maior número e valor de cauções registadas, no que concerne aos contratos de aquisição de bens e serviços, loteamentos e obras particulares. Nesta componente, é de referir ainda o montante de dívida não vencida, das Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA), no montante de 2 501 754,54 euros, resultante do acordo transacional celebrado entre aquela entidade e o Município de Ovar, em 06.11.2008, no qual ficou estabelecido que a liquidação desse montante será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

Os **Financiamentos Obtidos** representam 11,12% do Passivo e ascenderam, em 2021, a 1 897 723,96 euros. Esta componente, regista os montantes referentes aos empréstimos de médio/longo prazo, contraídos pelo Município de Ovar e cuja liquidação seja de médio/longo prazo (as exigibilidades a liquidar no curto prazo, encontram-se refletidas no Passivo Corrente). O decréscimo de 13,81%, face a 2020, decorre, essencialmente, das liquidações das amortizações, que progressivamente reduzem o montante em dívida. Em complemento, poderá ser consultado o Mapa dos Empréstimos, que contém informação detalhada, presente no Anexo às Demonstrações Financeiras.

As **Provisões** registam um montante equivalente ao registado em 2020, que se cifra em 271 463,24 euros. Não obstante este facto, ressalva-se que, em 2021, ficou satisfeito o processo n.º 27/18.6BEAVR – Ação Administrativa, mas por contrapartida foi provisionado o Processo n.º 594/21.7BEAVR – Ação Administrativa, compensando em termos de valores provisionados, pelo que o montante se manteve inalterado. Em complemento, poderá ser consultado o Mapa das Provisões, que contém informação mais detalhada, presente no Anexo às Demonstrações Financeiras.

→ Passivo Corrente

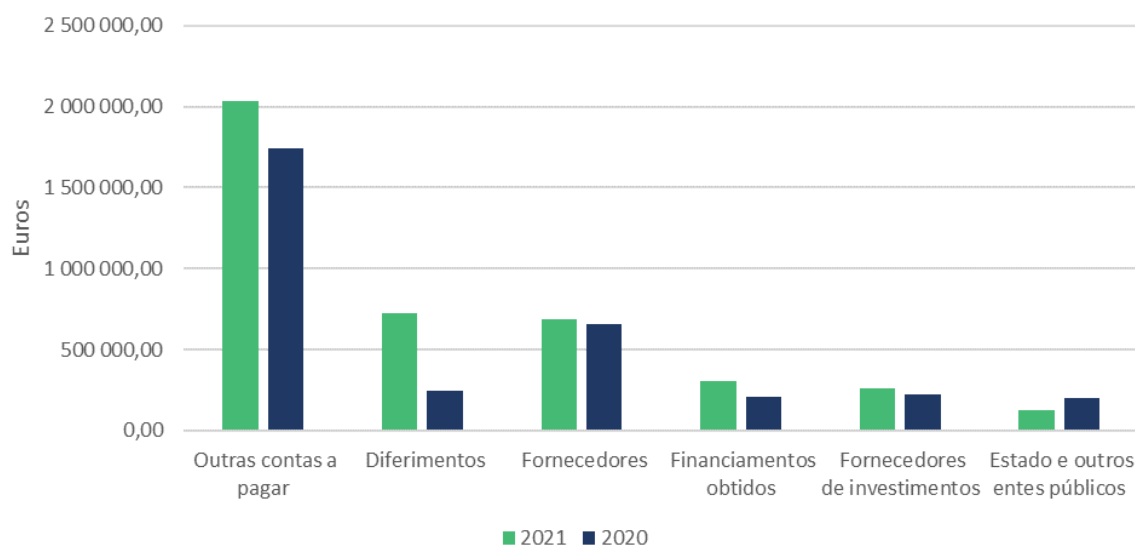
O **Passivo Corrente** ou de curto prazo regista, em 2021, um montante de 4 144 544,94 euros, traduzindo um acréscimo comparativamente ao seu período homólogo, de 26,21%. A sua estrutura desagrega-se da seguinte forma: Outras Contas a Pagar (11,93%), Diferimentos (4,26%), Fornecedores (4,02%), Financiamentos Obtidos (1,78%), Fornecedores de Investimentos (1,54%) e Estado e Outros Entes Públicos (0,76%).

Q.22. Passivo Corrente - 2021/2020

(euros)

Passivo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Passivo Corrente						
Fornecedores	685 466,60	4,02	655 524,56	4,03	29 942,04	4,57
Estado e outros entes públicos	129 347,75	0,76	198 290,74	1,22	-68 942,99	-34,77
Financiamentos obtidos	304 187,81	1,78	211 015,34	1,30	93 172,47	44,15
Fornecedores de investimentos	262 923,84	1,54	224 323,72	1,38	38 600,12	17,21
Outras contas a pagar	2 035 762,50	11,93	1 745 920,31	10,74	289 842,19	16,60
Diferimentos	726 856,44	4,26	248 669,78	1,53	478 186,66	192,30
Total Passivo Corrente	4 144 544,94	24,29	3 283 744,45	20,19	860 800,49	26,21

G.28. Evolução do Passivo Corrente - 2021/2020



De acordo com o quadro e gráfico suprailustrados, são apresentadas de seguida algumas notas explicativas.

As **Outras Contas a Pagar** com um peso estrutural de 11,93%, registam um montante, em 2021, de 2 035 762,50 euros, o que traduz um incremento, face a 2020, de 16,60%. Este acréscimo é justificado pelas cauções que se estimam liquidar no curto prazo, referentes a empreitadas de obras públicas e ao incremento das estimativas de gastos com Férias, Subsídios de Férias e respetivos Encargos Patronais.

Os **Diferimentos** no valor de 726 856,44 euros, referem-se aos rendimentos diferidos de curto prazo, resultantes do contrato de concessão estabelecido com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A..

A componente de **Fornecedores** regista um montante de 685 466,60 euros, respeitante a faturas de aquisição de bens e serviços. Comparativamente a 2020, verifica-se um acréscimo de valores a liquidar, de 4,57%, que advém, essencialmente, do aumento de faturas em receção e conferência, registadas a 31.12.2021 e que nessa data estão por liquidar.

Os **Financiamentos Obtidos** no montante de 304 187,81 euros, registam as exigibilidades de curto prazo a liquidar, referente aos empréstimos de médio/longo prazo. Destaca-se o incremento comparativamente a 2020, de 44,15%, justificado pelo facto de estarem considerados os montantes relativos às amortizações do empréstimo contraído em 2020, junto da Caixa de Crédito Agrícola. Esta rubrica, deverá ser lida conjuntamente com o que já ficou referido na análise do Passivo Não Corrente, no que respeita aos Financiamentos Obtidos.

Os **Fornecedores de Investimentos** representam 1,54% da estrutura do Passivo, o que em termos absolutos, ascende a 262 923,84 euros. Comparativamente a 2020, verifica-se um aumento de faturas em receção e conferência, referentes a empreitadas de obras públicas, o que justifica o aumento de 17,21%.

O **Estado e Outros Entes Públicos** reporta um montante de 129 347,75 euros, o que traduz um decréscimo de 34,77%, comparativamente com o exercício de 2020. Este montante refere-se aos encargos da Entidade Patronal de dezembro de 2021, a liquidar em 2022.

5.2.2. Análise à Demonstração de Resultados por Naturezas

A **Demonstração dos Resultados por Naturezas** é a demonstração financeira que apresenta os resultados das operações do Município de Ovar, em que os gastos e os rendimentos são classificados de acordo com as respetivas naturezas.

O quadro seguinte representa a Demonstração dos Resultados por Naturezas, para o Município de Ovar, no exercício de 2021, efetuando uma análise comparativa com o ano 2020, permitindo verificar de forma rápida e eficaz, onde foram aplicados os recursos disponíveis.

Q.23. Demonstração dos Resultados por Naturezas – 2021/2020

(euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2021/2020	
	31/12/2021	31/12/2020	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	13 837 764,76	14 500 109,24	-662 344,48	-4,57
Vendas	26 136,31	19 302,18	6 834,13	35,41
Prestações de serviços e concessões	2 091 074,14	2 200 706,81	-109 632,67	-4,98
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 140 599,93	8 693 259,29	447 340,64	5,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-98 966,20	-69 222,59	29 743,61	42,97
Fornecimentos e serviços externos	-9 589 183,76	-9 342 155,82	247 027,94	2,64
Gastos com pessoal	-9 000 181,99	-8 460 878,67	539 303,32	6,37
Transferências e subsídios concedidos	-4 223 010,83	-4 123 801,49	99 209,34	2,41
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 712,58	-217 166,74	-231 879,32	-106,77
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	-224 245,54	-224 245,54	-100,00
Outros rendimentos	4 158 707,51	4 933 945,81	-775 238,30	-15,71
Outros gastos	-1 703 305,79	-1 294 902,17	408 403,62	31,54
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	4 654 346,66	6 614 950,31	-1 960 603,65	-29,64
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-11 522 141,65	-11 288 607,92	233 533,73	2,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-6 867 794,99	-4 673 657,61	2 194 137,38	46,95
Juros e rendimentos similares obtidos	405,93	2 064,74	-1 658,81	-80,34
Juros e gastos similares suportados	-8 354,12	-4 281,65	4 072,47	95,11
Resultado antes de impostos	-6 875 743,18	-4 675 874,52	2 199 868,66	47,05
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	-
Resultado líquido do período	-6 875 743,18	-4 675 874,52	2 199 868,66	47,05

Pelo quadro anterior, podem-se retirar algumas conclusões sucintas relativas à posição económico-financeira do Município de Ovar, nomeadamente:



O **Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento**, sofreu um decréscimo de 29,64% face ao ano anterior, traduzindo-se numa redução de 1 960 603,65 euros, provocada, essencialmente, pela redução de “Outros Rendimentos”, “Impostos, Contribuições e Taxas” e “Prestação de Serviços e Concessões”;



Os **Gastos com Depreciações e Amortizações** registaram um aumento face ao ano anterior de 233 533,73 euros, ou seja, aumentou 2,07%, atingindo assim um montante de 11 522 141,65 euros;



Em 2021, o **Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)** foi negativo em 6 867 794,99 euros, verificando-se assim um agravamento de 2 194 137,38 euros face ao ano anterior;



O **Resultado Líquido do Período**, em 2021, foi negativo em 6 875 743,18 euros, apurando-se um agravamento face ao ano anterior de 2 199 868,66 euros.

5.2.2.1. Estrutura e Evolução dos Gastos

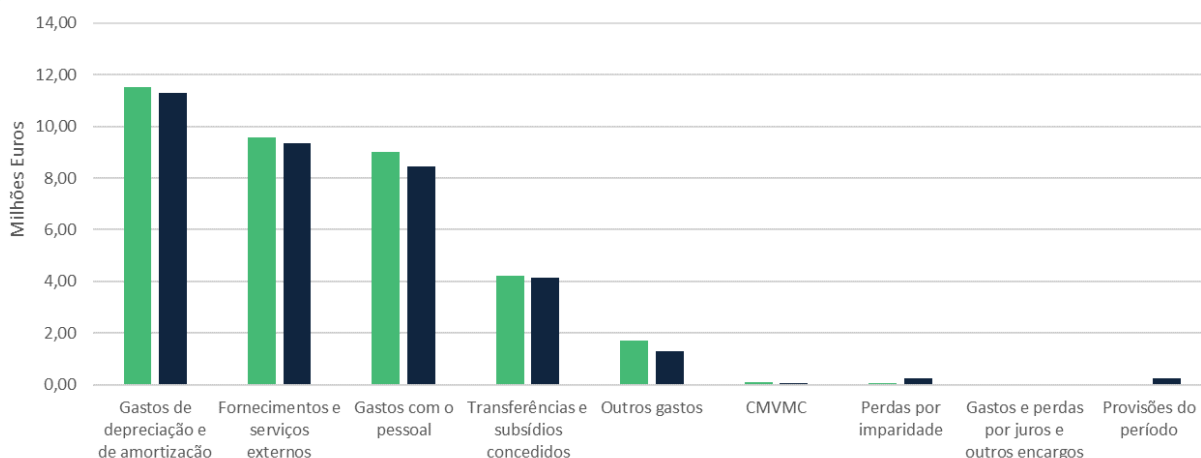
Neste capítulo, pretende-se realizar uma análise aos **Gastos** do exercício de 2021, do Município de Ovar, comparando com os gastos do exercício de 2020.

Q.24. Gastos do Exercício – 2021/2020

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(euros)					
Transferências e subsídios concedidos	4 223 010,83	11,67	4 123 801,49	11,76	99 209,34	2,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	98 966,20	0,27	69 222,59	0,20	29 743,61	42,97
Fornecimentos e serviços externos	9 589 183,76	26,49	9 342 155,82	26,64	247 027,94	2,64
Gastos com o pessoal	9 000 181,99	24,87	8 460 878,67	24,13	539 303,32	6,37
Gastos de depreciação e de amortização	11 522 141,65	31,83	11 288 607,92	32,19	233 533,73	2,07
Perdas por imparidade	47 365,48	0,13	226 106,77	0,64	-178 741,29	-79,05
Provisões do período	1 000,00	0,00	259 560,39	0,74	-258 560,39	-99,61
Outros gastos	1 703 305,79	4,71	1 294 902,17	3,69	408 403,62	31,54
Gastos e perdas por juros e outros encargos	8 354,12	0,02	4 281,65	0,01	4 072,47	95,11
Total	36 193 509,82	100,00	35 069 517,47	100,00	1 123 992,35	3,21

Em 2021, o total de gastos suportados ascende a 36 193 509,82 euros, resultando num acréscimo comparativamente com o ano anterior de 1 123 992,35 euros, representando um aumento de 3,21%.

G.29. Estrutura de Gastos – 2021/2020



Os Gastos de Depreciação e de Amortização representam a maior fração de gastos de 2021, atingindo cerca de 32% do total de gastos, seguido pelos custos de Fornecimentos e Serviços Externos com 26%, de seguida os Gastos com o Pessoal que representam 25% e as Transferências e Subsídios Concedidos com 12%. Conforme se pode verificar no gráfico anterior, a estrutura de gastos mantém-se idêntica nos dois períodos em análise.

Relativamente às variações entre anos, destacam-se os Gastos com o Pessoal pela maior variação positiva em valor (+539 303,32 euros), seguido pelos Outros Gastos (+408 403,62 euros) e pelos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (+247 027,94 euros).

De seguida apresenta-se uma análise pormenorizada por classe de gastos, com recurso a quadros e gráficos que permitam o melhor entendimento da sua distribuição e evolução em termos absolutos e relativos face ao exercício anterior.

Transferências e Subsídios Concedidos

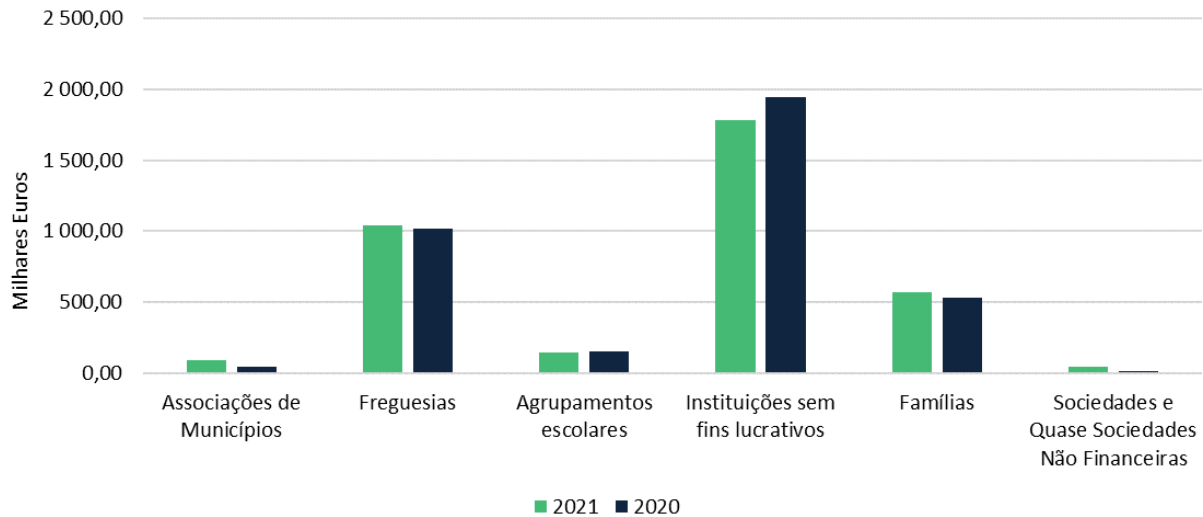
Q.25. Transferências e Subsídios Concedidos – 2021/2020

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
Transferências correntes concedidas						
Associações de Municípios	88 895,72	2,11	41 076,26	1,00	47 819,46	116,42
Freguesias	1 040 250,03	24,63	1 015 000,00	24,61	25 250,03	2,49
Agrupamentos escolares	143 877,89	3,41	155 348,85	3,77	-11 470,96	-7,38
Instituições sem fins lucrativos	1 780 437,12	42,16	1 946 928,60	47,21	-166 491,48	-8,55
Famílias	566 784,27	13,42	528 784,11	12,82	38 000,16	7,19
Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras	40 988,62	0,97	15 758,01	0,38	25 230,61	160,11
Transferências de capital concedidas						
Associações de Municípios	26 594,89	0,63	443,81	0,01	26 151,08	5 892,40
Freguesias	273 814,27	6,48	279 610,33	6,78	-5 796,06	-2,07
Agrupamentos escolares	43 026,06	1,02	51 538,23	1,25	-8 512,17	-16,52
Instituições sem fins lucrativos	184 129,82	4,36	71 169,19	1,73	112 960,63	158,72
Famílias	34 212,14	0,81	18 144,10	0,44	16 068,04	88,56
Total	4 223 010,83	100,00	4 123 801,49	100,00	99 209,34	2,41

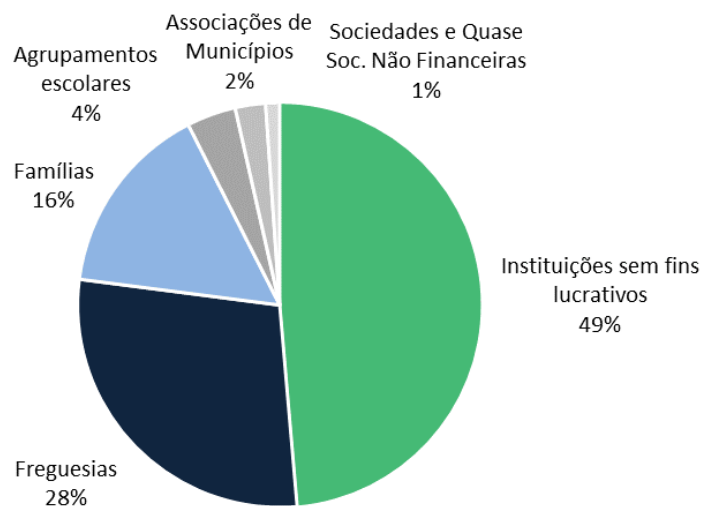
Os gastos com **Transferências e Subsídios Concedidos** registaram um aumento de 2,41% comparativamente com o período anterior, traduzindo-se numa variação absoluta de 99 209,34 euros, atingindo o montante de 4 223 010,83 euros em 2021.

Transferências Correntes Concedidas

G.30. Evolução de Gastos com Transferências Correntes Concedidas – 2021/2020



G.31. Estrutura das Transferências Correntes Concedidas - 2021



A estrutura de gastos em **Transferências Correntes Concedidas**, em 2021, mantém-se idêntica à verificada em 2020, com as Instituições sem Fins Lucrativos a representar a maior porção de gastos nesta rubrica (49%), seguindo-se as transferências para as Freguesias (28%) e para as Famílias (16%).

No exercício de 2021, as transferências para as **Associações de Municípios** atingiram os 88 895,72 euros, resultando num incremento de 47 819,46 euros, face ao exercício anterior. Estas transferências referem-se a participações camarárias, do Município de Ovar, para projetos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nomeadamente, “PART - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos”, “Pegada Ecológica”, “EDUC@RA”, “PIMT-RA - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro”, “RAD - Região de Aveiro Digital”, “Prevenção e Gestão de Riscos” e “Aveiro Região da Bicicleta”.

As transferências correntes concedidas às **Freguesias** referem-se ao cumprimento da delegação de competências prevista no n.º 2, do artigo 38.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na atual redação. No exercício de 2021, os valores transferidos alcançaram os 1 040 250,03 euros. Comparativamente com os valores transferidos no ano anterior, verificou-se um aumento de 25 250,03 euros, resultado da atualização dos valores acordados para o novo mandato Autárquico 2021-2025, com início a 09.10.2021.

Relativamente às transferências para os **Agrupamentos Escolares**, houve uma redução de 11 470,96 euros, traduzindo-se numa variação relativa de -7,38%. A diminuição assinalada deve-se, essencialmente, à redução do montante transferido para o Agrupamento de Escolas de Ovar Sul, resultado da diminuição do montante pago em 2021 e do valor protocolado para 2021, devido a redução no número de alunos e de turmas.

As transferências correntes para **Instituições sem Fins Lucrativos**, refletem o apoio ao associativismo do Concelho, de diversas índoles, quer cultural, social e desportivo, como também ao nível das Associações de Pais, Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, entre outras. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se uma redução de 8,55%, representando aproximadamente menos 166 mil euros, atingindo em 2021 o montante de 1 780 437,12 euros.

Em regra, verifica-se um aumento dos apoios no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo, do Programa de Apoio ao Associativismo Social e do Programa de Apoio ao Associativismo Educativo, no entanto, registam-se algumas reduções do montante pago referente a atividades pontuais uma vez que, este apoio está condicionado à apresentação de documentos de despesa de atividades realizadas pelas instituições,

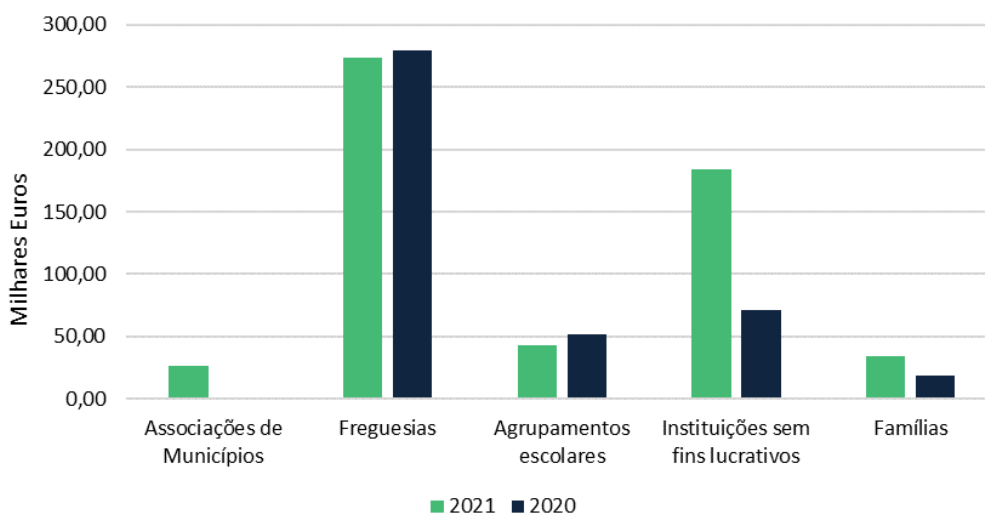
havendo redução da realização de algumas dessas atividades em consequência da pandemia COVID-19.

No que refere às transferências para as **Famílias**, em 2021, registou-se um aumento face a 2020 no valor de 38 mil euros, refletindo um incremento de 7,19%. Esta variação deve-se, essencialmente, ao aumento em participações de manuais escolares e em bolsas de estudo.

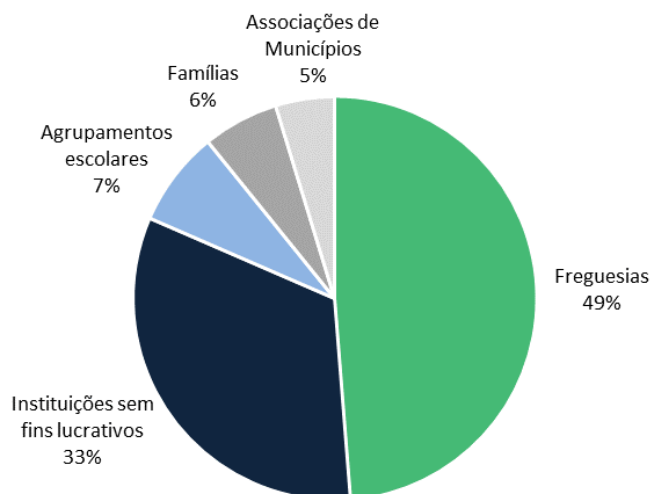
A rubrica **Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras**, em 2021, ascende a 40 988,62 euros, inclui os prémios atribuídos no concurso “Montras de Natal”, os reembolsos no âmbito da campanha “Tradicional é no Comércio Local”, os apoios concedidos no âmbito da Arte Xávega e o patrocínio desportivo no “Grande Prémio de Ciclismo do Jornal de Notícias”. Face ao exercício anterior, regista-se um aumento de 25 230,61 euros, resultado da retoma do “Grande Prémio de Ciclismo do Jornal de Notícias”, que não tinha acontecido em 2020.

Transferências de Capital Concedidas

G.32. Evolução de Gastos com Transferências de Capital Concedidas – 2021/2020



G.33. Estrutura das Transferências de Capital Concedidas - 2021



Relativamente às **Transferências de Capital Concedidas** em 2021, registam um crescimento de cerca de 33%, resultado do aumento em cerca de 141 mil euros, no entanto, a sua distribuição mantém-se idêntica à verificada em 2020, com as Freguesias a representar a maior fração de gastos nesta rubrica (49%), seguindo-se as transferências para as Instituições sem Fins Lucrativos (33%) e para os Agrupamentos Escolares (7%).

As transferências de capital para **Associações de Municípios**, referem-se a comparticipações camarárias de projetos desenvolvidos no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nomeadamente “RAD – Região de Aveiro Digital”, “Unir@Região de Aveiro”, entre outros.

Relativamente às transferências de capital para as **Freguesias**, verifica-se uma ligeira redução no montante de 5 796,06 euros, resultando numa variação negativa de 2,07%. Nesta rubrica salienta-se a atribuição de apoio financeiro ao investimento, sendo o respetivo pagamento condicionado à apresentação de documentos comprovativos da realização da despesa.

Quanto às transferências de capital para os **Agrupamentos Escolares**, referem-se à atribuição de apoio financeiro para investimento em equipamentos informáticos, tendo em vista a aquisição de computadores (ou equivalente) e sistemas de acesso à internet, para alunos do 1.º Ciclo, num valor global de 100 mil euros, concedido no ano 2020, no âmbito das medidas de combate à pandemia. A atribuição deste apoio financeiro está condicionada à apresentação de documentos de despesa que

comprovem a sua realização, tendo ocorrido ainda transferências para os agrupamentos escolares em 2021, no montante de 43 026,06 euros.

Os montantes transferidos para **Instituições sem Fins Lucrativos** registam um aumento de 112 960,63 euros, traduzindo um incremento de 158,72% face ao ano anterior. Este aumento deve-se essencialmente a apoios que foram concedidos ao abrigo do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Incentivos Socioeconómicos no contexto da pandemia da doença COVID-19, comparticipação no âmbito do projeto “Brincarte”, eleito na edição 2018/2019 do Orçamento Participativo do Município de Ovar, e ao apoio extraordinário concedido aos Bombeiros Voluntários de Ovar para obras no quartel.

Na rubrica de transferências de capital para **Famílias**, registam-se os apoios atribuídos no âmbito da medida de apoio à recuperação e melhoria das condições habitacionais ao abrigo do Regulamento de Ação Social do Município de Ovar (RASMO) e os apoios para a recuperação de fachadas do Centro Histórico de Ovar, tendo-se verificado, em 2021, um aumento de 16 068,04 euros, traduzido numa variação relativa de +88,56%, comparativamente com o exercício de 2020.

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

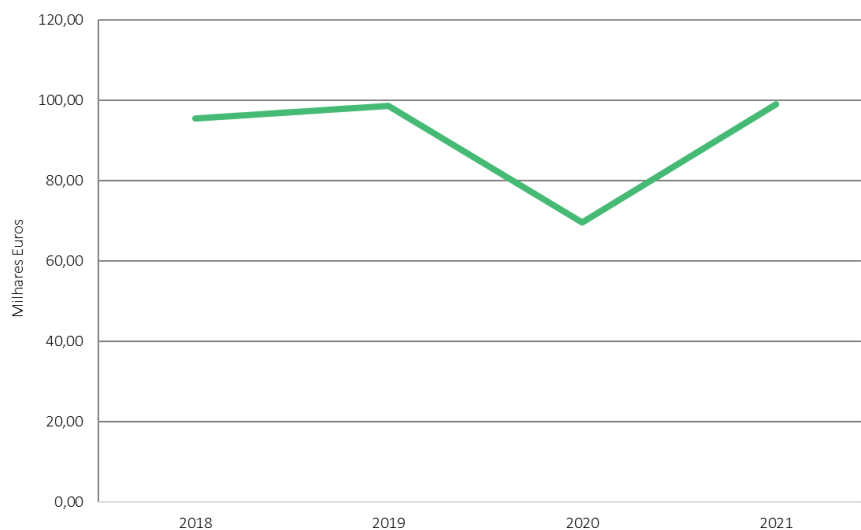
No exercício de 2021, o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) ascenderam a 98 966,20 euros, registando um aumento de 29 743,61 euros comparativamente ao exercício anterior, traduzindo-se numa variação positiva de 42,97%. O custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas verificado em 2021, retoma a níveis idênticos aos registados em 2018 e 2019. A redução do CMVMC em 2020 deve-se, essencialmente, ao facto de o Município de Ovar ter estado encerrado nos meses de março e abril de 2020.

Q.26. Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas – 2021/2020

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	98 966,20	100,00	69 222,59	100,00	29 743,61	42,97
Total	98 966,20	100,00	69 222,59	100,00	29 743,61	42,97

No seguinte gráfico, evidencia-se a trajetória dos consumos ocorridos entre 2018 e 2021:

G.34. Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas: 2018-2021



Fornecimentos e Serviços Externos

No exercício de 2021, o gasto com Fornecimentos e Serviços Externos alcançou os 9 589 183,76 euros, traduzindo-se num aumento de 2,64% se comparado com o exercício anterior, resultando num aumento de gastos nesta rubrica de aproximadamente 247 mil euros.

Q.27. Fornecimentos e Serviços Externos – 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subcontratos						
Transportes escolares	138 062,34	1,44	109 013,88	1,17	29 048,46	26,65
Refeições escolares	881 401,31	9,19	554 091,45	5,93	327 309,86	59,07
Resíduos sólidos	1 162 499,07	12,12	1 116 494,17	11,95	46 004,90	4,12
Limpeza Urbana	1 338 277,37	13,96	1 216 788,89	13,02	121 488,48	9,98
Iluminação pública	936 582,18	9,77	907 441,88	9,71	29 140,30	3,21
Fornecimento e serviços						
Trabalhos especializados	1 006 216,40	10,49	788 792,33	8,44	217 424,07	27,56
Publicidade, comunicação e imagem	108 654,56	1,13	101 178,21	1,08	7 476,35	7,39
Vigilância e segurança	289 224,92	3,02	405 015,54	4,34	-115 790,62	-28,59
Honorários	409 717,75	4,27	311 118,27	3,33	98 599,48	31,69
Comissões	293 412,19	3,06	295 535,93	3,16	-2 123,74	-0,72
Conservação e reparação	707 007,64	7,37	697 613,38	7,47	9 394,26	1,35
Outros trabalhos especializados	183 655,33	1,92	29 433,44	0,32	154 221,89	523,97
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16 143,78	0,17	9 753,84	0,10	6 389,94	65,51
Livros e documentação técnica	1 712,24	0,02	1 772,37	0,02	-60,13	-3,39
Material de escritório	27 174,09	0,28	4 007,28	0,04	23 166,81	578,12
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	63 199,80	0,66	51 519,01	0,55	11 680,79	22,67
Material de educação, cultura e recreio	94 042,87	0,98	61 831,11	0,66	32 211,76	52,10
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	16 271,85	0,17	427 827,38	4,58	-411 555,53	-96,20
Medicamentos e artigos para a saúde	3 424,27	0,04	4 953,05	0,05	-1 528,78	-30,87
Produtos químicos e de laboratórios	4 291,20	0,04	0,00	0,00	4 291,20	-
Outros materiais diversos de consumo	65 677,42	0,68	98 734,93	1,06	-33 057,51	-33,48
Electricidade	319 448,91	3,33	392 441,58	4,20	-72 992,67	-18,60
Combustíveis e lubrificantes	215 799,97	2,25	156 822,17	1,68	58 977,80	37,61
Água	186 228,94	1,94	178 562,40	1,91	7 666,54	4,29
Outros energia e fluídos	0,00	0,00	332,10	0,00	-332,10	-100,00
Deslocações, estadas e transportes	6 707,48	0,07	57 931,07	0,62	-51 223,59	-88,42
Rendas e alugueres	359 756,70	3,75	560 254,85	6,00	-200 498,15	-35,79
Comunicação	61 266,00	0,64	51 960,41	0,56	9 305,59	17,91
Seguros	83 535,75	0,87	89 542,21	0,96	-6 006,46	-6,71
Royalties	15 031,50	0,16	23 552,22	0,25	-8 520,72	-36,18
Contencioso e notariado	11 175,53	0,12	9 267,60	0,10	1 907,93	20,59
Limpeza, higiene e conforto	276 994,93	2,89	369 024,19	3,95	-92 029,26	-24,94
Outros fornecimentos e serviços	306 589,47	3,20	259 548,68	2,78	47 040,79	18,12
Total	9 589 183,76	100,00	9 342 155,82	100,00	247 027,94	2,64

Para uma melhor compreensão dos gastos registados na classe Fornecimentos e Serviços Externos, assim como das variações ocorridas entre 2021 e 2020, apresentam-se de seguida justificações das principais variações ocorridas no período em análise.

Os gastos em **Transportes Escolares**, registam em 2021 um montante de 138 062,34 euros, resultando num aumento face ao exercício anterior de aproximadamente 29 mil euros, aumento este provocado pelo facto de, em 2020, ter havido redução de deslocação de alunos para as escolas por estas terem-se encontrado encerradas durante um período maior de tempo face ao habitual, devido à situação pandémica provocada pela doença COVID-19.

Pelo mesmo motivo anteriormente referido, assistimos também a um aumento dos gastos com **Refeições Escolares**, em 2021, de aproximadamente 327 mil euros, atingindo os 881 401,31 euros, tendo-se ainda verificado aumento do valor unitário por refeição.

Relativamente aos gastos com **Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos**, foi apurado um aumento de 46 004,90 euros comparativamente ao ano anterior, representando um incremento de aproximadamente 4,12%, motivado, essencialmente, pelo aumento da Taxa de Gestão de Resíduos.

Na rubrica **Limpeza Urbana** registam-se os gastos com a recolha de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana, higiene pública e limpeza balnear. Em 2021, registou-se um aumento de aproximadamente 121 mil euros, em termos relativos +9,98%, comparativamente com o período homólogo. Esta variação deve-se ao facto de terem aumentado os serviços de recolha domiciliária de Resíduos de Construção e Demolição (RCD's), de ter ocorrido reforço de limpeza urbana, de varredura mecânica nas Freguesias e alargamento do período de limpeza balnear.

Os gastos com **Trabalhos Especializados** registaram, em 2021, um aumento relativamente ao ano anterior de 27,56%, traduzindo-se num incremento de aproximadamente 217 mil euros. As principais rubricas responsáveis por este aumento são “Projetos e Serviços Culturais”, “Trabalhos de Impressão” e “Iluminação e Artes Decorativas”. Este aumento deve-se ao facto de em 2021, ter ocorrido a retoma de alguns desses eventos, nomeadamente, comemorações do aniversário do falecimento de Júlio Dinis e do aniversário do nascimento de António Dias Simões, exposição “Pholião”, Maio do Azulejo, entre outros.

Os gastos com **Vigilância e Segurança** atingiram, em 2021, o montante de 289 224,92 euros, traduzindo-se numa redução de 28,59% motivado, essencialmente, pela redução do custo com vigilância e segurança no Carnaval de Ovar.

Em **Outros Trabalhos Especializados**, verifica-se um incremento de gastos face ao ano anterior de aproximadamente 154 mil euros, motivado fundamentalmente pela contratação de empresa para vigilância das praias, uma vez que em 2020 era assegurada pelas Associações Humanitárias de Bombeiros.

Os gastos com **Peças, Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido** registam um aumento de aproximadamente 6 mil euros (+65,51%), atingindo em 2021 um montante de 16 143,78 euros. Este

facto deve-se ao aumento de despesa em materiais e peças para manutenção de máquinas e viaturas, para uso do serviço de mecânica na reparação de viaturas avariadas e em ferramentas e utensílios de desgaste rápido, nomeadamente na aquisição de material para utilização no auditório do Centro de Arte de Ovar.

Na rubrica **Material de Escritório** registam-se gastos com aquisição de equipamento de escritório e pequenos equipamentos administrativos, de valor unitário residual. Em 2021, regista-se um montante de gastos em material de escritório de aproximadamente 27 mil euros, resultado de um aumento face ao ano anterior de cerca de 23 mil euros. Este aumento deve-se à aquisição adicional de material informático e outros componentes eletrónicos, no âmbito do plano de contingência da Câmara Municipal de Ovar, nomeadamente da necessidade de trabalho remoto dos trabalhadores.

Relativamente aos gastos com **Artigos para Oferta e de Publicidade e Divulgação**, registam, em 2021 um aumento comparativamente ao período transato de 11 680,79 euros, +22,67% em termos relativos. O aumento verificado nesta rubrica deve-se, fundamentalmente, ao aumento de gastos com artigos para oferta, nomeadamente a aquisição de brinquedos no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Criança.

A rubrica **Material de Educação, Cultura e Recreio**, regista os gastos com material escolar, equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, equipamentos para salas de convívio, revistas, jornais e livros não inventariáveis, entre outros. Em 2021, verifica-se um aumento destas despesas na ordem dos 32 mil euros, justificado, essencialmente, pela aquisição de material para a Piscina Municipal de Ovar, aquisição de materiais para o Ecocentro, aquisição de sinalização e equipamento de salvamento para a época balnear 2021 e aquisição de serviços para gravação, produção e edição de CD no âmbito do espetáculo evocativo do Cantar os Reis em Ovar - “Troupe de Reis António Dias Simões”.

Os gastos em **Artigos de Higiene e Limpeza, Vestuário e Artigos Pessoais** englobam a aquisição de artigos de higiene, limpeza, vestuário e artigos pessoais que se destinam a consumo imediato. Em 2021, regista-se uma redução destes gastos em cerca de 412 mil euros, devido ao consumo extraordinário deste tipo de artigos em 2020, causado pelas exigências adjacentes à situação epidemiológica provocada pela doença COVID-19.

Em gastos com **Outros Materiais Diversos de Consumo**, regista-se um decréscimo de 33 057,51 euros, face a 2020. Esta redução deve-se, essencialmente, ao contexto pandémico vivido em 2020, motivado, neste caso e a título de exemplo, pela aquisição de refeições.

Em 2021, os gastos em **Combustíveis e Lubrificantes** registaram um aumento de aproximadamente 59 mil euros, representando um incremento de 37,61% comparativamente com o ano anterior. Esta variação deve-se ao aumento do consumo de gás em escolas, piscina e pavilhões, devido à redução de consumo sentida no ano transato motivado pelo encerramento temporário dos edifícios em causa.

Os gastos com **Deslocações, Estadas e Transportes** registaram em 2021 uma redução de aproximadamente 51 mil euros, devendo-se, essencialmente, ao facto de em 2020 se registarem nesta rubrica gastos relacionados com o alojamento no âmbito do COVID-19, assim como os gastos com a deslocação da comitiva de Ovar a Pithiviers em 2020, na sequência do acordo de geminação entre as duas localidades.

Relativamente aos gastos com **Rendas e Alugueres**, em 2021, registou-se um decréscimo de aproximadamente 200 mil euros, face ao ano anterior. Esta redução verificou-se, fundamentalmente, em rendas e alugueres de equipamentos, tendo havido uma diminuição em cerca de 172 mil euros, a qual se deve, essencialmente, à redução de custos decorrente da não realização do Carnaval de Ovar como era habitual.

Quanto aos gastos em **Limpeza, Higiene e Conforto**, verificou-se uma redução de 92 mil euros em 2021, comparativamente com o ano anterior, traduzindo-se numa diminuição de 24,94%. Esta variação deve-se, essencialmente, ao aumento de gastos que se verificou no ano anterior, motivado pelas necessidades adicionais de higienização, devido à pandemia COVID-19.

A rubrica **Outros Fornecimentos e Serviços** encontra-se subdividida em Serviços Desportivos, Serviços de Educação e Outros Serviços. Nesta rubrica regista-se um aumento de aproximadamente 47 mil euros, ou seja, um incremento de 18,12%, incremento este verificado, maioritariamente, em Serviços de Educação, justificado principalmente pelo aumento de gastos no âmbito do Projeto Mediadores para o Sucesso Escolar devido à necessidade de ter um mediador a tempo inteiro, no Agrupamento de Escolas de Ovar Sul, para melhorar o acompanhamento e apoio aos alunos em risco de insucesso.

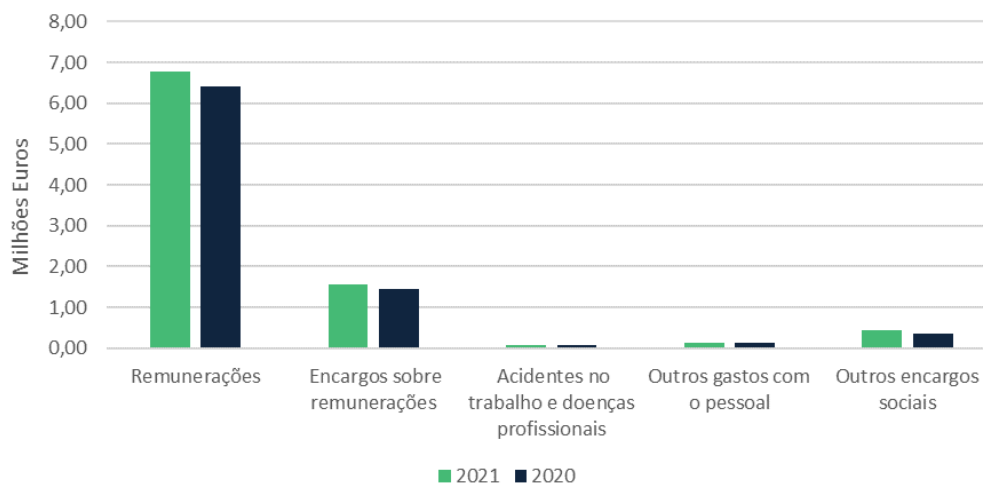
Gastos com o Pessoal

No exercício de 2021, os Gastos com o Pessoal foram de 9 000 181,99 euros, o que implica um aumento de 539 303,32 euros face ao ano anterior, traduzindo-se numa variação relativa de +6,37%.

Q.28. Gastos com o Pessoal – 2021/2020

Designação	(euros)					
	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações	6 771 568,03	75,24	6 429 089,55	75,99	342 478,48	5,33
Indemnizações	7 905,05	0,09	0,00	0,00	7 905,05	-
Encargos sobre remunerações	1 556 076,76	17,29	1 454 742,76	17,19	101 334,00	6,97
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	84 971,12	0,94	87 492,65	1,03	-2 521,53	-2,88
Outros gastos com o pessoal	130 663,06	1,45	125 751,10	1,49	4 911,96	3,91
Outros encargos sociais	448 997,97	4,99	363 802,61	4,30	85 195,36	23,42
Total	9 000 181,99	100,00	8 460 878,67	100,00	539 303,32	6,37

G.35. Gastos com o Pessoal – 2021/2020



Conforme se pode verificar no quadro e gráfico anterior, a distribuição das componentes de gastos com o pessoal mantém-se idêntica nos dois períodos em análise, com as Remunerações a representar 75% do total dos gastos com o pessoal, seguindo-se os Encargos suportados Sobre as Remunerações (17%).

Os gastos com as **Remunerações** sofreram um aumento face ao ano anterior de 5,33%, atingindo em 2021 o montante de 6 771 568,03 euros, aumento este motivado, essencialmente, pela alteração do posicionamento remuneratório.

As **Indemnizações**, no montante de 7 905,05 euros, incluem os gastos com os abonos devidos por cessação da relação jurídica de emprego.

Os **Encargos sobre Remunerações** incluem os pagamentos efetuados à Caixa Geral de Aposentações e à Segurança Social, que no seu conjunto aumentaram 101 334,00 euros face ao ano transato, resultando num incremento de 6,97%, acompanhando o aumento de despesa em Remunerações.

No que se refere à rubrica de **Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais**, em 2021, verificou-se uma redução de 2 521,53 euros, comparativamente com o ano 2020, devido ao pagamento em 2020 de um acerto do prémio de seguro de acidentes de trabalho.

Relativamente à rubrica **Outros Gastos com o Pessoal**, inclui os montantes transferidos para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), efetuados de acordo com o artigo 154.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, na atual redação, documento que estabelece que compete às Autarquias Locais o pagamento à Administração Central do Sistema de Saúde, do montante equivalente aos custos efetivos em que está a incorrer pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores da própria Autarquia. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de 4 911,96 euros nesta rubrica, ou seja, uma variação positiva de 3,91%.

Por último, a rubrica de **Outros Encargos Sociais** regista os montantes referentes a remunerações por doença, subsídios de parentalidade, pensões, encargos com a saúde, subsídios familiares a crianças e jovens e outras prestações de ação social. Em 2021, verificou-se um aumento de aproximadamente 85 mil euros face ao ano anterior, resultante do aumento em encargos com pessoal a aguardar a aposentação e encargos com a saúde.

Gastos de Depreciação e de Amortização

As **Depreciações e Amortizações do Exercício**, que representam a componente de mais significativa na estrutura de gastos do Município, com um peso de 31,83% no total de gastos, no exercício de 2021 ascenderam a 11 522 141,65 euros, que traduz um aumento de 2,07%.

Q.29. Depreciações e Amortizações do Exercício – 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos de depreciação e de amortização	11 522 141,65	100,00	11 288 607,92	100,00	233 533,73	2,07
Total	11 522 141,65	100,00	11 288 607,92	100,00	233 533,73	2,07

A explicação da variação das depreciações e amortizações encontra-se neste Relatório no ponto dedicado à análise do Balanço.

Perdas por Imparidade

A rubrica **Perdas por Imparidade** regista as perdas por imparidade de contas a receber. Em 2021, apurou-se um montante de 47 365,48 euros, verificando-se um decréscimo de 178 741,29 euros comparativamente com o exercício anterior, conforme se pode confirmar no quadro que se segue.

Q.30. Perdas por Imparidade – 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Perdas por imparidade em contas a receber	47 365,48	100,00	226 106,77	100,00	-178 741,29	-79,05
Total	47 365,48	100,00	226 106,77	100,00	-178 741,29	-79,05

Provisões do Período

A rubrica **Provisões do Período** regista as obrigações decorrentes de responsabilidade prováveis para o Município de Ovar, de processos judiciais que se encontram em curso, verificando-se em 2021 um reforço das provisões do período no montante de 1 000,00 euros, referente ao Processo n.º 594/21.BEAVR).

Q.31. Provisões do Período – 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Processos judiciais em curso	1 000,00	100,00	259 560,39	100,00	-258 560,39	-99,61
Total	1 000,00	100,00	259 560,39	100,00	-258 560,39	-99,61

Outros Gastos e Perdas

A rubrica **Outros Gastos** registou um aumento de 408 403,62 euros em 2021 comparativamente a 2020, atingindo um montante de 1 703 305,79 euros, traduzindo-se assim num incremento de 31,54%.

Q.32. Outros Gastos – 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e taxas	12 871,72	0,76	33 023,72	2,55	-20 152,00	-61,02
Perdas em inventários	0,00	0,00	25 075,12	1,94	-25 075,12	-100,00
Gastos em investimentos não financeiros	169 611,29	9,96	111 059,44	8,58	58 551,85	52,72
Outros gastos e perdas	1 520 822,78	89,29	1 125 743,89	86,94	395 078,89	35,09
Total	1 703 305,79	100,00	1 294 902,17	100,00	408 403,62	31,54

A variação nesta rubrica deve-se, essencialmente, ao aumento dos gastos em correções relativas a exercícios anteriores referente aos rendimentos diferidos de curto prazo, resultantes do contrato de

concessão estabelecido com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A.. Em contrapartida verifica-se redução de gastos em bens que não são propriedade do Município de Ovar, fundamentalmente com a empreitada de “Reabilitação do Edifício da Escola Secundária Júlio Dinis” que, em 2021, registou menos gastos face a 2020, e com os gastos realizados em 2021 na empreitada de “Substituição das coberturas na EB 2/3 de Maceda”, assim como na empreitada “Centro de trail running e BTT – Cortegaça – Orçamento Participativo 2016/2017”.

Gastos por Juros e Outros Encargos

Em 2021, a rubrica de **Gastos por Juros e Outros Encargos** apresenta um volume de despesa de 8 354,12 euros, resultado de um aumento de 4 072,47 euros face ao ano anterior.

Q.33. Gastos por Juros e Outros Encargos – 2021/2020

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros e outros encargos suportados	8 354,12	100,00	4 281,65	100,00	4 072,47	95,11
Total	8 354,12	100,00	4 281,65	100,00	4 072,47	95,11

A rubrica de gastos com juros e encargos suportados inclui os juros de financiamento obtidos e outros juros de mora suportados. A variação positiva verificada em 2021 deve-se ao facto de, em 2020, terem sido pagos dois trimestres de juros referentes ao empréstimo contratado com a Caixa de Crédito Agrícola, em comparação a 2021, em que foram pagos quatro trimestres.

5.2.2.2. Estrutura e Evolução dos Rendimentos

No presente capítulo é efetuada uma análise pormenorizada aos **Rendimentos** registados na Demonstração dos Resultados do Município de Ovar, a 31.12.2021, de forma a mensurar o desempenho da Autarquia. Os Rendimentos são aumentos no património líquido, que não sejam os rendimentos resultantes de contribuições para o património líquido.

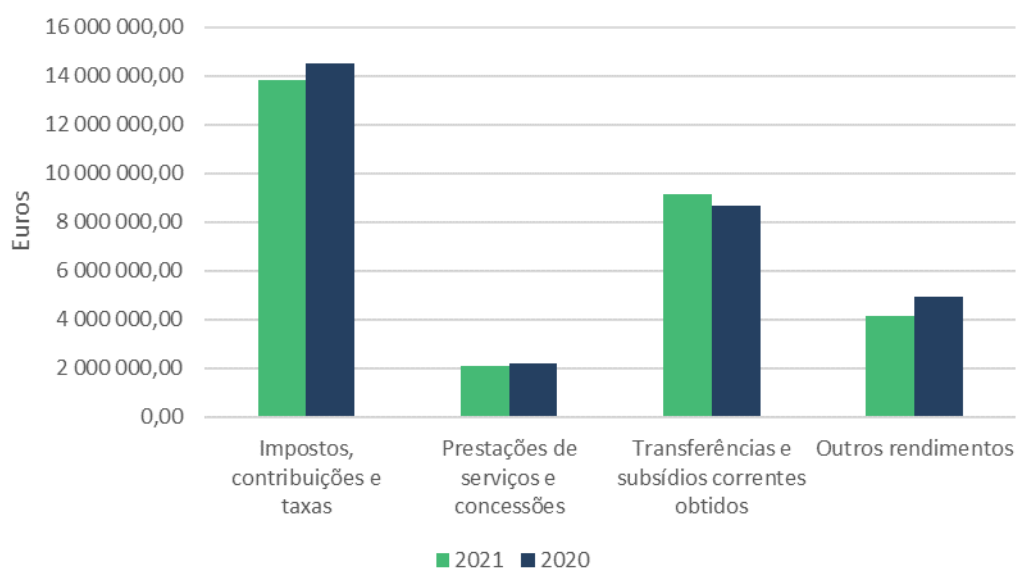
Conforme ilustra o quadro seguinte, os rendimentos do exercício de 2021 ascendem a um montante de 29 317 766,64 euros, traduzindo um decréscimo comparativamente a 2020, de 3,54%.

Q.34.Rendimentos do Exercício – 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	13 837 764,76	47,20	14 500 109,24	47,71	-662 344,48	-4,57
Vendas	26 136,31	0,09	19 302,18	0,06	6 834,13	35,41
Prestações de serviços e concessões	2 091 074,14	7,13	2 200 706,81	7,24	-109 632,67	-4,98
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 140 599,93	31,18	8 693 259,29	28,60	447 340,64	5,15
Reversões	63 078,06	0,22	44 254,88	0,15	18 823,18	42,53
Outros rendimentos	4 158 707,51	14,18	4 933 945,81	16,23	-775 238,30	-15,71
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	405,93	0,00	2 064,74	0,01	-1 658,81	-80,34
Total	29 317 766,64	100,00	30 393 642,95	100,00	-1 075 876,31	-3,54

G.36. Estrutura de Rendimentos – 2021/2020



Face ao quadro e gráfico supra-ilustrados, conclui-se, sucintamente, o seguinte:



O valor global dos rendimentos em 2021, é de 29 317 766,64 euros, o que traduz um decréscimo absoluto de 1 075 876,31 euros, face ao exercício de 2020.



As componentes de maior expressão na estrutura de rendimentos são: i) os Impostos, Contribuições e Taxas, 47,20%; ii) as Transferências e Subsídios Obtidos, 31,18%; e iii) os Outros Rendimentos, 14,18%. O volume total destas rubricas, revela cerca de 93% dos rendimentos totais.



Os rendimentos relacionados com as rubricas de Reversões e Vendas apresentam, em 2021 um peso estrutural de 0,22% e 0,09%, respetivamente; comparativamente a 2020, verifica-se uma variação positiva, de 42,53% e 35,41%, respetivamente, traduzindo-se nas rubricas com maior taxa de crescimento em 2021, face a 2020.



A rubrica de Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares, é aquela que apresenta menor expressão, com o valor absoluto de rendimentos igual a 405,93 euros, todavia é aquela que apresenta uma maior redução relativa, comparativamente a 2020, ou seja, 80,34%.

Realizamos na sequência da explanação tida uma análise mais pormenorizada a cada uma das rubricas que compõe a estrutura dos rendimentos no exercício económico de 2021, bem como a sua evolução comparativamente a 2020.

Impostos, Contribuições e Taxas

A classe financeira de **Impostos, Contribuições e Taxas**, é a componente de maior relevo na estrutura dos rendimentos do Município de Ovar. Este peso estrutural, em 2021, advém, essencialmente, do

contributo de rendimentos provenientes de rubricas como: o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e o Imposto Único de Circulação (IUC).

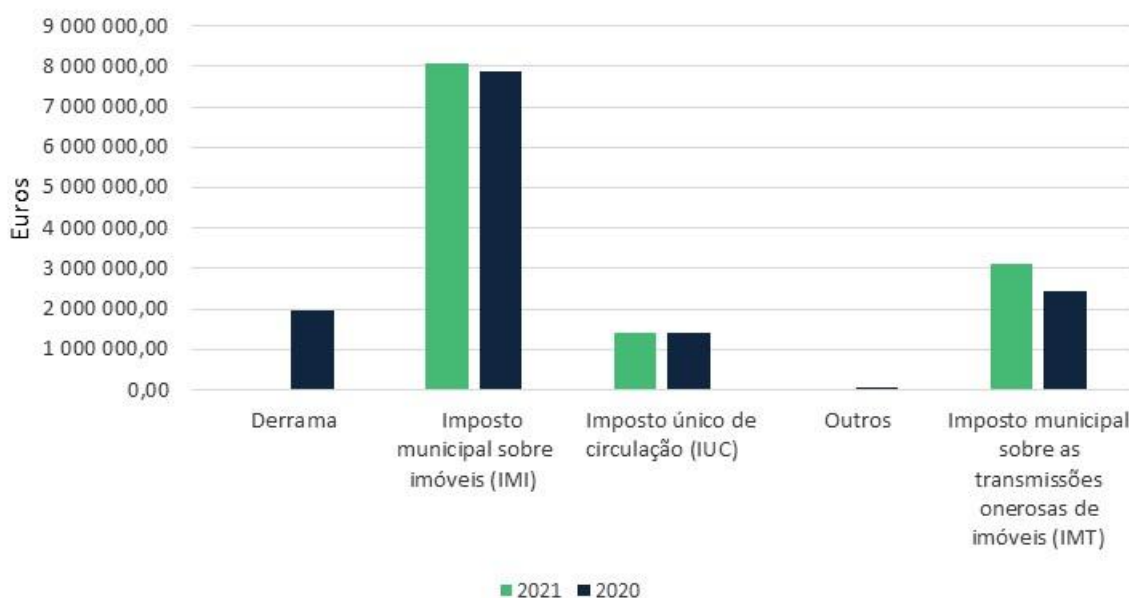
Q.35. Rendimentos de Impostos, Contribuições e Taxas - 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos, Contribuições e Taxas						
<i>Impostos Diretos</i>						
Derrama	0,00	0,00	1 964 080,03	13,55	-1 964 080,03	-100,00
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	8 082 858,56	58,41	7 887 422,21	54,40	195 436,35	2,48
Imposto único de circulação (IUC)	1 424 588,96	10,29	1 408 011,38	9,71	16 577,58	1,18
Outros	0,00	0,00	35 723,46	0,25	-35 723,46	-100,00
<i>Impostos Indiretos</i>						
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)	3 115 170,98	22,51	2 425 322,78	16,73	689 848,20	28,44
<i>Taxas, Multas e Outras Penalidades</i>						
Mercados e Feiras	11 222,10	0,08	10 995,56	0,08	226,54	2,06
Loteamentos e Obras	816 963,10	5,90	427 518,34	2,95	389 444,76	91,09
Ocupação da Via Pública	211 651,71	1,53	192 180,33	1,33	19 471,38	10,13
Publicidade	17 192,81	0,12	14 349,06	0,10	2 843,75	19,82
Taxa Municipal Direitos de Passagem (TMDP)	24 722,54	0,18	20 168,84	0,14	4 553,70	22,58
Outras	32 018,94	0,23	36 817,10	0,25	-4 798,16	-13,03
Juros de mora	43 586,50	0,31	57 031,71	0,39	-13 445,21	-23,57
Juros compensatórios	5 048,42	0,04	7 924,18	0,05	-2 875,76	-36,29
Coimas e penalidades por contraordenações	42 223,86	0,31	9 914,01	0,07	32 309,85	325,90
Outras multas e penalidades	10 516,28	0,08	2 650,25	0,02	7 866,03	296,80
Total	13 837 764,76	100,00	14 500 109,24	100,00	-662 344,48	-4,57

Conforme ilustra o quadro anterior, os rendimentos de Impostos, Contribuições e Taxas, ascenderam, em 2021, a 13 837 764,76 euros. Comparativamente ao ano de 2020, verifica-se um decréscimo de rendimentos de 4,57% explicado, particularmente, pela nula arrecadação de rendimentos provenientes da cobrança da taxa de derrama. Ressalva-se que foi deliberado em Assembleia Municipal de Ovar de 30.09.2020, sob proposta da Câmara Municipal de Ovar de 17.09.2020, “A aplicação de uma taxa de derrama reduzida de 0% para todos os Sujeitos Passivos independentemente do volume de negócios em 2020 e da criação líquida positiva de postos de trabalho no mesmo período.”

G.37. Rendimentos de Impostos - 2021/2020



Os rendimentos auferidos com a cobrança do **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**, em 2021, foram de 8 082 858,56 euros, mantendo-se a principal componente de rendimentos do Município de Ovar. Pese embora, em 2020, a taxa deliberada de IMI em Assembleia Municipal de Ovar de 30.09.2020, sob proposta da Câmara Municipal de Ovar de 17.09.2020, de 0,35%, seja inferior àquela que foi deliberada em 2019, 0,37%, assiste-se a um incremento de 2,48%, nos rendimentos auferidos. Este facto é justificado pelo aumento de inscrições de prédios no Município de Ovar, nomeadamente na União de Freguesias de Ovar, São João, Arada e S. Vicente Pereira Jusã, resultante de um maior número de construções⁸.

Neste ponto, importa ainda esclarecer, que o Município recebe as transferências da Autoridade Tributária e Aduaneira, relativas ao IMI liquidado do ano imediatamente anterior, pelo que, nos referimos às taxas deliberadas em 2020 (a liquidar e cobrar em 2021) e em 2019 (a liquidar e cobrar em 2020).

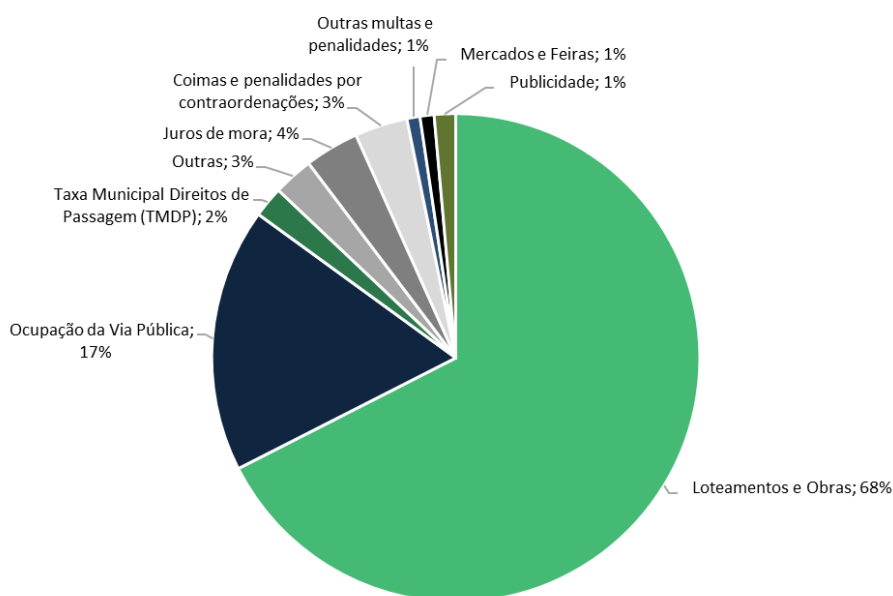
O **Imposto Único de Circulação (IUC)** regista um total de rendimentos de 1 424 588,96 euros, contribuindo com 10,29%, para o total de rendimentos dos Impostos, Contribuições e Taxas. Comparativamente a 2020, verifica-se um ligeiro acréscimo de rendimentos auferidos, de 1,18%. Este é um imposto que incide sobre a propriedade dos veículos automóveis (ligeiros e pesados, de

⁸ Fundamentação com dados obtidos junto da Autoridade Tributária e Aduaneira.

passageiros e mercadorias), motociclos e similares, embarcações de recreio e aeronaves. Em 2021, não ocorreu a atualização da tabela de cobrança do IUC, permanecendo a mesma de 2020, pelo que podemos concluir que o aumento de rendimentos em 2021, comparativamente a 2020, advém do ligeiro aumento na aquisição de veículos e da conseqüentemente liquidação do respetivo imposto.

Os rendimentos provenientes do **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)** em 2021, ascendem a 3 115 170,98 euros, o que representa um incremento de 28,44%, quando comparado com o seu período homólogo. O IMT incide sobre a compra e venda de imóveis, independentemente de estes serem novos ou usados. É ainda devido quando há lugar a permuta de imóvel, concessão de usufruto ou cedência de posição contratual de comprador. Em 2020, com a pandemia da doença COVID-19 os rendimentos deste imposto ressentiram-se, todavia, em 2021, o seu aumento acaba por ser outro reflexo do desempenho positivo do mercado imobiliário em Portugal, e do qual o Município de Ovar faz parte.

G.38. Estrutura das Taxas, Multas e Outras Penalidades - 2021



Os rendimentos provenientes da cobrança de taxas, relacionadas com **Mercados e Feiras** ascenderam em 2021, a 11 222,10 euros. Verifica-se um ligeiro incremento de 2,06%, comparativamente a 2020 que, resulta do facto de ter ocorrido um maior volume de faturação em 2021. É de relembrar nesta

componente a isenção desta tipologia de taxas no período de março de 2020 a dezembro de 2021, prevista no Regulamento Municipal de Incentivos Socioeconómicos no contexto da pandemia da doença COVID-19, aprovado pela Assembleia Municipal de Ovar, por deliberação proferida na sua reunião ordinária de 17.06.2020, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião ordinária de 04.06.2020 e prorrogados os seus efeitos através de Assembleia Municipal de Ovar extraordinária de 18.12.2020, sob proposta da Câmara Municipal de 26.11.2020.

A componente de **Loteamentos e Obras** no valor de 816 963,10 euros, em 2021, reflete um incremento de 91,09%, face a 2020. Justifica este impacto positivo: i) os rendimentos provenientes das cobranças de *compensação pela não cedência*⁹; ii) a uma maior quantidade de taxas faturadas em 2021; e iii) as instalações da Câmara Municipal de Ovar, estarem encerradas, nos meses de março e abril de 2020 devido à pandemia COVID-19.

Os rendimentos no montante de 211 651,71 euros, em 2021, na rubrica de **Ocupação da Via Pública**, referem-se à cobrança de taxas pela ocupação da via pública com toldos, andaimes e tapumes, mesas, cadeiras e tubos subterrâneos. Constata-se um incremento de 10,13%, comparativamente a 2020, que resulta da retoma das atividades após um ano fortemente afetado pela pandemia da doença COVID-19, nomeadamente: i) da retoma das atividades comerciais, essencialmente com serviços de esplanada; e ii) da retoma do setor da construção e a consequente cobrança de taxas de andaimes e tapumes. Mais acresce nesta rubrica, o aumento dos rendimentos das taxas pela ocupação do subsolo com infraestruturas de gás, relativas à rede instalada no Município de Ovar.

A **Publicidade** regista rendimentos no valor de 17 192,81 euros, que se referem às taxas cobradas de painéis de publicidade com ocupação de via pública, campanhas publicitárias de rua e em estabelecimentos comerciais, publicidade exibida em veículos, anúncios luminosos e não luminosos

⁹ As operações de loteamento e as de edificação que determinem, em termos urbanísticos, impactos semelhantes devem prever áreas destinadas à implantação de infraestruturas viárias, equipamentos e espaços verdes e de utilização coletiva, de acordo com os parâmetros de dimensionamento definidos no PDM. Quando se justifique, estas parcelas são cedidas ao Município, de forma gratuita, passando a integrar o domínio público municipal. Quando não se justifique, ou seja, quando o prédio objeto da operação já estiver servido de obras de urbanização, ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio, ou a operação contemplar parcelas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de natureza privada, não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando os proprietários ou promotores das operações sujeitas ao pagamento de uma compensação ao Município, nos termos definidos em regulamento municipal.

e outros. Analisando comparativamente 2020 com 2021, verifica-se um incremento de rendimentos de 19,82%, que resulta, fundamentalmente, de cobranças de taxas, de valor mais elevado, de painéis de publicidade com ocupação da via pública.

A **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** regista, em 2021, rendimentos de 24 722,54 euros, que resulta da aplicação de uma taxa sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, para todos os clientes finais do respetivo Município. A taxa para 2021, foi deliberada pelo Órgão Deliberativo em 30.09.2020, por proposta do Órgão Executivo de 19.09.2020 e fixou-se em 0,25% nos termos e para efeitos previstos na alínea a), do artigo 106.º, da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, na atual redação (alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro). Verifica-se um incremento nestes rendimentos, que resulta do valor mais elevado das transferências efetuadas para o Município, por parte das empresas operadoras, o que significa um maior volume de faturação destes serviços prestados no Concelho de Ovar.

A rubrica **Outras** no valor de 32 018,94 euros, regista rendimentos de taxas de secretaria, averbamentos, inspeção de ascensores, licenças de táxis, licenças de espetáculos, licenças de atividade guarda noturno, entre outras. Esta rubrica apresenta um decréscimo face a 2020, de 13,03%, devido a uma redução no número de averbamentos urbanísticos faturados em 2021, comparativamente a 2020, bem como a uma ligeira redução no número de inspeções de ascensores faturados, em 2021, comparativamente a 2020.

As componentes de **Juros de Mora** e **Juros Compensatórios**, registam rendimentos de 43 586,50 euros e 5 048,42 euros respetivamente, relativos aos juros de mora e compensatórios do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). O decréscimo de rendimentos em 2021, comparativamente a 2020, deriva do facto de, em 2020, se ter registado um elevado valor em ambas as tipologias de juros, provenientes do rendimento auferido com o imposto abolido de SISA, situação não observada em 2021.

A rubrica de **Coimas e Penalidades por Contraordenações**, regista rendimentos de 42 223,86 euros, em 2021. Comparativamente a 2020, verifica-se um aumento absoluto destes rendimentos, de 32 309,85 euros, que se justifica por um maior número de faturas emitidas nesta componente, devido ao facto de, em 2021, ter sido transferida para o Município de Ovar a competência das multas de estacionamento público, no âmbito das transferências de competências de Órgãos do Estado para Órgãos das Autarquias Locais, legalmente previstas na Lei n.º 50/2018, de 6 de agosto, na atual redação.

As **Outras Multas e Penalidades** apresentam rendimentos no valor de 10 516,28 euros, representando um incremento, face a 2020, de 7 866,03 euros. O incremento é justificado pelo facto de os processos sujeitos a multas e penalidades em 2021, serem de valor superior aos de 2020. Destaca-se, em 2021, os rendimentos com o processo de obras camarárias n.º 26802/16; com o processo n.º 269/19.7BEAVR; com o processo n.º 571/12.9BEAVR e com a aplicação de penalidades pecuniárias, por incumprimento de contrato de aquisição de serviços de limpeza.

Vendas

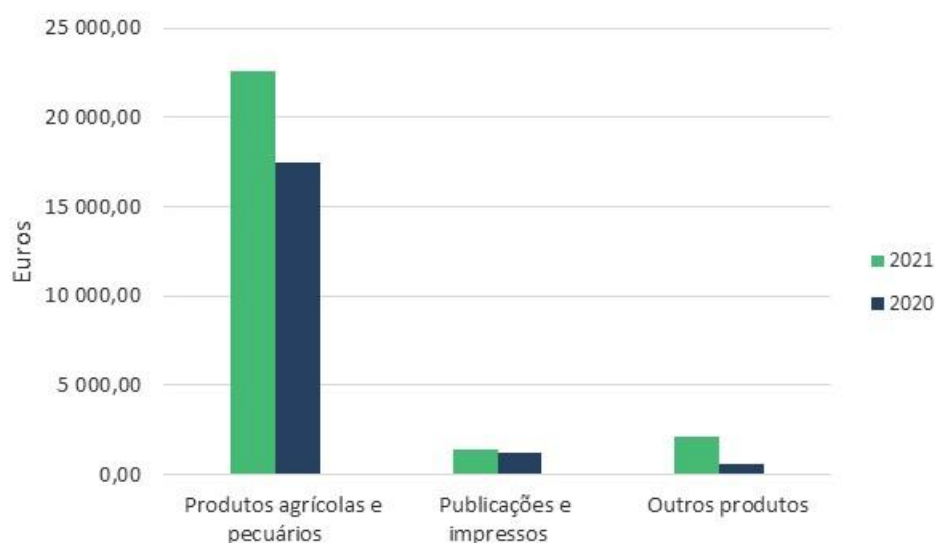
Os rendimentos com a rubrica de **Vendas** ascenderam, em 2021, a cerca de 26 mil euros, sendo a componente de Produtos Agrícolas e Pecuários, a que mais contribui para a sua estrutura. Comparativamente ao exercício de 2020, verifica-se um incremento de rendimentos, que será justificado pelas respetivas análises que se apresentam.

Q.36. Vendas - 2021/2020

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas						
Produtos agrícolas e pecuários	22 578,71	86,39	17 503,00	90,68	5 075,71	29,00
Publicações e impressos	1 420,16	5,43	1 257,01	6,51	163,15	12,98
Outros produtos	2 137,44	8,18	542,17	2,81	1 595,27	294,24
Total	26 136,31	100,00	19 302,18	100,00	6 834,13	35,41

(euros)

G.39. Vendas – 2021/2020



Os rendimentos de **Produtos Agrícolas e Pecuários**, ascenderam a 22 578,71 euros, em 2021, o que traduz um incremento relativo de 29%, comparativamente a 2020. De acordo com o contrato estabelecido entre o Município de Ovar e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., está instituído que 60% da receita proveniente da alienação de arvoredo reverte a favor da Autarquia. Em 2021, ocorreu um incremento da alienação de arvoredo no perímetro florestal das dunas de Ovar, o que impactou os rendimentos desta rubrica.

A rubrica de **Publicações e Impressos**, no valor de 1 420,16 euros, contempla os rendimentos com a venda da revista “Dunas” e de livros, dos quais se destaca pelo maior número e valor arrecadado: edição especial (pelos 150 anos do falecimento de Júlio Dinis) de “O Canto da Sereia” de Júlio Dinis, com ilustrações de Pedro Podre e um Estudo de Ana Ferreira; “As Palavras Estão Gastas”, do autor Pedro Damião e; “Azulejos Tradicionais de Fachada em Ovar”, de Maria Isabel Ferreira e Eduarda Vieira. Em 2021, verificou-se um incremento nesta tipologia de vendas, o que implicou o aumento relativo de 12,98%, comparativamente a 2020.

Os rendimentos registados na classificação de **Outros Produtos**, provenientes da venda de material de *merchandising* nos Postos de Turismo de Ovar e do Furadouro, auferem um montante global de 2 137,44 euros, em 2021. É de ressaltar o incremento na venda de azulejos e a alienação a título

oneroso de sucata (facto não verificado em 2020), o que incrementou os rendimentos auferidos, face a 2020.

Prestação de Serviços

A **Prestação de Serviços e Concessões** é uma componente que, em 2021, regista rendimentos superiores a 2 milhões de euros, sendo a rubrica de Resíduos Sólidos a que mais contribui para a sua estrutura. Comparativamente a 2020, verifica-se um decréscimo de rendimentos cujas variações, entre anos, são justificadas de seguida, com maior detalhe.

Q.37. Prestação de Serviços e Concessões –2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Prestações de serviços e concessões						
Resíduos Sólidos	1 663 146,30	79,54	1 420 820,04	64,56	242 326,26	17,06
Transportes Escolares	1 102,22	0,05	1 808,93	0,08	-706,71	-39,07
Cemitérios	4 355,40	0,21	4 079,10	0,19	276,30	6,77
Mercados e Feiras	0,00	0,00	331,36	0,02	-331,36	-100,00
Parques de Estacionamento	23 254,12	1,11	33 666,53	1,53	-10 412,41	-30,93
Parques de Campismo	0,00	0,00	11 493,68	0,52	-11 493,68	-100,00
Serviços Sociais (Ref. Escolares, Ativ. tempos livres e Hab. Social)	291 335,87	13,93	209 411,30	9,52	81 924,57	39,12
Programas e Outras Atividades Ambientais	0,00	0,00	243,90	0,01	-243,90	-100,00
Serviços Culturais	29 252,22	1,40	359 576,29	16,34	-330 324,07	-91,86
Serviços Desporto	41 992,81	2,01	68 096,30	3,09	-26 103,49	-38,33
Outros	33 674,23	1,61	87 409,43	3,97	-53 735,20	-61,48
Vistorias e ensaios	1 102,85	0,05	1 091,67	0,05	11,18	1,02
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	0,00	0,00	670,75	0,03	-670,75	-100,00
Arrendamento	1 858,12	0,09	2 007,53	0,09	-149,41	-7,44
Total	2 091 074,14	100,00	2 200 706,81	100,00	-109 632,67	-4,98

A rubrica de **Resíduos Sólidos** regista rendimentos de aproximadamente 1,7 milhões de euros, provenientes da recolha e tratamento de resíduos sólidos no Concelho de Ovar e os rendimentos da recolha domiciliária de resíduos de construção e demolição, para depósito no Ecocentro de Ovar. Comparativamente a 2020, verifica-se um incremento de proveitos de 17,06%. Em 2020, o Município abdicou de parte do seu rendimento, em prol de uma dedução na fatura dos consumidores, pelo previsto no artigo 4.º, do Regulamento de Incentivos Socioeconómicos de Combate à Pandemia COVID-19, situação que já não se verificou em 2021 e que justifica o incremento de rendimentos,

provenientes da recolha e tratamento de resíduos sólidos em 2021. Os rendimentos da recolha domiciliária de resíduos de construção e demolição, para depósito no Ecocentro de Ovar, também aumentaram comparativamente a 2020, o que traduz um indicador de crescimento desta atividade no Município.

A componente de **Transportes Escolares** regista rendimentos no montante global de 1 102,22 euros, referentes às liquidações que os Encarregados de Educação efetuam junto da Câmara Municipal, para assegurar o transporte para a escola dos seus educandos. Comparativamente ao ano 2020, verifica-se um decréscimo de rendimentos, que resulta da diminuição do número de utilizadores deste serviço.

A rubrica de **Cemitérios** apresenta rendimentos de 4 355,40 euros em 2021, o que traduz um incremento de 6,77% face a 2020, em virtude de um maior número de inumações em sepultura perpétua.

O montante total de rendimentos associado aos **Parques de Estacionamento** ascendeu, em 2021, a 23 254,12 euros. Comparativamente a 2020, verifica-se um decréscimo de rendimentos de 30,93%. Este decréscimo é justificado pela medida de isenção de pagamento, entre as 11 e as 15 horas, em todos os locais de estacionamento pago, implementada no âmbito do projeto Municipal “COVID-19 #PROTEGEROVAR”.

A rubrica de **Serviços Sociais** que contém rendimentos no valor de 291 335,87 euros, apresenta um acréscimo face ao faturado em 2020, de 39,12%. Esta componente engloba rendimentos de: i) senhas de refeições escolares; ii) atividades tempos livres, jardins de infância e creches e; iii) rendas de habitação social. O referido acréscimo é justificado pelo aumento de rendimentos com as senhas de refeições escolares, devido ao facto de, em 2020, o período de encerramento das escolas para o 1.º Ciclo (março a junho), ter sido mais alargado do que em 2021 (janeiro a março), em virtude do confinamento obrigatório, decretado no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Também

contribui para o incremento destes rendimentos, a faturação das rendas de habitação social que em 2021, foram de valor superior às faturadas em 2020. Não obstante do facto de em cada exercício, só se ter rendimentos relativos a um mês de renda (em 2020 apenas se faturou o mês de fevereiro e em 2021, faturou-se o mês de janeiro de 2022, devido ao período de isenção previsto no n.º 1, do artigo 2.º, do Regulamento de Incentivos Socioeconómicos de Combate à Pandemia COVID-19), verifica-se um aumento devido à transição do quadro legal de renda apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio), para a renda em regime de arrendamento apoiado (Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro e Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro).

Os **Serviços Culturais** registam rendimentos, em 2021, no valor de 29 252,22 euros, que comparativamente ao exercício de 2020, se traduz numa redução de 91,86%. Esta diminuição de rendimentos é justificada principalmente pelo facto de, em 2021, não se registarem rendimentos com o Carnaval de Ovar, devido ao seu cancelamento por força da pandemia COVID-19. Esta rubrica também engloba os rendimentos auferidos com a faturação do Centro de Arte de Ovar, Museu Júlio Dinis, Museu Escolar Oliveira Lopes e Escola de Artes e Ofícios. Pode destacar-se o incremento de proveitos no Centro de Arte de Ovar, em 2021, devido à bilheteira dos espetáculos de Tiago Bettencourt, Clã e António Zambujo.

Os **Serviços de Desporto** registam os rendimentos com a prestação de serviços da Piscina Municipal de Ovar. Em 2021, os rendimentos auferidos foram de 41 992,81 euros e representam um decréscimo, face a 2020, de 38,33%. Este decréscimo é justificado pelo facto de a pandemia da doença COVID-19, ter obrigado a uma redução muito significativa dos utilizadores da Piscina Municipal, devido a imposições legais e de segurança em termos de saúde pública.

Os **Outros Serviços** contemplam rendimentos no valor de 33 674,23 euros, proveniente de ocisão e despesas de cadáveres de canídeos e gatídeos, fotocópias e regulamentos, emissão de plantas topográficas, outras atribuições e ocupações de espaços públicos. Comparativamente a 2020, verifica-se um decréscimo de 61,48%, que resulta do facto de, em 2020, se ter faturado a atribuição e ocupação de espaços públicos para o Carnaval, facto que não ocorreu em 2021.

A rubrica de **Vistorias e Ensaios** apresenta rendimentos de 1 102,85 euros, o que reflete uma estrutura semelhante à observada em 2020, embora com um ligeiro acréscimo de 1,02%. O ligeiro aumento no valor cobrado por este serviço, bem como o aumento do número de vistorias de ascensores nos edifícios de habitação, justifica o incremento observado.

A componente **Arrendamento** regista rendimentos no montante de 1 858,12 euros, que reflete uma redução, face a 2020, de 7,44%. Estes reportam aos rendimentos provenientes de contratos de constituição de direito de superfície.

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Em 2021 e conforme ilustra a tabela seguinte, as **Transferências e Subsídios Correntes Obtidos**, ascenderam a 9 140 599,93 euros. As transferências correntes provenientes do Orçamento de Estado, constituem o maior peso relativo na estrutura destes rendimentos.

Comparativamente a 2020, os rendimentos desta rubrica cresceram 5,15%, com destaque para o aumento de rendimentos provenientes do Orçamento de Estado.

Q.38. Transferências e Subsídios Correntes Obtidos –2021/2020

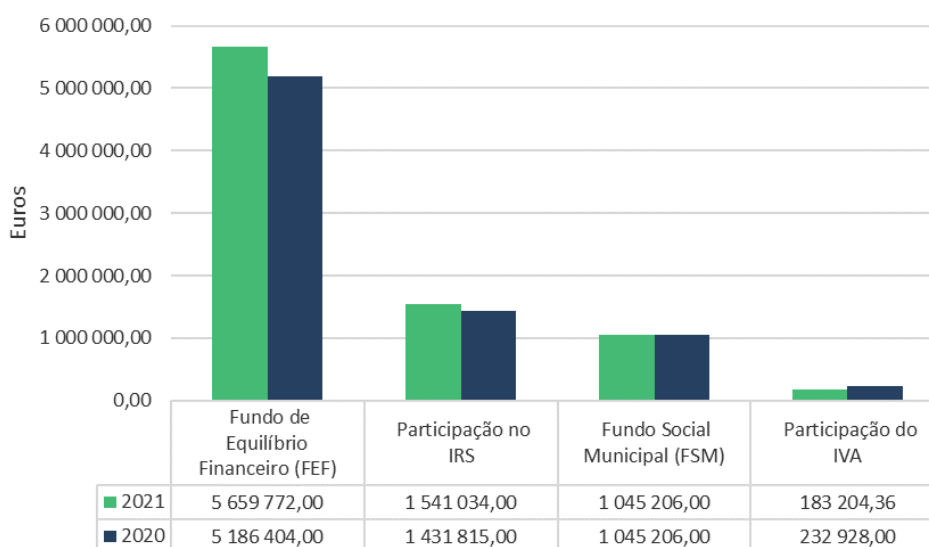
(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências e subsídios correntes obtidos						
Orçamento do Estado	8 429 216,36	92,22	7 896 353,00	90,83	532 863,36	6,75
<i>Serviços e Fundos Autónomos</i>						
DGESTE-Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	517 414,49	5,66	693 710,61	7,98	-176 296,12	-25,41
IEFP-Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro	83 301,50	0,91	43 694,54	0,50	39 606,96	90,65
DGAI-Direção Geral da Administração Interna	32 902,72	0,36	409,61	0,00	32 493,11	7 932,69
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos da Crianças e Jovens	30 923,40	0,34	30 923,40	0,36	0,00	0,00
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	0,00	0,00	28 168,13	0,32	-28 168,13	-100,00
APA - Agência Portuguesa Ambiente	20 910,85	0,23	0,00	0,00	20 910,85	-
Business as Nature	25 930,61	0,28	0,00	0,00	25 930,61	-
Total	9 140 599,93	100,00	8 693 259,29	100,00	447 340,64	5,15

Orçamento de Estado

Conforme referido, as transferências do **Orçamento de Estado (OE)** continuam a ser aquelas que apresentam um maior impacto, na estrutura das transferências e subsídios correntes, em 2021, 92,22%. As transferências obtidas, legalmente consagradas na Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro, decompõe-se entre: o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)¹⁰, o Fundo Social Municipal (FSM), a participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e a participação de 7,5% na receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Estas são transferências que se enquadram no conceito de repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios, conforme preconiza o n.º 1, do artigo 25.º, do RFALEI, na atual redação. Comparativamente ao ano de 2020, destaca-se o aumento das transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e à Participação Fixa no IRS.

G.40. Tipologia das Transferências do OE - 2021/2020



As transferências do **Fundo de Equilíbrio Financeiro** (corrente) ascenderam, em 2021, a 5 659 772,00 euros, o que traduz um incremento de 473 368,00 euros, comparativamente a 2020. Dado que o FEF corresponde a uma subvenção geral (prevista no n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o artigo 27.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação) equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), do

¹⁰ Nesta rubrica apenas é contabilizado o FEF corrente.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao índice sintético de desenvolvimento social, é possível concluir que este aumento decorre de um aumento global destas receitas.

Os rendimentos provenientes da **Participação Fixa no IRS** ascenderam, em 2021, a 1 541 034,00 euros, o que traduz um incremento absoluto de 109 219,00 euros, relativamente a 2020. Pese embora, a taxa de participação variável no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), para os sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, cobrada pelo OE de 2021, se ter mantido nos 3%, por deliberação do Órgão Deliberativo, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 26.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, verifica-se um aumento nos rendimentos auferidos, o que traduz o aumento do rendimento das famílias que residem no Concelho de Ovar.

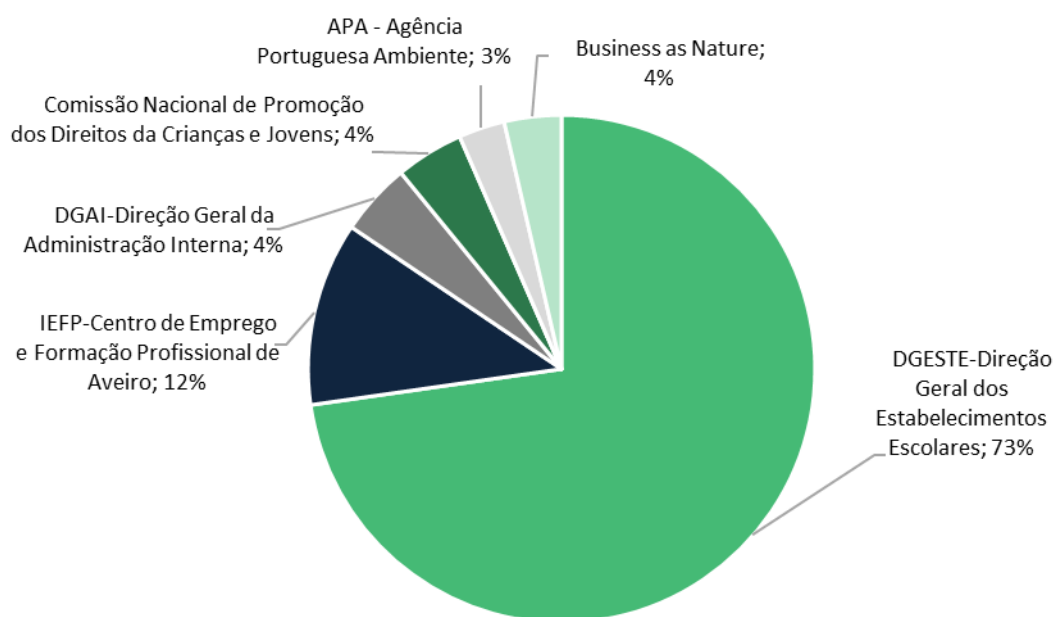
O **Fundo Social Municipal** corresponde a uma subvenção específica, consagrada no artigo 30.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios, nomeadamente no que concerne à gestão das escolas do ensino básico. Em 2021, tal como em 2020, esta componente registou rendimentos de 1 045 206,00 euros.

Os rendimentos auferidos com a participação de 7,5% na receita do **Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)**, nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, ascendeu, em 2021, a 183 204,36 euros, o que representa um decréscimo de 49 723,64 euros. Este decréscimo está naturalmente correlacionado com a diminuição de receita arrecadada com o IVA gerado dentro do Concelho e que passou dos cofres do Estado para a Autarquia.

Serviços e Fundos Autónomos

A rubrica de **Serviços e Fundos Autónomos** regista em 2021, rendimentos provenientes de diversas instituições e para diversos fins. As transferências correntes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, são as que mais contribuem para a estrutura destes rendimentos.

G.41. Estrutura das Transferências de Subsídios e Fundos Autónomos - 2021



O montante de rendimentos provenientes da **Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)**, em 2021, ascendeu a 517 414,49 euros. Pese embora seja a componente de maior relevo, foi uma das que os seus rendimentos decresceram, face a 2020. Nesta rubrica registam-se as participações relativas ao “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º Ciclo”; “Programa Pré-Escolar, Refeições e Prolongamento de Horário, Atividades de Animação de Apoio à Família”; e “Apoio ao Pré-Escolar Funcionárias – Assistentes Operacionais”. As transferências reportam-se a anos letivos e não a anos civis, pelo que se justifica o decréscimo desta componente. No exercício de 2020, a DGESTE realizou transferências relativas ao ano letivo 2019/2020. Não obstante de estarem incluídos os meses de janeiro a julho de 2020, foram também realizadas transferências, em 2020, relativas a acordos do início do ano letivo 2019/2020, ou seja, relativas aos meses de setembro a dezembro de 2019. Este facto, incrementou os rendimentos em 2020 e justifica o decréscimo para 2021.

Os rendimentos provenientes do **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)**, ascenderam, em 2021, a 83 301,50 euros, o que traduz um acréscimo relativo de 90,65%, face a 2020. Os rendimentos registados, referem-se ao cofinanciamento dos projetos: “Contratos de Emprego Inserção + (CEI+)”, “Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto” e “GIP-Gabinete de Inserção Profissional”. O acréscimo na rubrica é justificado pelos rendimentos dos projetos CEI+ que aumentaram relativamente a 2020, ao cofinanciamento de CEI’s a desempenhar funções no Hospital de Campanha Anjo D’Ovar (de combate à pandemia COVID-19) e pelo facto de se terem arrecadado receitas do projeto “Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto”, facto que não ocorreu em 2020.

Em 2021, a **Direção Geral da Administração Interna (DGAI)** realizou transferências para o Município de Ovar, no valor de 32 902,72 euros. O acréscimo destes rendimentos, relativamente a 2020, é justificado pelas transferências realizadas no âmbito da comparticipação financeira para: i) atualização dos cadernos eleitorais; ii) mesas de voto referentes às eleições presidenciais 2021; iii) mesas de voto referentes às eleições autárquicas 2021.

Os rendimentos no montante de 30 923,40 euros, proveniente da **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, destinam-se ao apoio nas despesas de instalações, técnico administrativas e logísticas. Este montante revela-se constante, comparativamente ao ano anterior.

A verba de 20 910,85 euros transferida pela **APA - Agência Portuguesa Ambiente**, em 2021, refere-se à Taxa de Gestão de Resíduos Sólidos (TGR). A APA, I.P., apura o montante da TGR a reverter a favor dos Municípios, nos termos da alínea b), do n.º 12, do artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação dada pelo artigo 16.º, da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, na atual redação.

As transferências da entidade **Business as Nature** – Associação para a Produção e Consumo Sustentável e a Economia Circular (BasN), em 2021, no valor de 25 930,61 euros, referem-se ao financiamento do projeto "FishingthePlastic", promovido em parceria com o Município de Ovar e que

contribui para a promoção da redução do lixo marinho plástico e em especial do plástico de uso único.

Reversões

A rubrica de **Reversões** inclui rendimentos provenientes do desreconhecimento de perdas por imparidade e provisões ascendendo, em 2021, a um valor absoluto de 63 078,06 euros, refletindo um acréscimo, comparativamente a 2020, de 42,53%.

Q.39. Reversões - 2021/2020

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
Reversões						
Clientes, contribuintes e utentes	62 078,06	98,41	8 940,03	20,20	53 138,03	594,38
Processos judiciais em curso	1 000,00	1,59	35 314,85	79,80	-34 314,85	-97,17
Total	63 078,06	100,00	44 254,88	100,00	18 823,18	42,53

Na rubrica de **Clientes, Contribuintes e Utentes**, aplicou-se a reversão de imparidades de faturas referentes a devedores de outras receitas de capital, devedores de outras receitas correntes, devedores de rendas de habitação social, devedores de cantinas escolares e prolongamento de horário. Assim, para 2021, o valor apurado foi de 62 078,06 euros, traduzindo um incremento superior a 53 mil euros, comparativamente a 2020. Este incremento é justificado, essencialmente, pelos ganhos decorrentes da cobrança de faturação que se encontrava em mora, com especial enfoque para a faturação de refeições escolares.

As reversões de provisões referentes a **Processos Judiciais em Curso**, ascenderam, em 2021, a um montante de 1 000,00 euros referindo-se à redução de provisão do processo n.º 27/18.6BEAVR (Serralharia Matos Lda.). Em 2020, foi aplicada a reversão de provisões a uma maior quantidade de processos judiciais, do que em 2021.

Outros Rendimentos

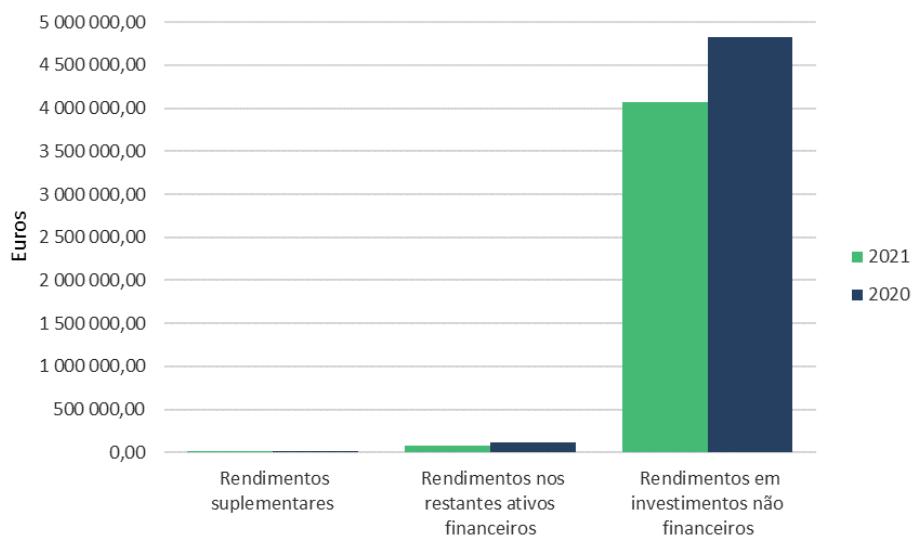
As classificações financeiras que compõe os **Outros Rendimentos**, registam um valor global de 4 158 707,51 euros, em 2021. Esta componente regista ganhos provenientes, essencialmente, da Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos (37,89%) e Rendas em Propriedades de Investimento (27,30%).

Comparativamente ao exercício de 2020, verifica-se um decréscimo de 15,71%, nos Outros Rendimentos. As respetivas variações são analisadas de seguida, com detalhe.

Q.40. Outros Rendimentos - 2021/2020

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Outros rendimentos						
Rendimentos suplementares	1 330,48	0,03	1 417,79	0,03	-87,31	-6,16
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	83 166,94	2,00	112 954,75	2,29	-29 787,81	-26,37
<i>Rendimentos em investimentos não financeiros</i>						
Ativos fixos tangíveis	12 708,82	0,31	21 463,81	0,44	-8 754,99	-40,79
Rendas em propriedades de investimento	1 135 369,26	27,30	1 139 812,11	23,10	-4 442,85	-0,39
Correções relativas a períodos anteriores	614 775,31	14,78	2 089,80	0,04	612 685,51	29 317,90
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 575 532,96	37,89	1 235 407,91	25,04	340 125,05	27,53
Outros não especificados - Correntes	288 138,75	6,93	301 560,30	6,11	-13 421,55	-4,45
Outros não especificados - De capital	447 684,99	10,77	2 119 239,34	42,95	-1 671 554,35	-78,88
Total	4 158 707,51	100,00	4 933 945,81	100,00	-775 238,30	-15,71

G.42. Outros Rendimentos - 2021/2020



Os **Rendimentos Suplementares** registam um valor de 1 330,48 euros, em 2021. Comparativamente a 2020, apenas se verifica um ligeiro decréscimo de rendimentos (-6,16%). Esta componente regista as rendas de edifícios, nomeadamente aquelas que se excluem do critério de propriedade de investimento. Ressalva-se ainda que, em 2021, o pagamento das rendas esteve suspenso, ao abrigo do Regulamento Municipal de Incentivos Socioeconómicos no Contexto de Combate à Pandemia da Doença COVID-19.

Os **Rendimentos nos Restantes Ativos Financeiros** no montante de 83 166,94 euros, referem-se à contabilização de dividendos, auferidos pelo Município de Ovar. Este valor traduz um decréscimo, de 29 787,81 euros, comparativamente aos rendimentos auferidos em 2020. Esta redução deve-se (e conforme ilustra o quadro seguinte) essencialmente, à não distribuição de dividendos do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e à redução do montante de dividendos distribuídos pela:

- i) AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. (provenientes do contrato de concessão);
- ii) Águas do Douro e Paiva, S.A. (provenientes do auto de cedência de infraestruturas);
- iii) Águas do Centro Litoral, S.A. (ex. SIMRIA) (provenientes do acordo transaccional).

Q.41. Dividendos - 2021/2020

Dividendos	(euros)					
	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AdRA - Águas da Região de Aveiro e AdP - Águas Douro e Paiva	55 362,58	66,57	59 698,33	52,85	-4 335,75	-7,26
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,00	0,00	25 722,79	22,77	-25 722,79	-100,00
AdCL - Águas do Centro Litoral (ex SIMRIA)	25 980,01	31,24	27 533,63	24,38	-1 553,62	-5,64
Lusitaniagás - Companhia do Gás do Centro, S.A.	1 824,35	2,19	0,00	0,00	1 824,35	-
Total	83 166,94	100,00	112 954,75	100,00	-29 787,81	-26,37

Os rendimentos de **Ativos Fixos Tangíveis** registam, em 2021, um saldo global de 12 708,82 euros. Este montante traduz as mais valias apuradas com a alienação a título oneroso, da Casa Pré-Fabricada n.º 26 – Furadouro e dos Lotes n.ºs 15 e 19 do Loteamento Municipal do Barreiro. O decréscimo de 40,79%, face ao montante auferido em 2020, resulta essencialmente do facto das mais valias com as vendas de imóveis em 2020¹¹, terem sido de valor mais elevado.

¹¹ Em 2020, foram vendidos os Lotes n.ºs 10 e 28 do Loteamento Municipal do Barreiro e uma fração autónoma, designada por letra B, com entrada pela Rua Frederico Ulrich em Cortegaça – pertencente ao Conjunto Habitacional do SAAL – 1ª Fase.

Os rendimentos registados na rubrica de **Rendas em Propriedades de Investimento** constituem a segunda componente de maior relevância na estrutura dos Outros Rendimentos. Em 2021, esta rubrica apresenta um saldo de 1 135 369,26 euros, o que revela um ténue decréscimo, 0,39%, quando comparado com o seu período homólogo (2020). Não obstante ao registo de rendas provenientes das propriedades de investimento, como é o caso da Escola Profissional de Cortegaça, o decréscimo de rendimentos, comparativamente a 2020, deve-se à redução dos valores da renda paga pela E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. ao Município de Ovar, em virtude da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. O cálculo da renda é apurado de acordo com fórmula constante do Anexo II, do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, na atual redação, a qual prevê que se tenha em conta a variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com exclusão da habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, ponderado por um fator aplicativo à variação do consumo de energia em Baixa Tensão (BT), ambos com os dados relativos ao ano anterior àquele em que ocorre o pagamento da renda. Ora, a variação do IPC 2020/2019 cifrou-se negativa, influenciando o decréscimo do valor da renda a pagar pela E-REDES, ao Município de Ovar.

A rubrica de **Correções relativas a Períodos Anteriores**, regista um montante global de rendimentos de 614 775,31 euros. Esta rubrica contempla registos contabilísticos relativos a rendimentos de correções favoráveis relativas a exercícios anteriores, nomeadamente, reposições não abatidas aos pagamentos e contabilização dos rendimentos de RSU e TGR referentes a novembro e dezembro de 2020, facto este que incrementou o saldo da rubrica, face a 2020.

A **Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos** é uma rubrica que regista rendimentos relativos aos subsídios para investimentos. Esta é uma rubrica que se credita, por contrapartida da conta 593-Subsídios e Transferências de Capital, pela imputação ao período da parcela dos subsídios e transferências para investimentos, proporcionalmente e em paralelo à depreciação ou amortização dos ativos, objeto de financiamento. Em 2021, destaca-se o aumento de rendimentos em 27,53%, comparativamente a 2020, em virtude, na sua maioria, dos valores transferidos pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. relativos ao cofinanciamento das empreitadas de “Intervenções no Bairro Social do SAAL - Cortegaça” e “Eixo Urbano na Rua Visconde de Ovar – S. Miguel”.

A rubrica de outros rendimentos não especificados **Correntes**, regista um montante, para 2021, de 288 138,75 euros, traduzindo um decréscimo face a 2020, de 4,45%. Esta rubrica regista rendimentos de diversas situações, sendo que o seu decréscimo é mormente justificado, pela revisão do período dos contratos de concessão com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e a AdP – Águas do Douro e Paiva, S.A., o que implicou um reajustamento no rendimento a diferir. Acresce também o facto de, em 2020, se terem registado rendimentos provenientes da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, referentes a campanha de esterilização de cães e gatos, facto que não ocorreu em 2021, por cessação desta medida.

A rubrica de outros rendimentos não especificados de **Capital**, em 2021, regista rendimentos no montante de 447 684,99 euros, relativos às transferências da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.¹², no que concerne à empreitada de “Beneficiação da Escola Secundária Júlio Dinis”, “Requalificação do Cais do Puchadouro” e “Substituição das Coberturas da EB1 de S. Vicente de Pereira Jusã”.

Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares

Os rendimentos registados na rubrica de Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares, registam os juros obtidos pelo Município.

Em 2021 esta componente regista um total de **Juros Obtidos** de 405,93 euros, traduzindo um decréscimo absoluto de 1 658,81 euros, comparativamente ao exercício de 2020.

¹² Os rendimentos provenientes da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., no que concerne a empreitada de obras públicas, objeto de cofinanciamento, e que estão registados na classe 78, deve-se ao facto de este ativo fixo tangível não ser propriedade do Município de Ovar (empreitada em propriedade alheia).

Q.42. Juros Obtidos - 2021/2020

(euros)

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						
Juros obtidos	405,93	100,00	2 064,74	100,00	-1 658,81	-80,34
Total	405,93	100,00	2 064,74	100,00	-1 658,81	-80,34

Em 2021, tal como ocorrido em 2020, a rubrica inclui os juros referentes: i) à remuneração obtida com título de renda perpétua, aplicada na Caixa Geral de Depósitos, S.A. e; ii) à aplicação de penalizações, a incidir sobre faturas em mora. A redução de rendimentos em 2021, face a 2020, de 80,34%, refere-se à diminuição de penalizações aplicadas sobre a faturação de prolongamento de horário das atividades de apoio à família (penalização de 15% sobre o total de faturação liquidada após o prazo de vencimento, conforme previsto no artigo 5.º, do Regulamento Municipal das Atividades de Animação e de Apoio à Família da Educação Pré -Escolar) e à inexistência, em 2021, de agravamentos aplicados na faturação de mercados e feiras (penalização de 10% sobre o total de faturação liquidada após o prazo de vencimento, conforme artigo 12.º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Ovar).

5.2.3. Demonstrações das Alterações no Património Líquido

O objetivo da Demonstração às Alterações ao Património Líquido é prestar informação sobre as alterações ao património líquido do Município, desagregadas em património inicial, contribuições de capital, resultados acumulados, reservas, transferências e subsídios de capital e outras, bem como os efeitos de alterações de políticas contabilísticas e correções, devendo divulgar o património líquido e as suas alterações entre dois períodos na Demonstração das Alterações ao Património Líquido (NCP 1 § 57). Importa perceber como se alterou esta posição financeira e o que motivou tais alterações.

Quando nos referimos ao património líquido, é o mesmo que nos referirmos ao interesse residual dos ativos, depois de deduzidos os passivos, mostrando a sua posição financeira líquida na data de relato.

Sucintamente, o Património Líquido resume-se conforme quadro seguinte, sendo que os seus montantes e as suas variações, face a 2020, estão explicadas no capítulo dedicado à análise do Balanço.

Q.43. Património Líquido – 2021/2020

(euros)

Património Líquido	2021	2020
	Valor	Valor
Património/Capital	47 917 912,90	47 844 362,90
Reservas	4 457 060,06	4 457 060,06
Resultados transitados	74 468 182,16	79 144 056,68
Outras variações no Património Líquido	18 274 139,62	16 119 867,92
Resultado líquido do período	-6 875 743,18	-4 675 874,52
Total	138 241 551,56	142 889 473,04

5.2.4. Fluxos de Caixa/Movimentos Financeiros

Fluxos de Caixa

Uma Demonstração de Fluxos de Caixa, quando usada em conjugação com outras demonstrações financeiras, proporciona informação que habilita os utilizadores a avaliar as alterações no património líquido de uma entidade, a sua estrutura financeira (incluindo a sua liquidez e solvabilidade) e a sua capacidade para modificar as quantias e momento de fluxos de caixa a fim de se adaptar às novas circunstâncias e oportunidades.

Resulta da Demonstração de Fluxos de Caixa, o saldo para a gerência seguinte, decomposto em operações orçamentais e operações de tesouraria. De acordo com o parágrafo 76, da NCP 1, a informação do saldo da gerência (do período anterior e para o período seguinte), tratando-se de um resultado orçamental estritamente de caixa, deve ser obtido a partir dos respetivos valores de caixa e equivalentes de caixa, designadamente por dedução destes últimos assim como de outros valores que implicam variação dos valores de caixa e equivalentes de caixa, sem qualquer fluxo financeiro.

Q.44. Saldo para a Gerência Seguinte

(euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
Saldo da Gerência Anterior (Ano 2020)	10 177 319,59	1 247 130,66	11 424 450,25
Recebimentos (Ano 2021)	31 298 192,16	1 027 927,46	32 326 119,62
Pagamentos (Ano 2021)	30 724 293,27	835 502,11	31 559 795,38
Saldo para a Gerência Seguinte	10 751 218,48	1 439 556,01	12 190 774,49

Conforme se pode inferir pelo quadro anterior, em 2021, tem-se:



Um saldo da gerência de operações orçamentais, transitado de 2020, no valor de 10 177 319,59 euros.



Recebimentos e pagamentos orçamentais, no montante de 31 298 192,16 euros e 30 724 293,27 euros, respetivamente.

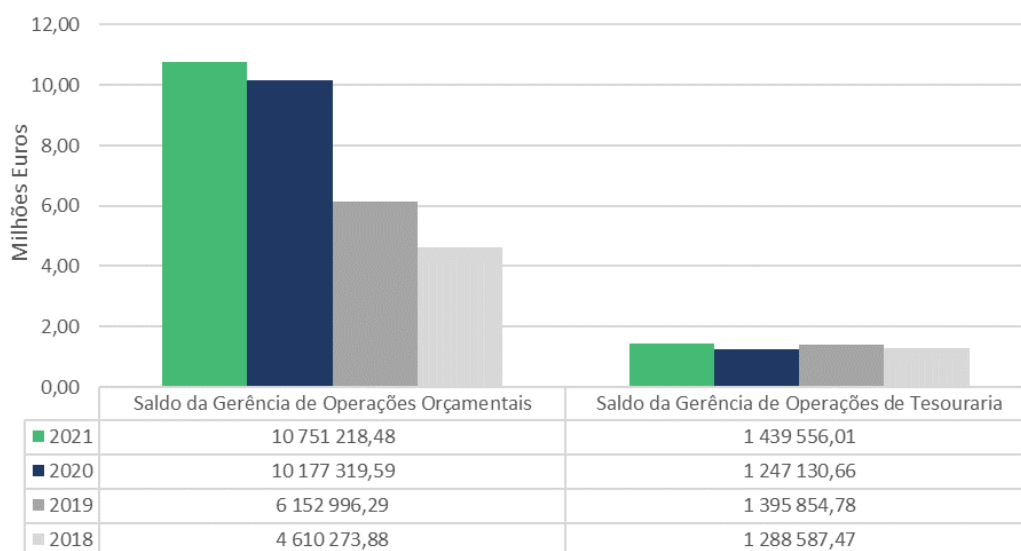


O saldo da gerência anterior acrescido dos recebimentos e deduzido dos pagamentos, resulta em 10 751 218,48 euros de saldo da gerência de operações orçamentais, a transitar para 2022.



Um saldo da gerência transitado, de operações de tesouraria, no valor de 1 247 130,66 euros, que acrescido dos recebimentos (1 027 927,46 euros) e deduzido ao montante de pagamentos (835 502,11 euros), confere um saldo da gerência de operações de tesouraria, a transitar para 2022, de 1 439 556,01 euros.

G.43. Evolução do Saldo da Gerência de Operações Orçamentais e de Tesouraria: 2018-2021



Saldo da Gerência de Operações Orçamentais

O saldo da gerência de operações orçamentais e a sua comparabilidade com o exercício de 2020, são apresentados no quadro seguinte.

Q.45. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais

(euros)

Designação	2021	2020	Varição 2021/2020
Saldo Inicial da Gerência	10 177 319,59	6 152 996,29	4 024 323,30
Receitas Correntes	26 268 680,01	27 849 288,54	-1 580 608,53
Receitas de Capital	5 021 474,60	5 874 487,17	-853 012,57
Receitas Outras	8 037,55	13 981,24	-5 943,69
Total Receitas	31 298 192,16	33 737 756,95	-2 439 564,79
Despesas Correntes	22 454 682,17	21 724 329,93	730 352,24
Despesas de Capital	8 269 611,10	7 989 103,72	280 507,38
Total Despesas	30 724 293,27	29 713 433,65	1 010 859,62
Saldo Corrente	3 813 997,84	6 124 958,61	-2 310 960,77
Receitas Correntes - Despesas Correntes			
Saldo de Capital	-3 248 136,50	-2 114 616,55	-1 133 519,95
Receitas de Capital - Despesas de Capital			
Saldo do Exercício	573 898,89	4 024 323,30	-3 450 424,41
Saldo Corrente + Saldo de Capital + Receitas Outras			
Encargos não pagos*	180 376,24	198 702,26	-18 326,02
Encargos transitados de anos anteriores	198 702,26	14 864,31	183 837,95
Saldo Real do Exercício	555 572,87	4 208 161,25	-3 652 588,38
Saldo do Exercício + Encargos não pagos - Encargos transitados de anos anteriores			
Saldo da Gerência	10 751 218,48	10 177 319,59	573 898,89
Saldo Inicial da Gerência + Saldo do Exercício			

* Corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago

Do quadro anterior infere-se que:



O **Saldo do Exercício** de 2021, de operações orçamentais, ascendeu a 573 898,89 euros, traduzindo um decréscimo em 3 450 424,41 euros face a 2020, decréscimo esse provocado pelo duplo efeito negativo causado pela redução do total de receita e pelo aumento do total da despesa.

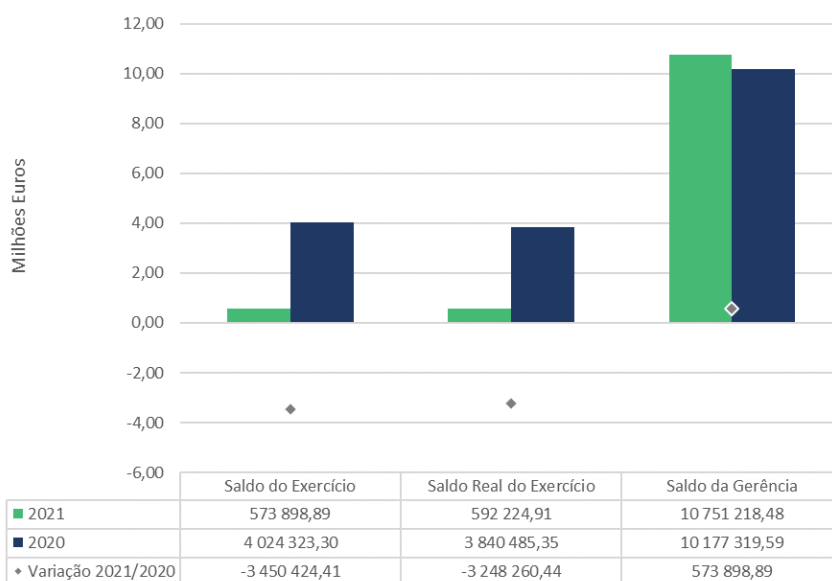


O **Saldo Real do Exercício**, corresponde ao saldo do exercício acrescido dos encargos não pagos e deduzido dos encargos que transitaram de anos anteriores. Para 2021, este saldo cifrou-se em 555 572,87 euros.



A variação do **Saldo da Gerência de Operações Orçamentais**, entre o exercício de 2021 e 2020, foi de 573 898,89 euros, devido ao facto de o saldo inicial da gerência de 2021 ser superior ao de 2020, bem como o facto de o saldo de exercício ser positivo.

G.44. Saldo do Exercício, Saldo Real do Exercício e Saldo da Gerência de Operações Orçamentais - 2021/2020



Indicadores de Gestão



6. Indicadores de Gestão

Na preparação de indicadores de gestão, são utilizados rácios que consistem no estabelecimento (sobre a forma de quociente) de relações entre diferentes grandezas orçamentais e económico-financeiras.

Os rácios são instrumentos de análise e controlo de gestão bastante versáteis, sendo utilizados para sintetizar uma quantidade abundante de informação e ajudar à tomada de decisão. Podem ser utilizados no diagnóstico de quase todos os aspetos relacionados com a situação económico-financeira do Município, na análise da sua evolução no tempo e de proceder a comparações com outras entidades que atuem no setor das Autarquias Locais.

6.1. Indicadores Económico-Financeiros

Para proceder à preparação de indicadores económico-financeiros, são utilizados rácios que estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, Balanço e Demonstração dos Resultados. Para mais detalhe sobre as variações de seguida enunciadas, tanto em elementos que compõem o Balanço como a Demonstração dos Resultados, deve ser consultado o capítulo 5 do presente relatório.

Liquidez

Os indicadores de liquidez avaliam a capacidade do Município para gerar meios líquidos suficientes para satisfazer as obrigações mais exigíveis e manter o normal funcionamento da atividade.

Estes indicadores são baseados nos ativos de maior liquidez e nos passivos com maior grau de exigibilidade. Quanto mais elevados forem os valores dos rácios de liquidez maior deverá ser, à partida, a capacidade para cumprir as suas responsabilidades mais exigíveis.

Q.46. Indicadores de Liquidez – 2021/2020

INDICADORES		2021	2020
Liquidez	Liquidez Geral		
	Ativo Corrente / Passivo Corrente	5,54	6,62
	Liquidez Reduzida		
	(Ativo Corrente - Inventários) / Passivo Corrente	5,51	6,59
	Liquidez Imediata		
	Disponibilidades / Passivo Corrente	2,94	3,48

Como se pode ver no quadro anterior, o Município tem todos os indicadores de liquidez com valor superior a 1, o que significa que tem capacidade de satisfazer as suas obrigações de curto prazo com bastante margem, uma vez que, mesmo considerando apenas as suas disponibilidades ou meios financeiros, consegue fazer face às suas obrigações de curto prazo.

Os indicadores de liquidez sofreram uma diminuição transversal devido, essencialmente, ao aumento verificado no passivo corrente.

Rentabilidade

Os indicadores de **Rentabilidade** medem a capacidade dos capitais investidos e da atividade do Município para gerar rendimentos. São indicadores de eficiência económica da entidade e evidenciam se a entidade é rentável, no entanto, temos de ter em consideração que no setor público, estes indicadores podem não refletir necessariamente o valor dos serviços públicos prestados. O objetivo de uma Entidade Pública não é a obtenção de lucro, mas sim a prossecução do interesse público. As Entidades Públicas procuram prestar o melhor serviço com os recursos que têm, não estando a sua atividade orientada para o lucro. No setor público, o mais importante é a sustentabilidade a longo prazo, ou seja, a viabilidade para pagar as suas dívidas, pelo que o desempenho de uma entidade não é medido pelo lucro.

Q.47. Indicadores de Rentabilidade – 2021/2020

INDICADORES		2021	2020
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios		
	Resultados operacionais / Volume de negócios x 100	-27,37	-18,39
	Taxa de Margem Bruta		
	Margem bruta / Volume de negócios x 100	-0,29	-0,20
	Rentabilidade do Património Líquido		
Resultados líquidos / Património líquido x 100	-4,97	-3,27	
	Rentabilidade Operacional do Ativo		
	Resultados operacionais / Ativo x 100	-4,42	-2,94

Atividade

Os indicadores de atividade permitem perceber se, as políticas de crédito concedidas a clientes e os prazos de pagamento negociados com fornecedores são os adequados, bem como verificar a eficácia na gestão dos inventários.

Q.48. Indicadores de Atividade – 2021/2020

INDICADORES		2021	2020
Atividade	Grau de Rotação do Ativo		
	Volume de negócios / Ativo	0,16	0,16
	Prazo Médio de Inventário		
	Saldo médio inventários / Saldo médio custo das vendas x 365	373	517
	Prazo Médio de Recebimentos		
Saldo médio clientes / Saldo médio volume de negócios x 365	149	145	
	Prazo Médio de Pagamentos		
	Saldo médio fornecedores / Saldo médio (Compras + FSE) x 365	26	25

Da análise dos indicadores mencionados no quadro anterior, podemos verificar que houve uma redução do prazo médio de inventário, rácio esse que representa o prazo médio de permanência de inventários em armazém. Esta redução deve-se ao facto de, no ano anterior, o prazo estar inflacionado pelo facto de ter ocorrido interrupção das atividades do Município, em maior período face a 2021, o que gerou a permanência das existências em armazém, em média, por um prazo maior do verificado este ano.

Relativamente ao prazo médio de recebimentos e de pagamentos, mantêm-se praticamente constantes no período em análise.

Estrutura Financeira

Estes indicadores caracterizam a estrutura financeira da Entidade, possibilitando ter uma perceção da proporção relativa dos elementos patrimoniais que integram a estrutura financeira da Entidade.

Os indicadores de estrutura financeira permitem avaliar a capacidade financeira do Município de fazer face às suas obrigações e de analisar o seu grau de dependência financeira face a entidades externas.

Q.49. Indicadores de Estrutura Financeira – 2021/2020

INDICADORES		2021	2020
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira		
	Património Líquido / Ativo	0,89	0,90
	Solvabilidade		
	Património Líquido / Passivo	8,10	8,79
	Grau de cobertura de gastos financeiros		
	Resultados operacionais / Gastos Financeiros	-822,08	-1 091,56
	Endividamento		
	Passivo / Ativo	0,11	0,10

O rácio da **Autonomia Financeira** representa a percentagem de ativos totais do Município, financiados pelo património líquido. Este rácio continua muito próximo de 1, o que indica que quase a totalidade das aplicações do Município (nomeadamente aplicações em bens de investimento, aplicações financeiras, aplicações em inventários, entre outros) pode ser financiada pelo património líquido.

A **Solvabilidade** corresponde à relação entre o património líquido e os capitais alheios, representando o grau de cobertura do endividamento pelo património líquido, ou seja, se for superior a 1 indica que o património líquido do Município é suficiente para cobrir todas as obrigações, ou seja, corresponde à capacidade de o Município solver (pagar) as suas obrigações a médio longo prazo. Este rácio

continua em torno de 8, o que significa que o património líquido do Município é suficiente para cobrir em cerca de 8 vezes o montante de passivo total.

O **Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros** mede a capacidade de o Município gerar resultados suficientes para cobrir as suas obrigações de natureza financeira. Este rácio em 2021 continua a ser negativo, uma vez que o resultado operacional é negativo, no entanto, o resultado antes de depreciações continua a ser positivo. De ressaltar que a análise deste indicador não deve ser feita isoladamente, deve ser acompanhada da análise dos indicadores anteriores (autonomia financeira e solvabilidade).

O rácio do **Endividamento** permite avaliar o grau de dependência financeira do Município face a terceiros, quanto mais elevado for, maior é a vulnerabilidade do Município. Este rácio mantém-se estável nos dois períodos em análise.

6.2. Indicadores Orçamentais

Para proceder à preparação de indicadores de gestão de natureza orçamental, são utilizados rácios que estabelecem relações entre componentes das demonstrações orçamentais: Demonstração do Desempenho Orçamental, Demonstração de Execução Orçamental da Receita e Demonstração de Execução Orçamental da Despesa.

Q.50. Indicadores de Orçamentais – 2021/2020

INDICADORES	2021	2020
Grau de Execução Orçamental da Receita		
Receita Cobrada Líquida/Previsões Corrigidas	87,42%	90,39%
Grau de Execução Orçamental da Despesa		
Despesa Paga Líquida/Dotações Corrigidas	64,76%	67,33%
Indicador de Estrutura da Receita Efetiva		
Receita Cobrada Efetiva/Total Receita Cobrada	75,46%	80,31%
Indicador de Estrutura da Despesa Efetiva		
Despesa Paga Efetiva/Total Despesa Paga	99,31%	99,43%
Saldo Corrente		
Receita Corrente - Despesa Corrente	3 813 998 €	6 124 959 €
Saldo de Capital		
Receita de Capital Efetiva - Despesa de Capital Efetiva	- 3 037 121 €	- 3 644 647 €
Saldo Primário		
Receita Efetiva - (Despesa Efetiva - Juros e Outros Encargos)	799 609 €	2 503 677 €
Saldo Global		
Receita Efetiva - Despesa Efetiva	784 914 €	2 494 292 €
Grau de Realização das Liquidações		
Recebimentos/Liquidações	94,41%	92,66%
Grau da Execução das Obrigações		
Pagamentos/Obrigações	99,42%	99,34%

Em 2021 verifica-se uma ligeira deterioração do **Grau de Execução Orçamental da Receita**, uma vez que, o aumento do valor de previsões da receita corrigida de 2020 para 2021, foi superior ao aumento também verificado do montante de receita cobrada líquida.

O **Grau de Execução Orçamental da Despesa** também sofreu um ligeiro decréscimo, visto que o aumento das dotações corrigidas foi superior ao aumento da despesa paga, criando assim um desfasamento maior entre estas.

A **Estrutura da Receita Efetiva**, medida pelo peso da receita cobrada efetiva no total de receita cobrada diminuiu em 2021, uma vez que se verificou um aumento da receita total cobrada e redução da receita cobrada efetiva, apesar de a receita de saldos da gerência anterior ser superior em 2021, face ao saldo da gerência anterior incorporado em 2020, acrescido, nesse ano, do montante de receita proveniente de ativos financeiros.

A **Estrutura da Despesa Efetiva**, medida pela proporção de despesa paga efetiva no total de despesa paga mantém-se idêntica ao ano transato e muito próximo de 100%, uma vez que o montante de despesa com passivos financeiros tem um peso muito reduzido na estrutura de despesa total do Município.

Em 2021, regista-se uma degradação do **Saldo Corrente**, compensado em parte pelo desagravamento do **Saldo de Capital**, no entanto em ambos os anos, verifica-se uma compensação do saldo de capital deficitário através do saldo corrente excedentário.

Relativamente ao valor do **Saldo Primário** e do **Saldo Global**, ambos sofreram uma redução significativa, justificada pelo duplo efeito negativo provocado tanto pelo aumento da despesa efetiva como pela redução da receita efetiva.

Tanto o **Grau de Realização das Liquidações** como o **Grau de Execução das Obrigações** aumentaram e encontram-se muito próximos de 100%, traduzindo-se numa maior eficiência de cobrança de receita face às liquidações emitidas e de pagamento de despesa face às obrigações assumidas.

Dívida Total



7. Dívida Total

O presente capítulo é dedicado à temática do endividamento municipal, podendo o mesmo ser entendido em sentido estrito, delimitado à avaliação do endividamento do Município, com base no seu Balanço, ou em sentido lato, considerando a influência das Entidades Participadas.

Em conformidade com o n.º 2, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, a **dívida total de operações orçamentais** do Município *“engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”*.

No que diz respeito ao **limite da dívida**, o n.º 1 do mesmo artigo impõe que *“A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”*.

Acresce ainda do n.º 3 do referido artigo que *“Sempre que um Município: a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III; b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios”*.

Neste sentido, para efeitos de **apuramento do montante da dívida total** relevante para o limite de cada Município, são ainda incluídas as seguintes Entidades, nos termos do n.º 1, do artigo 54.º, da referida Lei:

- i. Os Serviços Municipalizados e Intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4, do artigo 16.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na atual redação;
- ii. As Entidades Intermunicipais e as Entidades Associativas Municipais independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus Órgãos Deliberativos, com o acordo expreso

- das Assembleias Municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;
- iii. As Empresas Locais e Participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º, da Lei n.º 50/2012, de 1 de agosto, na atual redação, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelo setor empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, na atual redação, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º, daquela Lei;
- iv. As Cooperativas e as Fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- v. As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4, do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais, será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento, estabelecido no artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, bem como para aferir dos Municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º).

Nos quadros seguintes são apresentadas as entidades participadas pelo Município de Ovar e respetiva situação face à dívida total deste Município, em 31.12.2021:

Q.51. Participação do Município em Entidades Societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE Principal	Capital	Participação Inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.º I. P. C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	S.A.	36001	20 902 500	190 375,00	0,911%	190 375,00	Não	Pertence ao setor público empresarial.
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502 761 024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024%	4 850,00	Sim	Se apresentarem resultado líquido antes de impostos negativo, na proporção da participação social do município.
Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	S.A.	37002	39 974 968	642 155,00	1,606%	642 155,00	Não	Pertence ao setor público empresarial.
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509 107 630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,281%	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor público empresarial.
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, CRL	501 293 191	C.R.L.	64190	11 026 440	500,00	0,005%	500,00	Sim	É uma Cooperativa.
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	926 019,00	0,142%	926 019,00	Não	Lei n.º 42/2016, de 28/12 - Lei do Orçamento do Estado para 2017 (artigo 74.º - n.º 4).

Q.52. Participação do Município em Entidades Não Societárias

(euros)

Entidades Participada		Tipo de Entidade	CAE Principal	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Dívida Total
Denominação	N.I.P.C.				Quota	% afetação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508 771 935	Comunidade Intermunicipal	84130	N/A*	50 421,00	15,00%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento.
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	Associação Municípios	94110	N/A*	6 071,80	0,39%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento.
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	502 131 047	Associação Municípios	94110	N/A*	713,00	1,06%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento.
Fundação de Serralves	502 266 643	Fundação	91020	N/A*	-	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município.

* N/A - Não aplicável

** Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afetação desta % ser diferente.

Em 2021, o **Limite da Dívida Total do Município de Ovar**, apurado pela Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL, ascendeu a 40 856 862 euros.

Para o cálculo da **Dívida Total** do Município para o ano de 2021, o montante atribuído à contribuição das entidades participadas corresponde a um valor provisório pois, nem todas as entidades remeteram as suas contas encerradas e/ou aprovadas, apesar das várias diligências efetuadas pelo Município no sentido da obtenção das Demonstrações Financeiras definitivas destas entidades.

No quadro seguinte é apresentado o valor da contribuição de cada entidade no cálculo da dívida total do Município de Ovar.

Q.53. Contribuição das Entidades no Cálculo da Dívida Total

(euros)

Entidade Participada	Dívida a imputar ao Município	Notas
Lusitâniagás-Companhia de Gás do Centro	0,00	1
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde	0,00	2
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	502 943,46	3
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	0,00	4
APMCH - Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	17,35	5
Fundação de Serralves	0,00	6
TOTAL	502 960,81	

1. A Lusitaniagás apresentou um resultado líquido antes de imposto positivo, pelo que não é considerada para efeitos de cálculo da dívida total do Município.
2. Até ao encerramento deste relatório a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, não apresentou as contas encerradas, nem valores provisórios. Contudo, atendendo à reduzida % de participação, não é espectável uma contribuição significativa para a Dívida Total do Município.
3. A contribuição mais significativa para a dívida do Município é dada pela CIRA.
4. Foi entendimento da DGAL que *“a dívida orçamental da ANMP não releva para efeitos dos limites da dívida previstos no n.º 1, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”*, na atual redação, neste sentido, a ANMP deixará de reportar aos seus Municípios associados, a informação para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite da dívida.
5. A APMCH, à data deste relatório, apresentou os seus valores relativos ao seu contributo para a dívida do Município.
6. Até ao encerramento deste relatório a Fundação de Serralves, não apresentou as contas encerradas, nem valores provisórios. Contudo, atendendo à reduzida % de participação, não é espectável uma contribuição significativa para a Dívida Total do Município.

Do exposto e ressalvando as limitações decorrentes da informação obtida pelas Entidades Participadas, o Município de Ovar apresenta, no exercício de 2021, uma Dívida Total estimada de 7 832 613,29 euros, o que se traduz numa margem positiva de 33 024 248,92 euros, em relação ao limite estabelecido nos termos legais que é de 40 856 862,21 euros.

De ressaltar que, o montante relativo à contribuição de cada Município para o FAM não tem vindo a relevar para o limite da dívida total previsto no n.º 1, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, dos exercícios constantes do quadro abaixo apresentado.

Q.54. Cálculo do Limite da Dívida Total – 2021/2020

(euros)

		2021	2020
Limite da dívida total artº 52.º da Lei n.º 73/2013	(1)	40 856 862,21	39 414 828,82
Total da dívida a terceiros excluindo dívidas não orçamentais	(2)	7 329 652,48	7 349 753,42
Entidades participadas	(3)	502 960,81	382 706,44
Dívida Total	(4)=(2)+(3)	7 832 613,29	7 732 459,86
Margem em excesso	(5)=(1)-(4)	33 024 248,92	31 682 368,96

Em suma, o montante global da dívida do Município de Ovar aumentou em 2021. O limite da dívida total aumentou em 2021, devido, essencialmente, ao contributo das entidades participadas no cálculo da dívida total do Município. Face ao ano anterior, o montante global da dívida sofreu um aumento de 100 153,43 euros, cumprindo o limite definido na alínea b), do n.º 3, do artigo 52.º, do RFALEI, na atual redação. No entanto, a margem em excesso aumentou (+1 341 879,96 euros) decorrente, essencialmente, do aumento do limite da dívida total no montante de 1 442 033,39 euros.

Redução dos pagamentos em atraso

Na gerência de 2021 mantiveram-se em vigor as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, preconizadas na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua atual redação, e operacionalizadas através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.

Cumulativamente, a Lei do Orçamento do Estado para 2021, estabelece no n.º 1, do artigo 112.º, que *“até ao final de 2021, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2020, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.”*

No que diz respeito a esta redução, a mesma não é aplicável ao Município de Ovar, uma vez que esta Autarquia não apresentava pagamentos em atraso, quer em setembro de 2020, quer em dezembro de 2021.

Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)

Para o exercício de 2021, é de salientar que o Município de Ovar, cumpriu com os termos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na atual redação, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação.

Ressalva-se que o Município de Ovar, deu cumprimento ao princípio fundamental subjacente à LCPA, e constante do artigo 7.º da Lei.

Contabilidade de Gestão



8. Contabilidade de Gestão

A Contabilidade de Gestão, é um importante instrumento de análise e controlo de gastos e rendimentos para as Autarquias Locais, munindo o Executivo Municipal de uma ferramenta de gestão na planificação e tomada de decisão para a elaboração de orçamentos, controlo e redução dos gastos, determinação de taxas e preços públicos, medição de rendimentos, mensuração e avaliação do desempenho dos projetos, potenciando a fundamentação económica para as decisões de gestão.

A Contabilidade tem como função obrigatória, produzir informação relevante, fiável e comparável, por períodos mais curtos e cada vez mais detalhada. Assim, a Contabilidade de Gestão é essencialmente um auxílio para apurar pormenorizadamente os resultados da Autarquia, tendo fundamento legal no SNC-AP na sua NCP 27, norma que estabelece as linhas orientadoras para a sua criação e aplicabilidade.

Para além da Contabilidade Orçamental e Patrimonial, a Contabilidade de Gestão é uma ferramenta para obtenção de indicadores de gestão maximizando a capacidade de apurar resultados por funções e/ou bens e serviços de forma a determinar gastos inerentes à determinação das tarifas e preços dos mesmos.

Ao passo que a Contabilidade Orçamental segue uma ótica de caixa, a Contabilidade de Gestão baseia a sua atuação nos gastos e rendimentos do exercício seguindo o princípio do acréscimo, não permitindo uma leitura na perspetiva de confronto/validação da informação obtida, mas sim uma interpretação complementar. Os fatores da Contabilidade de Gestão são os gastos diretos por função, bem ou serviço e os gastos indiretos, apurados por coeficientes de imputação, fazendo corresponder a percentagem de cada um deles sobre o total dos respetivos custos diretos.

De forma a agregar informação por atividade, apresenta-se o quadro seguinte referente a 2021:

Q.55. Gastos, Rendimentos e Resultados por Atividades

(euros)

Atividade		Gastos	Rendimentos	Resultados
Proteção civil e luta contra incêndios	(a)	770 335,37	0,00	-770 335,37
Ensino não superior	(b)	1 679 532,79	271 621,23	-1 407 911,56
Serviços auxiliares de ensino	(c)	481 839,45	1 506 708,79	1 024 869,34
Serviços individuais de saúde	(d)	57 744,67	2 241,02	-55 503,65
Ação social	(e)	685 782,08	30 923,40	-654 858,68
Habitação	(f)	523 721,20	11 964 113,89	11 440 392,69
Resíduos sólidos	(g)	2 535 155,94	1 772 974,02	-762 181,92
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	(h)	1 539 895,11	135 287,05	-1 404 608,06
Cultura	(i)	1 754 793,17	26 052,90	-1 728 740,27
Desporto, recreio e lazer	(j)	1 234 358,89	110 808,45	-1 123 550,44
Outras atividades cívicas e religiosas	(k)	4 188,77	4 355,40	166,63
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	(l)	4 491,00	19 158,71	14 667,71
Indústria e energia	(m)	1 119 831,81	1 112 005,62	-7 826,19
Transportes rodoviários	(n)	8 317 313,02	1 465 022,29	-6 852 290,73
Comércio e Turismo	(o)	38 601,44	14 671,77	-23 929,67
Mercados e feiras	(p)	123 477,90	13 771,65	-109 706,25
Transferências entre administrações	(q)	1 445 282,24	8 968 373,36	7 523 091,12
Outras funções económicas	(r)	13 877 164,97	1 899 677,09	-11 977 487,88
Total		36 193 509,82	29 317 766,64	-6 875 743,18

(a) Gastos com Proteção Civil e Bombeiros Voluntários.

(b) Gastos com ensino pré-escolar e 1.º Ciclo do ensino básico; Rendimentos com cantinas escolares, prolongamento de horário e atividades de animação e apoio à família.

(c) Gastos com transportes escolares, associações de pais, agrupamentos de escolas, ação social escolar, manuais escolares, programa de saúde oral e bolsas de estudo; Rendimentos com Fundo Social Municipal e DGEST – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

(d) Gastos com Unidades de Saúde Familiar, Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Canídeos e Gatídeos; Rendimentos com Canídeos e Gatídeos.

(e) Gastos com transferências para Associações do Concelho de cariz social e iniciativas do Município neste âmbito, como o RASMO - Regulamento de Ação Social do Município de Ovar; Rendimentos com transferências da CPCJ.

(f) Gastos com habitação social; Rendimentos com IMI, IMT, rendas da habitação social, inspeção de ascensores, loteamentos e obras, plantas topográficas, vistorias a habitações, entre outras.

- (g) Gastos com a recolha e tratamento de Resíduos Urbanos (RU), limpeza viária e outras, desinfestação, casas de banho públicas; Rendimentos com RU e TGR.
- (h) Gastos com jardins municipais, praias, horto Municipal, rede de águas pluviais, preservação florestal, Mobilidade elétrica; Rendimentos de transferência da DGAI, Agência Portuguesa do Ambiente, Projeto “Fishingtheplastic”, Ecocentro e Projeto Red Urbansol.
- (i) Gastos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal e Polos, Museus, Carnaval de Ovar, Atelier de Conservação e Restauro de Azulejos (ACRA), Recuperação de fachadas em azulejo, transferências para Associações culturais e iniciativas do âmbito cultural promovidas pelo Município; Rendimentos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal, Museu Júlio Dinis, ACRA.
- (j) Gastos com a piscina Municipal, pavilhões gimnodesportivos, associações desportivas e iniciativas do Município de apoio ao desporto, recreio e lazer; Rendimentos com a piscina Municipal, parques de campismo, licenças para espetáculos desportivos e divertimento público.
- (k) Gastos com cemitérios igrejas e capelas; Rendimentos com o cemitério.
- (l) Gastos com Agricultura e Pecuária; Rendimentos com a venda de produtos agrícolas.
- (m) Gastos com eletricidade e zona industrial de Ovar; Rendimentos com Concessão à EDP.
- (n) Gastos com vias públicas (com um peso significativo de amortizações), rotundas, controlo de tráfego, parques de estacionamento; Rendimentos com IUC, licenças para ocupação da via pública, licença de táxi, parquímetros.
- (o) Gastos e Rendimentos com Publicidade e com Postos de Turismo.
- (p) Gastos e Rendimentos com Mercados Municipais.
- (q) Gastos com Juntas de Freguesia e CIRA; Transferência do Estado.
- (r) Gastos e Rendimentos não imputáveis a uma única atividade especificada nas alíneas anteriores.

Obter informação específica sobre qualquer bem, serviço ou atividade é uma das características diferenciadas da contabilidade de gestão. Assim esta informação, conjugada com as informações retiradas das contabilidades financeira e orçamental, é um instrumento importante para a decisão,

com a vantagem de poder ser redirecionada ao longo do tempo para novos objetivos de informação em conformidade com o desenvolvimento das atividades da gestão.

Com o normativo contabilístico SNC-AP, é natural uma evolução transversal às contabilidades orçamental, financeira e de gestão, tendo em conta não só a estrutura de cada uma por si, como da dinâmica entre todas. Assim, com a dinâmica natural da contabilidade de gestão, encontramos-nos em processo de evolução do nosso plano de bens e serviços a fim de acompanhar a otimização da informação desenvolvida pelas contabilidades, orçamental e financeira e quanto maior for a maturidade dos seus planos, melhor será o desenvolvimento do plano da Contabilidade de Gestão.

A informação a retirar da Contabilidade de Gestão deve ser clara, não só para a gestão como para os demais recetores da informação pelo que, e dado as inúmeras atividades de uma Autarquia Local, corre o risco de, em dado momento, serem em demasia, precárias ou até repetidas com as já obtidas a partir das contabilidades orçamental e financeira.

Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício



9. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Com base no que fica exposto, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante negativo de 6 875 743,18 euros, tenha a seguinte aplicação:



-6 875 743,18 euros para Resultados Transitados (Classe Financeira 56).

Ovar, 20 de abril de 2022

Demonstrações Financeiras



10. Demonstrações Financeiras

Município de Ovar			
Balança individual em 31 de dezembro de 2021			(euros)
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	126 501 355,05	131 283 191,71
Propriedades de investimento	8	1 242 093,69	1 319 642,02
Ativos intangíveis	3	27 360,82	111 622,00
Participações financeiras	18	3 213 074,00	3 213 074,00
Acionistas/sócios/associados	21	1 356 909,26	1 330 739,42
Clientes, contribuintes e utentes	21	19 018,32	24 984,08
Outras contas a receber	21		136 876,64
		132 359 811,14	137 420 129,87
Ativo corrente			
Inventários	10	101 258,88	98 012,09
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18, 21	1 174 375,77	1 532 849,66
Clientes, contribuintes e utentes	18, 21	796 003,38	374 646,58
Estado e outros entes públicos	21	17 021,35	9 024,75
Outras contas a receber	18, 21	8 252 496,13	8 180 494,48
Diferimentos	21	411 246,29	112 424,56
Caixa e depósitos	1	12 190 774,49	11 424 450,25
		22 943 176,29	21 731 902,37
Total do Ativo		155 302 987,43	159 152 032,24
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património líquido			
Património/Capital	21	47 917 912,90	47 844 362,90
Reservas	21	4 457 060,06	4 457 060,06
Resultados transitados	21	74 468 182,16	79 144 056,68
Outras variações no Património Líquido	21	18 274 139,62	16 119 867,92
Resultado líquido do período	21	-6 875 743,18	-4 675 874,52
Total do Património Líquido		138 241 551,56	142 889 473,04
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	271 463,24	271 463,24
Financiamentos obtidos	7	1 897 723,96	2 201 911,76
Diferimentos	21	7 293 907,70	7 145 542,10
Outras contas a pagar	21	3 453 796,03	3 359 897,65
		12 916 890,93	12 978 814,75
Passivo corrente			
Fornecedores	21	685 466,60	655 524,56
Estado e outros entes públicos	21	129 347,75	198 290,74
Financiamentos obtidos	7	304 187,81	211 015,34
Fornecedores de investimentos	21	262 923,84	224 323,72
Outras contas a pagar	21	2 035 762,50	1 745 920,31
Diferimentos	21	726 856,44	248 669,78
		4 144 544,94	3 283 744,45
Total do Passivo		17 061 435,87	16 262 559,20
Total do Património Líquido e Passivo		155 302 987,43	159 152 032,24

Município de Ovar			
Demonstração dos resultados por naturezas individual do período findo em 31 de dezembro de 2021 (euros)			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13 e 14	13 837 764,76	14 500 109,24
Vendas	13	26 136,31	19 302,18
Prestações de serviços e concessões	13	2 091 074,14	2 200 706,81
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 e 21	9 140 599,93	8 693 259,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-98 966,20	-69 222,59
Fornecimentos e serviços externos	21	-9 589 183,76	-9 342 155,82
Gastos com pessoal	19	-9 000 181,99	-8 460 878,67
Transferências e subsídios concedidos	21	-4 223 010,83	-4 123 801,49
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	14 712,58	-217 166,74
Provisões (aumentos/reduções)	15	0,00	-224 245,54
Outros rendimentos	13 e 21	4 158 707,51	4 933 945,81
Outros gastos	21	-1 703 305,79	-1 294 902,17
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		4 654 346,66	6 614 950,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3; 5 e 8	-11 522 141,65	-11 288 607,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-6 867 794,99	-4 673 657,61
Juros e rendimentos similares obtidos	13 e 21	405,93	2 064,74
Juros e gastos similares suportados	21	-8 354,12	-4 281,65
Resultado antes de impostos		-6 875 743,18	-4 675 874,52
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-6 875 743,18	-4 675 874,52

Município de Ovar														
Demonstração individual das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2021													(euros)	
Descrição	Notas	Capital/Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido Período	Total	Insteresses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	47 844 362,90	0,00	0,00	0,00	4 457 060,06	79 144 056,68	0,00	0,00	16 119 867,92	-4 675 874,52	142 889 473,04	0,00	142 889 473,04
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações										2 114 379,25		2 114 379,25		2 114 379,25
Transferências e subsídios de capital														
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido										39 892,45	4 675 874,52	39 892,45		39 892,45
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 675 874,52	0,00	0,00	2 154 271,70	4 675 874,52	2 154 271,70	0,00	2 154 271,70
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 875 743,18	-6 875 743,18	0,00	-6 875 743,18
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-2 199 868,66	-4 721 471,48	0,00	-4 721 471,48
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações		73 550,00											73 550,00	73 550,00
Subscrições de prémios de emissão														
	(5)	73 550,00											73 550,00	73 550,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	47 917 912,90	0,00	0,00	0,00	4 457 060,06	74 468 182,16	0,00	0,00	18 274 139,62	-6 875 743,18	138 241 551,56	0,00	138 241 551,56

Município de Ovar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2021 (euros)			
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	21	46 967,56	19 774,00
Recebimentos de contribuintes	21	13 673 915,81	14 687 787,91
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	21	9 100 779,08	9 061 143,00
Recebimentos de utentes	21	2 170 986,76	2 824 408,26
Pagamentos a fornecedores	21	-8 892 128,64	-8 927 278,38
Pagamentos ao pessoal	19	-5 807 368,27	-5 409 398,43
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios	21	-4 360 905,80	-4 238 727,57
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		5 932 246,50	8 017 708,79
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos	21	1 139 273,58	379 677,55
Outros pagamentos	21	-4 874 475,02	-4 112 571,37
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 197 045,06	4 284 814,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	-7 166 288,51	-7 009 066,77
Ativos intangíveis	8	-239 271,01	-261 618,91
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros	18		-51 445,50
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5	63 812,00	65 062,50
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento	8	1 111 993,62	1 143 313,42
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento	21	3 351 032,17	2 657 878,18
Transferências de capital	21	1 584 363,00	1 409 609,00
Juros e rendimentos similares	13	86,32	88,88
Dividendos	13	82 909,72	59 698,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 211 362,69	-1 986 480,87
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7		1 700 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	-211 015,33	-118 523,64
Juros e gastos similares	7	-8 342,80	-4 211,28
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-219 358,13	1 577 265,08
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		766 324,24	3 875 599,18
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 424 450,25	7 548 851,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 190 774,49	11 424 450,25
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 424 450,25	7 548 851,07
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		11 424 450,25	7 548 851,07
De execução orçamental		10 177 319,59	6 152 996,29
De operações de tesouraria		1 247 130,66	1 395 854,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 190 774,49	11 424 450,25
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		12 190 774,49	11 424 450,25
De execução orçamental		10 751 218,48	10 177 319,59
De operações de tesouraria		1 439 556,01	1 247 130,66

Anexos às Demonstrações Financeiras



11. Anexo às Demonstrações Financeiras

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, incluída no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Câmara Municipal de Ovar ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras. Não obstante, a ordem numérica das notas a serem utilizadas, deverá ser mantida impreterivelmente.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico**1.1 Identificação da entidade e período de relato**

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Município de Ovar		
NIPC	501306269		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	Praça da República, 3880-141 Ovar		
Telefone / Fax	256581300		
Endereço de correio eletrónico	gapresidencia@cm-ovar.pt		
Sítio na internet	http://www.cm-ovar.pt/		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?		Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Organograma	Em anexo		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais		
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)		Sim	Não
Serviços Municipalizados			X
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		Influência dominante	
Serviços Intermunicipalizados			X
Entidades Intermunicipais			X
Entidades Associativas Municipais			X
Empresas Locais			X
Empresas Participadas			X
Cooperativas			X
Fundações			X
Entidades de outra natureza			X
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
	O Município de Ovar planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; juventude; empreendedorismo; património, cultura; tempos livres e desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente, salubridade e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo.		
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	Salvador Malheiro Ferreira da Silva (de 01/01 a 31/12/2021)		
	Domingos Manuel Marques Silva (de 01/01 a 31/12/2021)		
	Alexandre Valente Rosas Caetano (de 01/01 a 31/12/2021)		
	Ana Isabel Tavares Cunha (de 01/01 a 31/12/2021)		
	Rúben Américo Jorge Ferreira (de 01/01 a 31/12/2021)		
	António Carlos Silva Monteiro Bebiano (de 09/10 a 31/12/2021)		
	Maria Júlia Lopes Oliveira (de 01/01 a 31/12/2021)		
	Victor Manuel Soares Oliveira (de 01/01 a 09/10/2021)		
	Maria de Fátima de Oliveira Bento (de 01/01 a 09/10/2021)		
	Artur Manuel Borges Duarte (de 01/01 a 09/10/2021)		
	Alcides Cardoso Alves (de 09/10 a 31/12/2021)		
	Márcia Celeste Valinho Dias Gonçalves (de 09/10 a 31/12/2021)		
	Marisa Isabel Valente Couto (18/11/2021)		
	Henrique César Vasconcelos Rodrigues Moreira (25/11/2021)		

(continua →)

(→ continua da página anterior)

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
5.2	NÚMERO DE VEREADORES [1]	
	Em regime de permanência.....	5
	A meio tempo.....	0
	Restantes vereadores.....	3
5.3	NÚMERO DE ELEITORES	
	Até 10.000.....	
	Mais de 10.000 e menos de 40.000.....	
	Igual ou superior a 40.000.....	X
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	
	<p>Referencial contabilístico: As demonstrações financeiras e orçamentais foram elaboradas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município</p> <p>Sistema informático: Aplicação SNC da AIRC</p>	
7.	OUTRA INFORMAÇÃO	
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)	
	Entidade fiscalizadora	Inspeção Geral das Finanças (IGF)
	Data da ação	01/07/2017
	Período abrangido	Triénio de 2014-2016 e 1º semestre de 2017
	Identificação da ação	Proc. 2017/234/A5/557
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação
		Órgão Executivo Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	06/07/2000 e 25/11/2021 29/09/2000 e 21/12/2021
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	17/12/2009
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	21/04/2011 e 03/04/2014
	Regulamentos	
	Regulamento da utilização do miniautocarro da Câmara Municipal de Ovar	08/06/1983 01/07/1983
	Regulamento da utilização de estacionamento de duração limitada (parcómetros)	21/02/2012 19/04/2013
	Regulamento de ocupação da via pública com mobiliário urbano e respetiva tabela de taxas	17/11/1995
	Regulamento da rede Concelhia de bibliotecas	19/07/2007 e 20/07/2017 27/09/2007 e 28/02/2018
	Regulamento de inventário e cadastro da Câmara Municipal de Ovar	29/09/2000
	Regulamento da componente de apoio à família do ensino pré-escolar	21/05/2015 06/07/2015
	Regulamento municipal do transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – transporte em táxi	08/05/2003 e 05/06/2003 30/05/2003
	Regulamento para a conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas de pessoas carenciadas do Município de Ovar	27/09/2002
	Regulamento municipal de licenciamento de acampamentos ocasionais	08/05/2003 e 05/06/2003 30/05/2003
	Regulamento municipal de licenciamento da atividade de exploração de máquinas de diversão	22/05/2003 e 05/06/2003 30/05/2003
	Regulamento municipal de licenciamento da realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	22/05/2003 e 05/06/2003 30/05/2003
	Regulamento municipal de licenciamento do exercício da atividade de arrumador de automóveis	08/05/2003 e 05/06/2003 30/05/2003
	Regulamento municipal de licenciamento do exercício da atividade de vendedor ambulante de lotarias	08/05/2003 e 05/06/2003 30/05/2003
	Regulamento do convívio sénior municipal	04/09/2014 e 30/10/2014 26/09/2014 e 05/12/2014

(continua→)

(→ continua da página anterior)

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Regulamentos		
	Regulamento do conselho de coordenação da avaliação – sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública	25/02/2021	
	Regulamento municipal para apoio a estratos sociais desfavorecidos	02/07/2009	29/11/2009
	Regulamento municipal de concessão de incentivos ao investimento empresarial	02/07/2009	29/11/2009
	Regulamento municipal de publicidade	18/02/2010	21/06/2010
	Regulamento municipal de venda ambulante	18/02/2010	21/06/2010
	Regulamento municipal de licenciamento do exercício da atividade de guarda noturno	18/02/2010 e 04/02/2016	21/06/2010 e 10/03/2016
	Regulamento municipal de ambiente	04/02/2016	26/02/2016
	Regulamento de funcionamento dos mercados municipais do Concelho de Ovar	16/07/2015	30/07/2015
	Regulamento de licenciamento e cobrança da taxa por exploração de inertes do Município de Ovar	18/02/2010	21/06/2010
	Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Ovar	03/12/2015	17/12/2015
	Regulamento de liquidação e cobrança de taxas do Município de Ovar e respetiva tabela de taxas	18/02/2010	21/06/2010
	Regulamento municipal de urbanização e edificação do Município de Ovar	21/06/2017	13/07/2017
	Regulamento do cartão Municipal do idoso	08/07/1999	15/10/1999
	Regulamento municipal de concessão de apoios sociais para água e saneamento	20/01/2011	27/05/2011
	Regulamento da piscina Municipal de Ovar	16/06/2011	21/06/2011
	Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes que frequentam o Ensino Superior		18/06/1999
	Regulamento sobre inspeções e manutenção de elevadores, monta cargas, escadas mecânicas e escadas rolantes	23/01/2020	13/02/2020
	Regulamento geral de utilização do Centro de Arte de Ovar	05/02/2009	
	Regulamento interno da rede Museológica de Ovar	06/05/2010	
	Regulamento de utilização e cedência do auditório e loja do posto de atendimento turístico do Furadouro	20/10/1987	11/12/1987
	Regulamento da feira de colecionismo, antiguidades e velharias do Município de Ovar	15/12/2011	20/04/2012
	regulamento municipal de apoio ao associativismo do Concelho de Ovar	15/03/2012 e 18/10/2012	
	Regulamento de Cemitério Municipal	04/01/2001	26/01/2001
	Regulamento municipal para apresentação da ficha técnica da habitação e cobrança de taxas		04/03/2005
	Regulamento municipal do uso do fogo	04/02/2016	26/02/2016
	Regulamento de realização de fogueiras e queimadas	08/05/2003 e 05/06/2003	30/05/2003
	Regulamento das habitações sociais do Município de Ovar	07/12/2017	28/02/2018

(continua→)

(→ continua da página anterior)

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Regulamentos		
	Regulamento de ação social do Município de Ovar	04/09/2014 e 30/10/2014	26/09/2014 e 05/12/2014
	Regulamento de concessão de benefícios sociais aos bombeiros voluntários do Concelho de Ovar	28/11/2016	27/01/2017
	Regulamento do serviço de apoio à família férias escolares	17/12/2015 e 17/10/2019	10/03/2016 e 27/11/2019
	Regulamento de apoio às artes e ofícios tradicionais com interesse municipal	23/01/2020	13/02/2020
	Regulamento de instrução dos procedimentos administrativos	19/11/2020	26/02/2021
	Regulamento municipal de incentivos socioeconómicos no contexto da pandemia da doença COVID-19	17/06/2020	18/12/2020
	Regulamento do orçamento participativo do Município de Ovar	18/03/2021	22/04/2021
	Regulamento do museu Júlio Dinis – uma casa owarenses	06/02/2014	25/02/2014
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	12/02/2021	26/02/2021
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	12/02/2021	26/02/2021
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	X	
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		
	- Transferência de competência do Município para os órgãos das Freguesias (a partir de 09/10/2021)	X	
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias (até 09/10/2021)	X	
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	X	
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa [2]		
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		421
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		25	26
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA [3]		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
			X
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES (a especificar)	Sim	Não
			X

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras apresentadas, foram preparadas para o exercício de 2021 (coincidente com o ano civil), de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e com as respetivas adoções das Normas de Contabilidade Pública (NCP), sem prejuízo do referido nos parágrafos seguintes.

As Demonstrações Financeiras, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentam a posição financeira da entidade, com uma representação fiel dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP.

1.3 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2021 o total de disponibilidades, do Município de Ovar, ascendem a 12 190 774,49 euros. De acordo com o quadro infra, que apresenta a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários, verifica-se que, comparativamente ao exercício de 2020, o total de caixa e depósitos apresenta um incremento de 766 324,24 euros.

Caixa e depósitos bancários – 2021/2020

(euros)

Conta	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	692,33	940,54
Depósitos à Ordem	8 560 083,49	10 184 111,51
Depósito à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à ordem	8 560 083,49	10 184 111,51
Outros depósitos	3 629 998,67	1 239 398,20
Depósitos a prazo	2 000 000,00	0,00
Depósitos consignados	228 866,66	28 723,82
Depósitos de garantias e caucões	1 401 132,01	1 210 674,38
Total de Caixa e Depósitos	12 190 774,49	11 424 450,25

O valor apresentado em depósitos de garantias e caucões respeita a retenções em numerário e depósitos bancários para garantia da boa execução dos contratos de empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços e de procedimentos no âmbito das obras de urbanização e seu licenciamento.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.



Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a definição e critérios da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros, enquanto moeda funcional e de apresentação.



Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel e fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.



Informação comparativa

As demonstrações financeiras apresentam uma análise comparativa com o exercício anterior, para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras, com respeito pelo princípio de Continuidade, ou seja, as políticas foram adotadas de modo consistente ao longo do tempo, com consideração pelo exposto no ponto 2.6 deste anexo.



Consistência da apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo.



Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.



Compensação

Os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos, são relatados separadamente, sem ocorrência de compensação nas demonstrações financeiras e permitindo uma informação fiável aos utilizadores.



Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas utilizadas no decurso de 2021, são sumariamente explicadas nos pontos seguintes. Para aquelas em que se verifica a sua ausência, deve-se ao facto da sua não aplicação.



Ativos Intangíveis (NCP 3)

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, incluindo direitos e licenças adquiridas, encontrando-se registadas ao seu custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas (quando existam). Compreendem, essencialmente, licenças de *software* e programas de computador. Os ativos intangíveis são reconhecidos, apenas, quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou o justo valor possa ser mensurado com fiabilidade.

Nos ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial será mensurado ao justo valor à data em que é adquirido.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, inicia quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (vida útil dos ativos intangíveis varia entre 0 e 10 anos) desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. O método de amortização utilizado, é o método da linha reta.



Ativos Fixos Tangíveis (NCP 5)

Os ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição, o qual compreende o preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após

dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação, são registados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, ou pelo custo do bem ou valor de mercado no caso dos outros bens.

As despesas com a conservação e manutenção que não aumentem a vida útil nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, e são registadas na Demonstração dos Resultados por Naturezas nas rubricas de «Outros Rendimentos» ou «Outros Gastos».

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes (ou da linha reta). Os ativos fixos tangíveis, iniciam a sua depreciação quando ficam disponíveis para uso e cessam quando o ativo é desreconhecido. A vida útil dos ativos varia entre:

- Edifícios e outras construções: 10 e 100 anos;
- Equipamento básico: 2 e 10 anos;
- Equipamento de transporte: 4 e 20 anos;
- Equipamento administrativo: 4 e 8 anos.

Mais acresce referir que, os terrenos não são depreciables.



Custo dos Empréstimos Obtidos (NCP7)

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados, independentemente de como esses empréstimos são aplicados. São custos de empréstimos obtidos, os juros, as amortizações, os encargos financeiros e outros gastos suportados pelo Município, relativos a empréstimos obtidos.



Propriedades de Investimento (NCP 8)

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, quando fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

As propriedades de investimento estão reconhecidas e mensuradas pelo seu custo de aquisição, deduzidas de depreciações. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, de acordo com as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que hajam expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de «Propriedades de Investimento».



Inventários (NCP 10)

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda ou relacionados com a prestação de serviços, nomeadamente as mercadorias detidas para venda ou distribuição no decurso normal das operações, os materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, gratuitamente ou por valor simbólico ou ainda os adquiridos para aplicar no processo produtivo.

O sistema de inventário adotado pelo Município, é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

A mensuração dos inventários que forem adquiridos através de uma transação com contraprestação deve ser feita ao custo de aquisição. Caso contrário, são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido ou o custo de reposição corrente, sejam estes para distribuir sem, ou com, contrapartida, respetivamente. O custo dos inventários inclui os custos de compra, de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condições atuais.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que o Município espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados «Perdas por imparidade em inventários» e «Reversões de perdas por imparidade em inventários». Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.



Rendimentos de Transações Com e Sem Contraprestação (NCP 13 e NCP 14)

O rendimento proveniente de prestações de serviços, vendas de bens e uso de terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. O rendimento deste tipo de transações é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação que não sejam serviços em espécie, que satisfaça a definição de ativo, deve ser reconhecido como tal quando, e somente for provável que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço possam ser mensurados com fiabilidade. O rendimento de transações sem contraprestação é mensurado pela quantia do aumento no ativo.

No que concerne às transferências e subsídios obtidos:

- As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.
- As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de «Diferimentos», sendo registados como rendimento do período, na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.
- As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica «Imputação de subsídios» e «Transferências para investimentos») numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.



Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (NCP 15)

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar uma obrigação presente. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação. Estas são reconhecidas quando, a entidade tenha à data do balanço, uma obrigação presente (legal e construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado.

Os passivos contingentes são passivos que, resultando de um acontecimento passado e cujo montante da obrigação pode ser mensurado com fiabilidade, depende da verificação, no futuro, de um acontecimento possível, mas não provável. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas

demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos não seja remota.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que, decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não está totalmente sob controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente, para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.



Acontecimentos Após a Data de Relato (NCP17)

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas.



Instrumentos Financeiros (NCP18)

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pelo Município, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: dinheiro; um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; um direito contratual: de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade e; troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para o Município.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual: para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou para troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente desfavoráveis, para o Município.

Instrumento de capital próprio, é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros são registados inicialmente, de acordo com o modelo do justo valor. A mensuração subsequente vai depender das características dos ativos e passivos financeiros e das políticas contabilísticas, podendo ser aplicados o modelo do justo valor, do custo ou do custo amortizado.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os créditos a receber são ativos financeiros, inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo

subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.



Benefícios dos Empregados (NCP19)

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios dos empregados podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

O Município reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

2.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor nas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, bem como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes tiveram por base a melhor informação disponível, assim como a experiência de eventos passados e correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que não são previsíveis à data da aprovação das contas, pelo que os resultados reais poderão diferir das estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuados foram: i) análises de imparidade de ativos financeiros; ii) estimativa de férias e subsídio de férias associados aos trabalhadores; iii) estimativa para provisões, riscos e encargos; iv) vidas úteis de ativos

fixos tangíveis; v) reconhecimento do rendimento associado a impostos; vi) estimativa de transferências correntes associadas a transferências de serviços e fundos autónomos; vii) estimativa de valores a receber referente a imputação de subsídios e transferências para investimentos.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, foram considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras, mais concretamente na Nota 17.

2.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incerteza que se demonstram mais significativas, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras, mais concretamente na Nota 17.

2.6 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Conforme definido na NCP 2, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data da alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa contabilística pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros.

Em 2021, ocorreu a alteração de contabilização dos dividendos de ativo corrente (contabilizado em 2020), para ativo não corrente, no âmbito do acordo transacional entre as Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA) e o Município de Ovar. Acresce a alteração de contabilização das transferências do Orçamento de Estado, nomeadamente FEF de capital e Transf. Artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de rendimentos de capital para transferências e subsídios de capital, refletindo-se em 2021, nas outras variações no património líquido.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

3.1 Ativos intangíveis gerados internamente e outros - vidas úteis e métodos de amortização

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2015, de 11 de setembro. Para os ativos fixos intangíveis existentes à data de relato, existem fichas de cadastro atualizadas, onde consta, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada.

b) Método de amortização usado

O método de amortização utilizado nos ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta) e, considerada a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2.

c) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período de relato

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis durante o período em análise, encontram-se representados no quadro seguinte:

Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações - 2021/2020

(euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	520 541,94	520 541,94		0,00	520 541,94	520 541,94		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 762 238,21	1 650 616,21		111 622,00	1 465 459,62	1 438 098,80		27 360,82
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	2 282 780,15	2 171 158,15	0,00	111 622,00	1 986 001,56	1 958 640,74	0,00	27 360,82

A variação negativa ocorrida em 2021, justifica-se pelas novas adições do exercício, deduzidas das amortizações do período, serem inferiores às observadas em 2020, bem como, pelo abate de fichas de cadastro referentes a ativos intangíveis obsoletos e já totalmente amortizados.

d) Gastos/reversões de amortização

Os gastos e reversões de amortização respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por naturezas, no montante de 271 314,77 euros.

e) Quantia escriturada no início e fim do período

O quadro seguinte é uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período com evidência das adições, alienações, ativos detidos para venda, as depreciações, as perdas por imparidade, entre outras.

Ativos Intangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período - 2021

(euros)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transfências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diminuições	
Ativos Intangíveis									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	111 622,00	273 888,90					-271 314,77	-86 835,31	27 360,82
Propriedade industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
Total	111 622,00	273 888,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-271 314,77	-86 835,31	27 360,82

e.1) Ativos intangíveis – adições

No exercício de 2021, ocorreram as seguintes adições de ativos intangíveis:

Ativos Intangíveis – Adições - 2021

(euros)

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
Ativos Intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		145 494,12							128 394,78	273 888,90
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	0,00	145 494,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 394,78	273 888,90

As adições dos ativos intangíveis ascenderam, em 2021, ao valor de 273 888,90 euros e referem-se às aquisições de programas de computador e sistemas de informação. Destaca-se de entre as novas 21 fichas cadastrais, entre outros, a subscrição de novas licenças *Autodesk*, a manutenção do software ERP da AIRC, a aquisição de plataforma de gestão para o associativismo desportivo, cultural e recreativo, a renovação da subscrição do licenciamento de software *Adobe Creative Cloud for Teams* e a integração da plataforma SIG com o ERP da AIRC, por serem ativos identificáveis mas que não têm substância física (de acordo com o parágrafo 15 da NCP 3), são controlados pela entidade e que se espera que dos recursos fluam benefícios económicos ou potencial de serviço.

A vida útil dos itens, foi apurada em função do período de tempo de uso das licenças. Para tal, foi verificado nos respetivos contratos, a sua validade¹³. Consequentemente, foi determinada a sua taxa de amortização, que variou entre 33,33% (3 anos de vida útil) e 100,00% (1 ano de vida útil).

e.2) Ativos intangíveis – diminuições

No exercício de 2021, ocorreram diminuições dos ativos intangíveis, que reportam a abates de fichas cadastrais referentes a software já totalmente amortizado e que já não se espera que fluam benefícios económicos ou potencial de serviço futuros. Acrescem também, movimentos de transferência interna ocorrida entre contas. O quadro seguinte demonstra as diminuições de ativos intangíveis.

¹³ Conforme exemplo da página 65 do Manual de Implementação do SNC-AP (2ª versão).

Ativos Intangíveis – Diminuições - 2021

(euros)

Rubricas	Diminuições				
	Alienação a título Oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação				-86 835,31	-86 835,31
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
Total	0,00	0,00	0,00	-86 835,31	-86 835,31

3.2 Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis totalmente amortizados

Existem ativos intangíveis totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, os quais constam da tabela seguinte. Acresce referir, no que respeita aos programas de computador e software, decorreu em 2021, um trabalho de reconciliação com o Serviço de TIC, no sentido de confirmar o abate de qualquer ativo intangível totalmente amortizado e que não se espera que gerem benefícios económicos futuros, de modo a proporcionar uma informação mais fidedigna desta rubrica do ativo.

Ativos Intangíveis Totalmente Amortizados Ainda em Uso - 2021

(euros)

Conta Financeira	Quantidade de Ativos	Valor Aquisição	Valor Atual
442 - Projetos de Desenvolvimento	10	520 541,94	0,00
443 - Programas de computador e sistemas de informação	238	1 411 924,25	0,00
Total	248	1 932 466,19	0,00

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes. Os ativos fixos tangíveis, registados em 2021 estão mensurados ao custo e ao justo valor.

Mensurados ao custo:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação com contraprestação foram registados ao custo de aquisição, líquidos das respetivas depreciações. Os custos de aquisição incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme o apropriado, somente quando é provável que os benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo puder ser mensurado com fiabilidade. Os custos de manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Mensurados ao justo valor:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação foram registados de acordo com o seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Em 2021 foram doados ao Município de Ovar, dois prédios urbanos sitos na Rua Dr. Cunha em Ovar, que foram registados no inventário e cadastro pelo seu VPT, a saber:

Prédios Registados pelo VPT - 2021

Descrição	N.º Inventário	(euros)
		VPT
Casa Térrea Destinada a Habitação - Rua Dr. Cunha (Artigo 1312-U)	4664	10 642,28
Terreno de Casa Térrea Destinada a Habitação - Rua Dr. Cunha (Artigo 1312-U)	4665	3 547,43
Casa Térrea Destinada a Habitação - Rua Dr. Cunha Ovar (Artigo 6924-U)	4662	18 970,35
Terreno de Casa Térrea Destinada a Habitação - Rua Dr. Cunha (Artigo 6924-U)	4663	6 323,45
Total		39 483,51

b) Método de depreciação utilizado

A depreciação dos ativos fixos tangíveis, inicia no momento em que o bem fica disponível para uso, sendo aplicado no seu cálculo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 - cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gasto do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

d) Quantia bruta escriturada e qualquer depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período de relato

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, durante o exercício de 2021, encontram-se representados no quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações - 2021/2020

(euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	7 501 574,77			7 501 574,77	7 002 508,15			7 002 508,15
Edifícios e outras construções	2 758 607,78	1 825 105,16		933 502,62	3 768 708,49	2 509 261,59		1 259 446,90
Infraestruturas	109 793 462,28	61 707 894,11		48 085 568,17	109 270 307,00	68 129 223,91		41 141 083,09
Património histórico, artístico e cultural	2 222 595,45	38 900,00		2 183 695,45	2 222 595,45	38 900,00		2 183 695,45
Outros								0,00
Bens de domínio público em curso	813 620,42			813 620,42	3 606 963,38			3 606 963,38
	123 089 860,70	63 571 899,27	0,00	59 517 961,43	125 871 082,47	70 677 385,50	0,00	55 193 696,97
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	17 243 777,75	6 959,42		17 236 818,33	18 045 712,47	6 959,42		18 038 753,05
Edifícios e outras construções	65 064 780,80	13 603 789,40		51 460 991,40	67 242 894,54	16 249 349,68		50 993 544,86
Equipamento básico	3 817 582,74	2 546 410,08		1 271 172,66	3 374 106,85	2 735 963,77		638 143,08
Equipamento de transporte	1 617 404,51	1 284 034,90		333 369,61	1 624 202,96	1 351 217,70		272 985,26
Equipamento administrativo	2 488 942,88	2 264 768,74		224 174,14	2 635 861,69	2 351 396,00		284 465,69
Equipamentos biológicos								
Outros	2 174 409,90	1 625 848,65		548 561,25	2 162 391,39	1 970 285,59		192 105,80
Ativos fixos tangíveis em curso	690 142,89			690 142,89	887 660,34			887 660,34
	93 097 041,47	21 331 811,19	0,00	71 765 230,28	95 972 830,24	24 665 172,16	0,00	71 307 658,08
Total	216 186 902,17	84 903 710,46	0,00	131 283 191,71	221 843 912,71	95 342 557,66	0,00	126 501 355,05

A quantia escriturada a 31.12.2021, é coincidente com o montante reportado no ativo não corrente e ascende a 126 501 355,05 euros. Este montante refere-se a: i) Bens de Domínio Público, Património Histórico, Artístico e Cultural, que na sua globalidade ascendem a 55 193 696,97 euros, com destaque para a rubrica de Infraestruturas (41 141 083,09 euros) sobre a qual incide, toda a rede viária do Concelho de Ovar; e ii) a Outros Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 71 307 658,08 euros, com especial destaque para a rubrica de Edifícios e Outras Construções, na qual se insere todos os edifícios do domínio privado da Autarquia.

e) Quantia escriturada e variações do período

O quadro seguinte é uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período de 2021, com evidência das adições, alienações, ativos detidos para venda, as depreciações, as perdas por imparidade, entre outras.

Ativos Fixos Tangíveis – Variações do Período - 2021

(euros)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	7 501 574,77								-499 066,62	7 002 508,15
Edifícios e outras construções	933 502,62	599 472,11						-273 527,83		1 259 446,90
Infraestruturas	48 085 568,17	2 059 906,15						-9 004 391,23		41 141 083,09
Património histórico, artístico e cultural	2 183 695,45									2 183 695,45
Outros										
Bens de domínio público em curso	813 620,42	4 053 538,73							-1 260 195,77	3 606 963,38
	59 521 891,28	6 712 916,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 277 919,06	0,00	55 193 696,97
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	17 236 818,33	853 037,90							-51 103,18	18 038 753,05
Edifícios e outras construções	51 460 991,40	3 375 892,13						-1 430 558,99	-2 412 779,68	50 993 544,86
Equipamento básico	1 271 172,66	86 593,20						-112 284,96	-607 337,82	638 143,08
Equipamento de transporte	333 369,61	7 995,00						-66 904,34	-1 475,01	272 985,26
Equipamento administrativo	224 174,14	224 958,83						-164 667,28		284 465,69
Equipamentos biológicos										
Outros	548 561,25	136 963,98						-134 465,79	-358 953,64	192 105,80
Ativos fixos tangíveis em curso	690 142,89	1 838 393,71							-1 640 876,26	887 660,34
	71 761 300,43	6 523 834,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 908 881,36	0,00	71 307 658,08
Total	131 283 191,71	13 236 751,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 186 800,42	0,00	126 501 355,05

Destaca-se em 2021, as transferências de ativos fixos tangíveis em curso para ativos fixos definitivos, de algumas empreitadas com receção provisória aprovada, durante o ano de 2021, com especial destaque para: “Centro Cívico de Arada”, “Requalificação e Ampliação da Escola do Furadouro”, “Reabilitação do Bairro do SAAL – Cortegaça”, “Requalificações Diversas em Arruamentos – Esmoriz”, “Repavimentação de Várias Ruas em S. Vicente Pereira Jusã”, “Requalificação Eixo Viário - Ruas Manuel Arala/Elias Garcia em Ovar”, “EB1 da Habitovar - Obras de Conservação”, “Repavimentação de Arruamentos na Zona Envolvente ao Núcleo Escolar Norte – Ovar” e “Requalificações Diversas em Arruamentos-Esmoriz/Cortegaça”.

É também de especial relevância, as transferências de reclassificação de investimentos para gastos do exercício, e consequentemente reflexo na demonstração de resultados, de empreitadas realizadas em propriedade alheia, nomeadamente: “Reabilitação da Escola Secundária Júlio Dinis – Ovar”, “Substituição das Coberturas da EB 2/3 de Maceda”, “Centro Trail Running e BTT Cortegaça – Orçamento Participativo” e “Centro Escutista do Buçaquinho – Cortegaça”.

e.1) Ativos fixos tangíveis – adições

No exercício de 2021, ocorreram as seguintes adições de ativos fixos tangíveis:

Ativos Fixos Tangíveis – Aumentos – 2021

(euros)

Rubricas	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais											599 472,11	599 472,11
Edifícios e outras construções											1 804 903,22	2 059 906,15
Infraestruturas		255 002,93										
Património histórico, artístico e cultural												
Outros												
Bens de domínio público em curso											4 053 538,73	4 053 538,73
	0,00	255 002,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 457 914,06	6 712 916,99
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Património histórico, artístico e cultural												
Ativos fixos em concessão em curso												
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais						9 870,88					843 167,02	853 037,90
Edifícios e outras construções						29 612,63					3 346 279,50	3 375 892,13
Equipamento básico		80 074,20									6 519,00	86 593,20
Equipamento de transporte		7 995,00										7 995,00
Equipamento administrativo		180 246,36									44 712,47	224 958,83
Equipamentos biológicos												
Outros		136 963,98										136 963,98
Ativos fixos tangíveis em curso											1 838 393,71	1 838 393,71
	0,00	405 279,54	0,00	0,00	0,00	39 483,51	0,00	0,00	0,00	0,00	6 079 071,70	6 523 834,75
Total	0,00	660 282,47	0,00	0,00	0,00	39 483,51	0,00	0,00	0,00	0,00	12 536 985,76	13 236 751,74

A coluna das compras regista os valores das faturas referentes a aquisição de bens, no decurso de 2021. Destaca-se a aquisição de ramais de energia elétrica nas Infraestruturas, a aquisição de eletrobomba, barreiras de atletismo, balança de pesagem, expositores em madeira, entre outros. Na rubrica de Equipamento Básico, o barco mercantel instalado na rotunda do Carregal, fotocopiadoras, impressoras, computadores entre outros. Na rubrica de Equipamento Administrativo, a aquisição de tenda para cobertura do Mercado Municipal, armários urbanos, contentores, mesas e cadeiras escolares, entre outros.

A coluna de doações respeita aos prédios doados em 2021, ao Município de Ovar, nomeadamente dois prédios urbanos sitos na Rua Dr. Cunha em Ovar: um prédio urbano composto de casa térrea destinada a habitação, com logradouro, inscrito na matriz sob o artigo 6924 com o valor patrimonial de 25 293,80 euros; e um prédio urbano composto de casa térrea destinada a habitação, inscrito na matriz sob o artigo 1312, com o valor patrimonial de 14 189,71 euros.

A coluna designada “Outras” contém os valores reportados à passagem de ativos fixos tangíveis em curso, para ativos fixos definitivos (conforme já relatado anteriormente) e alterações de conta financeira, após trabalho de verificação da coerência da conta financeira atribuída aos ativos.

e.2) Ativos fixos tangíveis – diminuições

No exercício de 2021, ocorreram as seguintes diminuições de ativos fixos tangíveis:

Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições - 2021

Rubricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(euros)						
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais					-499 066,62	-499 066,62
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso					-1 260 195,77	-1 260 195,77
	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 759 262,39	-1 759 262,39
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-51 103,18					-51 103,18
Edifícios e outras construções					-2 412 779,68	-2 412 779,68
Equipamento básico					-607 337,82	-607 337,82
Equipamento de transporte					-1 475,01	-1 475,01
Equipamento administrativo						0,00
Equipamentos biológicos						
Outros					-358 953,64	-358 953,64
Ativos fixos tangíveis em curso					-1 640 876,26	-1 640 876,26
	-51 103,18	0,00	0,00	0,00	-5 021 422,41	-5 072 525,59
Total	-51 103,18	0,00	0,00	0,00	-6 780 684,80	-6 831 787,98

Ao nível das diminuições destaca-se o abate de três ativos, devido à sua alienação a título oneroso que totalizam 51 103,18 euros, nomeadamente, os lotes n.ºs 15 e 19 do Loteamento Municipal do Barreiro, com uma quantia escriturada no inventário e cadastro de 21 519,59 euros cada, no âmbito do Regulamento de Alienação de Lotes no Loteamento Municipal do Barreiro – S. João de Ovar, aprovado em 17.05.2011 e 28.06.2001 em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal de Ovar, respetivamente; e a casa pré-fabricada n.º 26, sita na Rua Moços do Chicote no Furadouro, com uma quantia escriturada no inventário e cadastro de 8 064,00 euros.

As outras diminuições que totalizam 6 780 684,80 euros referem-se a alterações de conta financeira, após trabalho de verificação da coerência da conta financeira atribuída aos ativos; à reclassificação

de faturas lançadas em investimentos, para gastos do exercício por se concluir não retirar ganhos e benefícios económicos futuros; e aos abates do exercício decorrentes da atividade normal do Município no que concerne à verificação de material, tais como, computadores, telefones, armários, cadeiras, secretárias, brinquedos, materiais de cozinha (copos, talheres, etc.), cestos de papéis, entre outros. Ainda em 2021, se procedeu ao abate de sinalética vertical e horizontal ao inventário e cadastro, por se considerar que pela instabilidade destes ativos nos locais (roubo, extravio, vandalismo, degradação etc.), pelo seu valor inferior a 100,00 euros¹⁴, e pelo facto de na sua grande maioria já estarem totalmente depreciados, não se justificar o seu registo no ativo Municipal.

Considera-se ainda relevante divulgar as cedências a título gratuito de ativos fixos tangíveis, deliberadas pelo Órgão Executivo em 2021, nomeadamente, equipamentos informáticos, a diversas associações do Concelho de Ovar, no âmbito do artigo 18.º, do Regulamento do Inventário e Cadastro do Património Móvel e Imóvel do Município de Ovar e da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

5.2 Depreciações reconhecidas nos resultados

As depreciações respeitantes a ativos fixos tangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por naturezas¹⁵, no montante de 11 186 800,42 euros.

¹⁴ Conforme diretriz da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, "(...) no caso de a vida útil ser inferior a um ano ou, mesmo que superior, tenha um valor individual inferior a € 100, devem ser registados na conta 623 Materiais de consumo. (...)" (página 2184)

¹⁵ Na Demonstração de Resultados reflete-se na linha "Gastos/reversões de depreciação e amortização", que inclui a soma das depreciações dos ativos fixos tangíveis, dos ativos intangíveis e propriedades de investimento.

5.3 Outras divulgações de ativos fixos tangíveis

a) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados

Existem ativos fixos tangíveis totalmente depreciados, mas que ainda se encontram em uso, dos quais podemos destacar, as rodoviárias (ruas e travessas), equipamento informático e de telecomunicações, equipamento de decoração e conforto, de utilização comum, entre outros.

A tabela seguinte demonstra os ativos totalmente depreciados à data de 31.12.2021.

Ativos Fixos Tangíveis Totalmente Depreciados Ainda em Uso – 2021

Conta Financeira	Quantidade de Ativos	(euros)	
		Valor Aquisição	Valor Atual
43026 - Cemitérios	1	143 700,00	0,00
43029 - Outros	1	90 841,02	0,00
43031 - Rodoviárias	101	3 553 002,01	0,00
43036 - Sistemas de abastecimento de água	1	687 317,81	0,00
43039 - Outras infraestruturas	18	108 564,10	0,00
43042 - Obras de arte, coleções e antiguidades	2	38 900,00	0,00
4321 - Habitações e edificações para serviços	5	93 640,59	0,00
4323 - Edifícios e construções com finalidade sociocultural	1	6 614,79	0,00
4329 - Outros	1	6 912,08	0,00
4331 - Equipamento Informático e de Telecomunicações	116	70 098,57	0,00
4332 - Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	57	32 378,16	0,00
4333 - Equipamento e material específico dos serviços de saúde	225	26 022,40	0,00
4334 - Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	3231	668 317,64	0,00
4335 - Equipamento e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	2182	753 279,72	0,00
4336 - Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	188	57 992,18	0,00
4337 - Equipamento e material de apoio à produção	154	577 101,15	0,00
4338 - Equipamento militar, de segurança e defesa	818	225 988,79	0,00
4342 - Transportes rodoviários	46	836 512,73	0,00
4343 - Transportes marítimos e fluviais	9	412,16	0,00
4349 - Outros equipamentos de transporte	138	58 143,90	0,00
4351 - Equipamento Informático e de Telecomunicações	1997	1 251 129,89	0,00
4352 - Equipamento de escritório e de reprografia	104	106 442,42	0,00
4353 - Mobiliário de escritório e de arquivo	7296	722 625,72	0,00
4371 - Equipamento de oficina de reparações	145	238 938,83	0,00
4372 - Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	7301	1 138 595,10	0,00
4373 - Equipamento individual para fins especiais	9	21 266,80	0,00
4374 - Equipamento para acondicionamento de embalagem	130	45 009,21	0,00
4379 - Outros	647	254 681,37	0,00
Total	24924	11 814 429,14	0,00

b) Ativos fixos tangíveis em curso

Apresenta-se seguidamente, os principais ativos fixos tangíveis em curso à data de 31.12.2021, cujo valor contabilístico é superior a 100 000,00 euros. Ressalva-se que alguns bens já existiam e que foram ou estão a ser objeto de melhoramentos, reconstruções ou conservação substancial.

Ativos Fixos Tangíveis em Curso de Valor Superior a 100 000€ - 31.12.2021

Designação Empreitada	(euros)	
	Valor em	Imobilizado
	em Curso a	31.12.2021
Requalificação da Envolvente à Estação e Jardim Almeida Garret - Ovar	952 163,53	
Requalif. Largos 1º Dezembro/Stª.Camarão/Combatentes/Lig.Visconde - Ovar	760 875,38	
Requalificação Arruamentos Envolventes ao CH Alto Saboga - Ovar	428 273,95	
Execução Medidas Eficiência Energética 50 Fogos CH Furadouro - Ovar	412 763,97	
Repavimentação de Várias Ruas em Ovar	243 624,20	
Requalificações Diversas em Arruamentos (Fase 3) - Esmoriz	155 437,69	
Demolição e Reconstrução Pontões Pintim e Columbófila - Válega	139 617,84	
Requalificações Diversas em Arruamentos - Cortegaça	128 088,17	
Requalificação do Cemitério Velho de Cortegaça	126 386,66	
Requalificações Diversas em Arruamentos - Válega	107 780,71	
Pavimentação Rua Padre Manuel Silva Pereira - S. Vicente Pereira Jusã	105 097,93	
Requalificação da Fonte do Estanislau - Arada	100 066,40	

c) Ativos fixos tangíveis não valorizados

Existem ativos fixos tangíveis não valorizados no inventário e cadastro do Município de Ovar. Estes ativos referem-se, na sua maioria, a obras de arte (pinturas, serigrafias, esculturas, entre outros) para as quais ainda não foi possível aventar com certeza e fiabilidade o seu valor.

Nota 7 – Custo de Empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para uso seja substancial.

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pela Câmara Municipal de Ovar.

Empréstimos Obtidos

Entidade	Data do contrato	Data do visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de Dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Médio e Longo Prazo																
<i>Caixa Geral de Depósitos, S.A.</i>																
9015/005181/591	21/12/2006	25/01/2007	20	1 200 000,00	1 200 000,00	4,32%	0,00%	784 579,56	90 985,73	875 565,29	69 236,74	0,00	69 236,74	0,00	415 420,44	346 183,70
0573/000512/091	14/09/1998	02/09/1998	25	266 644,84	266 644,84	4,05%	0,00%	203 576,39	40 591,90	244 168,29	11 466,99	0,00	11 466,99	0,00	63 068,45	51 601,46
9015/005182/391	21/12/2006	25/01/2007	20	126 000,00	73 500,00	4,23%	0,00%	46 632,56	4 751,14	51 383,70	4 133,46	0,00	4 133,46	0,00	26 867,44	22 733,98
0573/000507/491	14/09/1998	02/09/1998	25	264 881,36	264 881,36	4,05%	0,00%	202 230,03	40 746,33	242 976,36	11 391,15	0,00	11 391,15	0,00	62 651,33	51 260,18
9015/005183/191	21/12/2006	25/01/2007	20	396 449,00	396 449,00	4,23%	0,00%	251 529,56	23 382,39	274 911,95	22 295,30	0,00	22 295,30	0,00	144 919,44	122 624,14
<i>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL</i>																
56069148381	27/09/2019	09/03/2020	10	1 700 000,00	1 700 000,00	0,49%	0,49%	0,00	4 211,28	0,00	92 491,69	8 342,80	100 834,49	0,00	1 700 000,00	1 607 508,31
Total				3 953 975,20	3 901 475,20			1 488 548,10	204 668,77	1 689 005,59	211 015,33	8 342,80	219 358,13	0,00	2 412 927,10	2 201 911,77

Comparativamente a 2020, verifica-se um decréscimo nestes passivos, de 8,75%. Este decréscimo ocorre por força dos pagamentos realizados no ano 2021 (amortizações) e pela ausência de mais contratações.

Empréstimos Obtidos - 2021/2020

Médio e Longo Prazo	Finalidade	2021	2020	Variação 2021/2020	
				Valor	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.					
9015/005181/591	Financiamento para infraestruturas urbanas.	346 183,70	415 420,44	-69 236,74	-16,67
0573/000512/091	Construção de 14 fogos de habitação social - Cortegaça	51 601,46	63 068,45	-11 466,99	-18,18
9015/005182/391	Aquisição e reabilitação de 6 fogos de habitação social - Sargaçal - Válega	22 733,98	26 867,44	-4 133,46	-15,38
0573/000507/491	Construção 14 fogos de habitação social - Furadouro	51 260,18	62 651,33	-11 391,15	-18,18
9015/005183/191	Construção de 20 fogos para habitação social - Matadouro - Ovar	122 624,14	144 919,44	-22 295,30	-15,38
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL					
56069148381	Aquisição de dois imóveis sitos na Rua do Seixal (Luzes) e Avenida D. Maria II (Casal) - Ovar	1 607 508,31	1 700 000,00	-92 491,69	-5,44
Total		2 201 911,77	2 412 927,10	-211 015,33	-8,75

Nota 8 – Propriedades de Investimento

8.1. Propriedades de Investimento

Considerando que uma propriedade de investimento é detida para obtenção de rendas ou para valorização de capital, ou para ambas, tal propriedade gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos. Isto distingue a propriedade de investimento de outros terrenos ou edifícios controlados por entidades do setor público, incluindo a propriedade ocupada pelo titular.

Uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:

- (a) For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento; e
- (b) O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

À data de 31.12.2021 e com base nos pressupostos enunciados, estão classificados os seguintes ativos como propriedade de investimento:

Ativos Classificados como Propriedades de Investimento

Designação	N.º Inventário
Edifício - Escola Profissional de Cortegaça	1491
Loja 1 - Largo Família Soares Pinto "Casa Reis"	2639
Edifício - Avenida Infante D.Henrique - Furadouro - "Bamboo"	2269
Ecocentro	4588

8.2. Modelo do Custo

a) Base de mensuração

As propriedades de investimento, reconhecidas no exercício de 2021, estão mensuradas pelo seu custo, e são depreciadas pelo método da linha reta (ou quotas constantes).

b) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Variações do Período - 2021

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
Propriedades de Investimento												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções	1 319 642,02			-64 026,46					-13 521,87	1 242 093,69		23 271,40
Outras Propriedades de Investimento												
Propriedades de Investimento em curso												
Total	1 319 642,02	0,00	0,00	-64 026,46	0,00	0,00	0,00	-13 521,87	1 242 093,69	0,00	23 271,40	0,00

Para as propriedades de investimento, registam-se as depreciações do exercício em 2021, sendo que a quantia escriturada inicial abatida das depreciações e diminuições resulta na quantia escritura final, de 1 242 093,69 euros.

b.1) Propriedades de investimento – diminuições

No exercício de 2021, ocorreram as seguintes diminuições:

Propriedades de Investimento – Diminuições - 2021

Rubricas	Diminuições (modelo do custo)				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções				-13 521,87	-13 521,87
Outras Propriedades de Investimento					
Propriedades de Investimento em curso					
Total	0,00	0,00	0,00	-13 521,87	-13 521,87

As diminuições respeitam, unicamente, a transferência de ativos, entre contas financeiras.

c) Quantias reconhecidas nos resultados

As depreciações respeitantes a propriedades de investimento encontram-se refletidas na demonstração de resultados por naturezas, pelo montante de 64 026,46 euros, bem como, os rendimentos provenientes da renda das instalações Escola profissional de Cortegaça (que não ficou abrangido pelo Regulamento Municipal de Incentivos Socioeconómicos no contexto da pandemia da doença COVID-19), e da renda referente ao mês de janeiro de 2022 e a 3.ª anuidade referente ao contrato de arrendamento do edifício sito na Avenida Infante D. Henrique - Furadouro - "Bar Bamboo".

Nota 10 – Inventários

10.1 Política contabilística e método de custeio

O custo de cada bem é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

10.2 Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2021, os inventários encontravam-se registados pelas seguintes quantias:

Inventários - 2021

(euros)

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	101 258,88		101 258,88
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	101 258,88	0,00	101 258,88

10.3 Inventários (movimentos do período)

Durante o exercício de 2021, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Inventários - Movimentos do Período

(euros)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Movimentos no período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	98 012,09	102 212,99	-98 966,20						101 258,88
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	98 012,09	102 212,99	-98 966,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101 258,88

Encontram-se registadas, em 2021, as existências adquiridas para uso interno (materiais consumíveis) a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços da Autarquia. A variação positiva entre a quantia escriturada inicial e final, deve-se essencialmente a um aumento de quantidades de existências, quer em economato, quer em armazém.

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

13.1 Políticas e métodos adotados

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido no momento em que for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade, nomeadamente:

- a) Prestação de serviços – o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço.
- b) Venda de bens – o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas: se tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; se não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos; se a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade; se for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município; se os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.
- c) Juros – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.
- d) Dividendos ou distribuições similares – o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

13.2 Rendimento por tipo de transação

Durante o exercício de 2021, o Município registou os seguintes rendimentos por categoria de transação:

Rendimentos de Transações com Contraprestação – 2021

(euros)

Tipo de transação com contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido (2)
Vendas	
Produtos acabados e intermédios	26 136,31
Prestação de serviços	
Serviços específicos das autarquias locais	1 725 532,27
Vistorias e ensaios	1 102,85
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	362 580,90
Arrendamento	1 858,12
Outros rendimentos	
Rendimentos suplementares	1 330,48
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	83 166,94
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 148 078,08
Correções relativas a períodos anteriores	614 775,31
Outros não especificados	735 823,74
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	405,93
Total	4 700 790,93

Os serviços específicos das Autarquias Locais (prestação de serviços) e os rendimentos em investimentos não financeiros (outros rendimentos), são os rendimentos que mais contribuem para as transações com contraprestação. Os montantes destas componentes, bem como os restantes refletidos na tabela anterior, já se encontram explicados no capítulo dedicado à análise da Demonstração de Resultados, mais concretamente ao nível de rendimentos.

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação**14.1 Divulgação de rendimentos sem contraprestação**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

No quadro infra apresentamos o detalhe dos rendimentos sem contraprestação.

Rendimentos de Transações sem Contraprestação – 2021

(euros)

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantia por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos Diretos					
Imposto Municipal sobre imóveis	8 082 858,56		67 462,47	66 555,25	
Imposto único de circulação	1 424 588,96		119 290,32	108 561,75	
Impostos Indiretos					
Impostos Indiretos específicos das autarquias locais					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	3 115 170,98		131 758,38	336 931,40	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	1 113 771,20		12 898,80	71 523,21	
Multas e outras penalidades	101 375,06		1 854,76	6 443,64	
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	8 429 216,36				
Serviços e fundos Autónomos	711 383,57		63 422,40	146 898,11	
Reversões					
De perdas por imparidade	62 078,06				
De provisões	1 000,00				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 575 532,96				
Total	24 616 975,71		396 687,13	736 913,36	

As principais transações sem contraprestação reconhecidas como rendimento pelo Município estão relacionadas com: i) os impostos diretos, nomeadamente o IMI e o IUC; ii) os impostos indiretos, nomeadamente o IMT; iii) os rendimentos recebidos através do Orçamento de Estado,

nomeadamente, o FEF, o FSM, a Participação no IRS e a Participação do IVA; e iv) as transferências relativas a projetos de empreitadas cofinanciados. As quantias por receber de IMI, IUC e IMT, referem-se aos montantes liquidados em dezembro de 2021, a serem cobrados em janeiro de 2022.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**15.1 Provisões**

De acordo com o estipulado na NCP 1 do SNC-AP (§15 do Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras) apresenta-se de seguida, a decomposição do saldo das provisões, que correspondem a processos judiciais em curso.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Provisões – 2021

Provisão	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia escriturada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	271 463,24	1 000,00			1 000,00		1 000,00		1 000,00	271 463,24
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	271 463,24	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00	271 463,24

Em 2021, foi constituído o reforço de provisão referente ao processo n.º 594/21.7BEAVR (ver nota 9 do ponto seguinte), no montante de 1 000,00 euros. Por contrapartida, foi realizada a reversão de imparidade, pelo mesmo montante, referente ao processo n.º 27/18.6BEAVR. Este processo, referia-se a um pedido de indemnização por danos patrimoniais, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. A ação foi intentada contra o Município de Ovar e outros. O Município de Ovar contestou e solicitou a intervenção acessória da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. A intervenção acessória foi aceite, com desfecho da ação judicial em 2021.

15.2 Divulgações das Provisões

O detalhe do mapa anterior, é apresentado no quadro seguinte, com as respetivas divulgações, conforme parágrafo 15.2 do Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras.

Divulgações de Provisões – 2021

(euros)

Divulgações - NCP 1	Número do Processo	Ação	Custo do Município
Ver Nota 1	779/18.3BEAVR	Ação Administrativa	1 000,00
Ver Nota 2	1030/18.1BEAVR	Ação Administrativa	7 872,57
Ver Nota 3	666/18.5BEAVR	Ação Administrativa	1 000,00
Ver Nota 4	325/19.1BEAVR	Ação Administrativa	1 030,28
Ver Nota 5	509/19.2BEAVR	Ação Administrativa	579,64
Ver Nota 6	457/20.3BEAVR	Ação Administrativa	100 000,00
Ver Nota 7	580/20.4BEAVR	Ação Administrativa	7 500,00
Ver Nota 8	52644/20.8YIPRT 617/20.7BEAVR	Injunção Ação Administrativa	151 480,75
Ver Nota 9	594/21.7BEAVR	Ação Administrativa	1 000,00
Total			271 463,24

Nota 1 [779/18.3BEAVR]

Pedido de indemnização por danos patrimoniais, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. A ação é intentada contra o Município de Ovar e outros. O Município de Ovar contestou e solicitou a intervenção acessória da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. A intervenção acessória foi aceite. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento poderá ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 2 [1030/18.1BEAVR]

Pedido de indemnização por danos patrimoniais e morais, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. A ação é intentada contra o

Município de Ovar e outros. O Município de Ovar contestou e solicitou a intervenção acessória da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. A intervenção acessória foi aceite. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento poderá ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 3 [666/18.5BEAVR]

Pedido de indemnização por danos patrimoniais no veículo e não patrimoniais, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. A ação é intentada contra o Município de Ovar e outros. O Município de Ovar contestou e solicitou a intervenção acessória da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. A intervenção acessória foi aceite. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento poderá ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 4 [325/19.1BEAVR]

Pedido de indemnização por danos patrimoniais, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. A ação é intentada contra o Município de Ovar e outros. O Município de Ovar contestou e solicitou a intervenção acessória da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. A intervenção acessória foi aceite. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento poderá ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 5 [509/19.2BEAVR]

Pedido de indemnização por danos patrimoniais, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. Foi solicitada a intervenção acessória principal do Município de Ovar, que foi aceite. O Município de Ovar contestou. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento poderá ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 6 [457/20.3BEAVR]

Pedido de indemnização por expropriação por sacrifício decorrente da aprovação do POOC Ovar - Marinha Grande e da conformação do PDM de Ovar e este instrumento de gestão territorial, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. A ação é intentada contra o Município de Ovar e outros. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento poderá ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 7 [457/20.3BEAVR]

Pedido de declaração de invalidade de despacho que determinou a demolição de obras. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 8 [52644/20.8YIPRT; 617/20.7BEAVR]

Pedido de injunção destinado ao pagamento de um conjunto de faturas. O Município de Ovar deduziu oposição, tendo o processo sido remetido ao TAF do Porto. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento poderá ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

Nota 9 [594/21.7BEAVR]

Pedido de indemnização por danos patrimoniais no veículo e não patrimoniais, com fundamento em responsabilidade civil extracontratual do Município de Ovar, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. A ação é intentada contra o Município de Ovar e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. O Município de Ovar e a Companhia de Seguros contestaram. A autora apresentou réplica. Não é possível aventar se existirão encargos financeiros para o Município de Ovar e, a ocorrer, a data em que o eventual pagamento pode ter de ser efetuado, encontrando-se a ação judicial em curso.

15.3 Passivos Contingentes

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município. Assim, e conforme o estipulado no paragrafo 15, da NCP1, do SNC-AP, divulga-se os passivos contingentes após verificação de que, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

Passivos Contingentes - 2021

(euros)

Natureza Passivos Contingentes	Estimativa efeito financeiro	Divulgações NCP 1
Processos Judiciais em Curso - Como Réu		
128/16.5BEPRT	22 280,78	Ação administrativa destinada ao ressarcimento por danos sofridos. O Município de Ovar é interveniente. Aguarda sentença.
1642/20.3T8OVR	250 000,00	Recurso de decisão proferida em 1ª instância que revogou a decisão administrativa de aplicação de coima em processo de contraordenação. Aguarda decisão do Tribunal da Relação.
764/04.2BEVIS	87 408,90	Ação administrativa destinada à condenação do Município no pagamento de indemnização decorrente de declaração de nulidade de ato de licenciamento. A instância está suspensa, com vista a transação.
600/05.2BEVIS	15 000,00	Ação administrativa especial de anulação de ato administrativo, em matéria de licenciamento. A ação foi julgada improcedente. Não há encargos para o Município de Ovar.
464/17.3BEAVR	1 316,67	Ação administrativa destinada à anulação do ato administrativo que considerou extinto o direito de superfície concedido à Associação Desportiva Ovensense. Foi proferida sentença a julgar a ação improcedente.
238/20.4BEAVR	16 000,00	Ação administrativa destinada à anulação de ato administrativo. Foi proferida sentença a julgar a ação improcedente.
62/17.1BEAVR	18 099,68	Ação administrativa destinada à condenação subsidiária do Município no pagamento da quantia de € 18.099,68, por danos sofridos em acidente de viação. A ação foi também intentada contra a Infraestruturas de Portugal, IP e a AdRA - Águas da Região de Aveiro, SA. Aguarda sentença.
690/21.0BEAVR	139 427,09	Ação administrativa destinada à condenação do Município no reconhecimento de existência de contrato de trabalho em funções públicas e condenação no pagamento do valor da ação. Após envio para o TAF o processo aguarda o despacho saneador.
27/18.6BEAVR	1 179,55	Ação administrativa destinada ao ressarcimento por danos sofridos, por acidente de viação. Realizou-se audiência de julgamento, com transação. Não há encargos para o Município de Ovar.
2109/21.8BEPRT	61 320,75	Ação de contencioso pre-contratual e de anulação de ato de aprovação do relatório final do Júri, em procedimento de concurso público. Foi proferida sentença favorável à posição do Município de Ovar, não havendo encargos a pagar.
Total	612 033,42	

15.4 Ativos Contingentes

Os ativos contingentes surgem de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para o Município. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. São exemplos de ativos contingentes, as reclamações que o Município está a fazer através de processo judicial, com desfecho incerto, conforme ilustra o quadro seguinte.

Ativos Contingentes - 2021

(euros)

Natureza Ativos Contingentes	Estimativa efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo	Divulgações NCP 1
Processos Judiciais em Curso - Como Autor			
848/14.9BEAVR	90 445,55	Provável influxo.	Ação administrativa destinada a considerar ilegais os atos de autoliquidação referentes aos anos de 2008 e 2009, no valor da ação (IVA suportado em excesso). Sentença proferida em 1ª e 2ª instância favoráveis ao Município. Aguarda execução voluntária da sentença.
1017/18.4BEAVR	7 500,00	Provável influxo.	Ação administrativa destinada à consideração dos réus no pagamento solidário do valor de € 7.500.00 + juros. Aguarda citação dos réus por conta de carta rogatória.
Total	97 945,55		

Os ativos contingentes são continuamente avaliados para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

É ainda de referir que, na sequência da auditoria efetuada pela Inspeção Geral das Finanças (IGF) na área do Urbanismo, ao Município de Ovar, no período relativo ao triénio 2014-2016, foram detetadas irregularidades na emissão de faturas/notas de crédito no Serviço de Atendimento da Câmara Municipal de Ovar, que deram origem a Processo de Inquérito (PD-DAJF/I/SB/2017) e posterior Processo Disciplinar (PD-DAJF/I/SB/2018) instaurado a trabalhadora municipal. A decisão deste Processo foi proferida pelo Órgão Executivo em reunião ordinária de 09.08.2019 e traduziu-se na aplicação de sanção disciplinar de despedimento e obrigação de reposição nos cofres municipais da quantia de 67 239,87 euros, bem como, na participação dos factos ao Ministério Público. A

trabalhadora interpôs uma providência cautelar de suspensão da decisão administrativa, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, que foi contestada pelo Município de Ovar. A sentença foi proferida em 21.11.2019, tendo sido indeferida a providência cautelar, com trânsito em julgado em 13.12.2019. A trabalhadora intentou a Ação Administrativa, na qual o Município apresentou contestação. Esta ação ainda não foi decidida.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas, podem-se enumerar alguns acontecimentos, tanto favoráveis como desfavoráveis, que ocorreram e que podem dar lugar a impactos económico-financeiros.



Transferência de Competências nas Áreas da Educação e da Saúde

A transferência de competências para os Órgãos dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no domínio da educação opera *ope legis* a 31 de março de 2022, i.e., sem dependência de qualquer formalidade adicional, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. O Município de Ovar tem desenvolvido trabalhos, para a transferência das competências na área da educação, onde se inserem os Agrupamentos de Escolas de Ovar, Ovar Norte e Ovar Sul.

A transferência das competências para os Órgãos Municipais no domínio da saúde é formalizada através de auto de transferência a assinar pelo Ministério da Saúde, as Administrações Regionais de Saúde e os Municípios, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro. Não obstante o n.º 2, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, indicar que as competências no domínio da saúde consideram-se transferidas até 31 de março de 2022, a assinatura do auto de transferência é condição suspensiva da transferência, pelo que o exercício da competência, pelos Municípios, apenas se pode concretizar a partir da data da assinatura do auto de transferência, nos termos nele previstos, o que não ocorreu até à presente data.



Guerra entre a Ucrânia e a Rússia

De acordo com as declarações prestadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a 4 de março de 2022, prevê-se que a guerra em curso, entre a Ucrânia e a Rússia e as sanções associadas vão ter um impacto severo na economia global. Na avaliação do Fundo Monetário Internacional, a situação

continua a ser de “extraordinária incerteza”, mas reconhece que as consequências económicas “já são muito sérias”. A instituição refere o aumento do preço de *commodities* como o trigo e outros cereais, assim como a subida dos preços da energia, o que aumenta ainda mais as pressões inflacionistas que já existiam por causa da retoma pós-pandemia COVID-19 e as disrupções nas cadeias mundiais de abastecimento. O Fundo relata que “em muitos países” esta crise está a criar um “choque adverso” tanto na taxa de inflação como na atividade económica, principalmente nos países com maior relação comercial com a Rússia ou a Ucrânia.

As repercussões económicas deste conflito, terão forçosamente impactos na economia mundial, nacional e conseqüentemente, nos Municípios.

Em 2022, o Município de Ovar preparou e aprovou uma alteração orçamental modificativa, para incluir um projeto destinado a apoiar a Ucrânia.



Passivos Contingentes Divulgados em 2021

Em 2022 foram proferidas sentenças relativas aos processos judiciais números, 600/05.2BEVIS, 464/17.3BEAVR, 238/20.4BEAVR, 27/18.6BEAVR e 2109/21.8BEPRT, devidamente relatados como Passivos Financeiros (no exercício de 2021). Para os mesmos não se verificou qualquer exfluxo.



Ativos Contingentes Divulgados em 2021

Recentemente, em 09.03.2022, o Município de Ovar foi notificado da dedução de acusação no Processo crime, por despacho de 25.02.2022, referente à participação criminal efetuada, na sequência da conclusão e decisão do Processo Disciplinar PD-DAJF/I/SB/2018, relativo a irregularidades detetadas na emissão de faturas/notas de crédito, no Serviço de Atendimento da Câmara Municipal de Ovar.

No despacho de acusação, o Ministério Público requer, ainda, que se condene a arguida a pagar ao Estado a quantia de 67 239,87 euros, que corresponde à vantagem da atividade criminosa

desenvolvida, nos termos do artigo 110º, nº 1, alínea b) e nº 4 do Código Penal, sem prejuízo dos direitos do lesado Município de Ovar em eventual dedução de pedido de indemnização civil ou da atribuição ao lesado da referida quantia, ao artigo do artigo 130º, nº 2 do Código Penal.

Por despacho de 09.03.2022, proferido pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, em suplência do Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do despacho de designação proferido em 14.10.2021, foi determinada a constituição do Município de Ovar como assistente no processo crime e a dedução de pedido de indemnização civil. O pedido já foi apresentado junto do Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Aveiro – DIAP – 1ª Secção de Aveiro, sendo o valor peticionado a título de indemnização de 78.670,64 euros, abrangendo o valor de taxas e outras receitas que o Município de Ovar deixou de receber e que lhe eram devidas, no valor de 67.239,87 euros, e juros vencidos até data, sem prejuízo da sua atualização até efetivo e integral pagamento.



Aprovação e Apreciação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício económico findo a 31 de dezembro de 2021 serão submetidas à aprovação pelo Órgão Executivo, de acordo com o disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, na reunião da Câmara Municipal de Ovar de 20 de abril de 2022, devendo ser esta a data a considerar para efeitos de autorização para emissão das demonstrações financeiras. Caso tenha lugar a deliberação de aprovação das mesmas, serão posteriormente remetidas à apreciação do Órgão Deliberativo.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Ativos financeiros - são registados da seguinte forma:

- i) As participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos quando são mensurados ao justo valor da negociação.
- ii) As restantes participações, inicialmente pelo seu custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal.
- iii) Clientes e outras contas a receber ou a pagar, são mensurados ao custo amortizado menos as perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros - são registados inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado.

À data de relato, 31.12.2021, o Município avaliou a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Perante a existência objetiva de imparidade, foram reconhecidas as perdas por imparidade na demonstração de resultados. As perdas por imparidade anuais serão registadas nas contas 651 Perdas por imparidade — Em contas a receber, e as suas reversões (quando deixarem de existir as situações que originaram tais perdas) são registadas nas contas 7621 Reversões de perdas por imparidade — Em contas a receber.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas em epígrafe serão debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

18.2 Quantia bruta, imparidades e quantia recuperável dos ativos financeiros

A 31.12.2021, as perdas por imparidade acumuladas e reversões de imparidades, encontram-se refletidas da seguinte forma:

Imparidades – 2021

(euros)

Ativo	Quantia bruta	Perda por Imparidade acumulada	Reversões de imparidades	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	1 120 529,93	644 887,77	339 379,54	815 021,70
Outras contas a receber e a pagar	2 647 732,67	306 463,58	158 744,67	2 500 013,76
Total	3 768 262,60	951 351,35	498 124,21	3 315 035,46

As imparidades relativas à rubrica de Clientes, Contribuintes, Utentes, e Outras Contas a Receber e a Pagar, foram determinadas de acordo com os créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis vencidos em 2021, cujo risco de incobrabilidade é justificado pelo facto de os créditos já se encontrarem em mora.

A rubrica de Clientes, Contribuintes, Utentes regista perdas por imparidades e respetivas reversões, no que concerne à faturação emitida de habitações sociais (rendas), cantinas escolares (senhas de refeições escolares), atividades de apoio à família, prolongamento de horário, mercados e feiras e resíduos sólidos e taxa de gestão de resíduos.

No que concerne, em especial, à habitação social, não são calculadas as imparidades das faturas com planos de pagamento aprovados e cuja liquidação será diferida no tempo. Neste aspeto, apenas a exigibilidade é acertada entre corrente e não corrente, de forma a que o seu reflexo no Balanço seja o mais adequado. Todavia, para toda a faturação emitida e em mora a 31.12.2021, está devidamente apurada a reversão e/ou perda por imparidade, sendo que esta é uma das componentes com maior peso de dívida do Município, a par das cantinas escolares.

Nas Outras Contas a Receber e a Pagar, foram calculadas as perdas de imparidades, de créditos a receber, referentes a indemnizações a pagar ao Município quer por aplicação de sanções contratuais de empreitadas, quer por sanções aplicadas por diversos incumprimentos legais, revisões de preços negativas de empreitadas, compensação de encargos assumidos pelo Município, entre outros. Ao invés, ocorreram reversões de imparidade referentes a créditos entretanto cobrados em 2021, nomeadamente, no que concerne a aplicação de sanções pecuniárias e compensação de encargos assumidos pelo Município e revisões de preços negativas de empreitadas de obras públicas.

18.4 Quantia escriturada de outros investimentos financeiros

A 31.12.2021, as participações financeiras que não são participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos totalizam, 3 213 074,00 euros, e dividem-se conforme quadro demonstrativo seguinte:

Participações Financeiras

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações de capital - ao custo											
AdRA - Águas da Região de Aveiro	8,281%	1 449 175,00									1 449 175,00
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,142%	926 019,00									926 019,00
AdCL - Águas do Centro Litoral	1,606%	642 155,00									642 155,00
AdP - Águas Douro e Paiva	0,911%	190 375,00									190 375,00
Lusitaniagás - Companhia do Gás do Centro	0,024%	4 850,00									4 850,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ovar	0,005%	500,00									500,00
Total		3 213 074,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 213 074,00

O Município possui estas participações financeiras reconhecidas no seu ativo, uma vez que é parte constituinte das disposições contratuais do instrumento. Em 2021, não se reconheceram quaisquer aumentos e/ou diminuições.

As participações financeiras estão registadas contabilisticamente pelo seu custo. Em cada data de relato é realizada uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

A 31.12.2021, ainda se reconhecem participações financeiras em Associações de Municípios, Fundações e na Comunidade Intermunicipal, conforme ilustra o quadro seguinte.

Outras Participações Financeiras - 2021

(euros)

Denominação	Participação (%)	Quota / Valor nominal realizado
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	15,00	50 421,00
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	0,39	6 071,80
Associação Portuguesa Municípios com Centro Histórico	1,06	713,00
Fundação de Serralves	0,76	-

Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo são benefícios dos empregados que se vencem dentro de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço. Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

O quadro seguinte é elaborado de acordo com a NCP 19 e demonstra os encargos com os empregados, no exercício de 2020 e 2021.

Benefícios dos Empregados – 2021/2020

Descrição	(euros)	
	2021	2020
Remunerações	6 771 568,03	6 429 089,55
Indemnizações	7 905,05	0,00
Encargos sobre remunerações	1 556 076,76	1 454 742,76
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	84 971,12	87 492,65
Outros gastos com o pessoal	130 663,06	125 751,10
Outros encargos sociais	448 997,97	363 802,61
Total	9 000 181,99	8 460 878,67

Nota 21 – Relato Por Segmentos

As divulgações seguintes, já se encontram explicadas no Relatório de Gestão e Contas, do exercício de 2021. Para tal, neste ponto não são alongadas as interpretações aos quadros ilustrados, podendo ser consultado o capítulo 5.2. referente à análise das Demonstrações Financeiras, para informação mais detalhada.

Contas a Receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Contas a Receber – 2021/2020

	(euros)	
Descrição	2021	2020
Ativo Não Corrente		
Acionistas/sócios/associados	1 356 909,26	1 330 739,42
Clientes, contribuintes e utentes	19 018,32	24 984,08
Outras contas a receber	0,00	136 876,64
Ativo Corrente		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 174 375,77	1 532 849,66
Clientes, contribuintes e utentes	796 003,38	374 646,58
Estado e outros entes públicos	17 021,35	9 024,75
Outras contas a receber	8 252 496,13	8 180 494,48
Total	11 615 824,21	11 589 615,61

As contas a receber ascendem a 11 615 824,21 euros em 2021, sendo que os dividendos registados em acionistas, sócios e associados, as receitas a receber de transferências e subsídios não reembolsáveis e as outras contas a receber, são as componentes que mais contribuem para a sua estrutura.

Património Líquido

Os montantes do Património Líquido a 31.12.2021, apresentam a seguinte decomposição:

Património Líquido – 2021/2020

(euros)

Descrição	2021	2020
Património Líquido		
Património/Capital	47 917 912,90	47 844 362,90
Reservas	4 457 060,06	4 457 060,06
Resultados transitados	74 468 182,16	79 144 056,68
Outras variações no Património Líquido	18 274 139,62	16 119 867,92
Resultado líquido do período	-6 875 743,18	-4 675 874,52
Total	138 241 551,56	142 889 473,04

Contas a Pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. A 31.12.2021, apresentam a seguinte decomposição:

Contas a Pagar – 2021/2020

(euros)

Descrição	2021	2020
Passivo Não Corrente		
Provisões	271 463,24	271 463,24
Financiamentos obtidos	1 897 723,96	2 201 911,76
Diferimentos	7 293 907,70	7 145 542,10
Outras contas a pagar	3 453 796,03	3 359 897,65
Passivo Corrente		
Fornecedores	685 466,60	655 524,56
Estado e outros entes públicos	129 347,75	198 290,74
Financiamentos obtidos	304 187,81	211 015,34
Fornecedores de investimentos	262 923,84	224 323,72
Outras contas a pagar	2 035 762,50	1 745 920,31
Diferimentos	726 856,44	248 669,78
Total	17 061 435,87	16 262 559,20

As contas a pagar ascendem a 17 061 435,87 euros, mormente justificadas pelos diferimentos, outras contas a pagar e financiamentos obtidos.

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Em 2021 as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, ascenderam a 9 140 599,93 euros. As transferências correntes provenientes do Orçamento de Estado, constituem o maior peso relativo na estrutura destes rendimentos. As transferências correntes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, são as que mais contribuem para os serviços e fundos autónomos.

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos – 2021/2020

	(euros)	
Descrição	2021	2020
Transferências e subsídios correntes Obtidos		
Orçamento do Estado	8 429 216,36	7 896 353,00
Serviços e Fundos Autónomos		
DGESTE-Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	517 414,49	693 710,61
IEFP-Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro	83 301,50	43 694,54
DGAI-Direção Geral da Administração Interna	32 902,72	409,61
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos da Crianças e Jovens	30 923,40	30 923,40
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	0,00	28 168,13
APA - Agência Portuguesa Ambiente	20 910,85	0,00
Business as Nature	25 930,61	0,00
Total	9 140 599,93	8 693 259,29

Fornecimentos e Serviços Externos

Em 2021 e 2020, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta a composição que de seguida se demonstra.

A rubrica de serviços especializados engloba diversos gastos relacionados com estudos, pareceres e consultadoria jurídica, projetos e serviços informáticos, vigilância e segurança, conservação e manutenção dos equipamentos e infraestruturas afetas à atividade do Município.

Fornecimentos e Serviços Externos – 2021/2020

(euros)

Descrição	2021	2020
Subcontratos		
Transportes escolares	138 062,34	109 013,88
Refeições escolares	881 401,31	554 091,45
Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	1 162 499,07	1 116 494,17
Recolha e Limpeza Urbana	1 338 277,37	1 216 788,89
Iluminação pública	936 582,18	907 441,88
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	1 006 216,40	788 792,33
Publicidade, comunicação e imagem	108 654,56	101 178,21
Vigilância e segurança	289 224,92	405 015,54
Honorários	409 717,75	311 118,27
Comissões	293 412,19	295 535,93
Conservação e reparação	707 007,64	697 613,38
Outros serviços especializados	183 655,33	29 433,44
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16 143,78	9 753,84
Livros e documentação técnica	1 712,24	1 772,37
Material de escritório	27 174,09	4 007,28
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	63 199,80	51 519,01
Material de educação, cultura e recreio	94 042,87	61 831,11
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	16 271,85	427 827,38
Medicamentos e artigos para a saúde	3 424,27	4 953,05
Produtos químicos e de laboratórios	4 291,20	0,00
Outros materiais diversos de consumo	65 677,42	98 734,93
Eletricidade	319 448,91	392 441,58
Combustíveis e lubrificantes	215 799,97	156 822,17
Água	186 228,94	178 562,40
Outros energia e fluídos	0,00	332,10
Deslocações, estadas e transportes	6 707,48	57 931,07
Rendas e alugueres	359 756,70	560 254,85
Comunicação	61 266,00	51 960,41
Seguros	83 535,75	89 542,21
Royalties	15 031,50	23 552,22
Contencioso e notariado	11 175,53	9 267,60
Limpeza, higiene e conforto	276 994,93	369 024,19
Outros fornecimentos e serviços	306 589,47	259 548,68
Total	9 589 183,76	9 342 155,82

Transferências e Subsídios Concedidos

Em 2021 e 2020, a rubrica Transferências e Subsídios Concedidos apresenta a seguinte composição:

Transferências e Subsídios Concedidos – 2021/2020

	(euros)	
Descrição	2021	2020
Transferências Correntes Concedidas		
Associações de Municípios	88 895,72	41 076,26
Freguesias	1 040 250,03	1 015 000,00
Agrupamentos escolares	143 877,89	155 348,85
Instituições sem fins lucrativos	1 780 437,12	1 946 928,60
Famílias	566 784,27	528 784,11
Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras	40 988,62	15 758,01
Transferências de Capital Concedidas		
Associações de Municípios	26 594,89	443,81
Freguesias	273 814,27	279 610,33
Agrupamento escolares	43 026,06	51 538,23
Instituições sem fins lucrativos	184 129,82	71 169,19
Famílias	34 212,14	18 144,10
Total	4 223 010,83	4 123 801,49

As transferências correntes concedidas ascendem, em 2021, a 4 223 010,83 euros, com as instituições sem fins lucrativos a representar a maior porção de gastos, seguindo-se as transferências para as Freguesias e para as famílias.

Outros Rendimentos

Em 2021 e 2020, a rubrica de Outros Rendimentos apresenta a seguinte composição:

Outros Rendimentos – 2021/2020

	(euros)	
Descrição	2021	2020
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	1 330,48	1 417,79
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	83 166,94	112 954,75
Rendimentos em investimentos não financeiros		
Alienações - Ativos fixos tangíveis	12 708,82	21 463,81
Rendas em propriedades de investimento	1 135 369,26	1 139 812,11
Correções relativas a períodos anteriores	614 775,31	2 089,80
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 575 532,96	1 235 407,91
Outros não especificados - Correntes	288 138,75	301 560,30
Outros não especificados - De capital	447 684,99	2 119 239,34
Total	4 158 707,51	4 933 945,81

Os Outros Rendimentos, registam um valor global de 4 158 707,51 euros, em 2021, sendo a imputação de subsídios e transferências para investimentos, e as rendas em propriedades de investimento, as que mais contribuem para a sua estrutura.

Outros Gastos

Em 2021 e 2020, a rubrica de Outros Gastos apresenta a seguinte composição:

Outros Gastos – 2021/2020

Descrição	(euros)	
	2021	2020
Outros gastos		
Impostos e taxas	12 871,72	33 023,72
Perdas em inventários	0,00	25 075,12
Gastos em investimentos não financeiros	169 611,29	111 059,44
Outros gastos e perdas	1 520 822,78	1 125 743,89
Total	1 703 305,79	1 294 902,17

O montante gasto em 2021 é de 1 703 305,79 euros e refere-se essencialmente, ao valor despendido em outros gastos e perdas, que se refere, fundamentalmente, a correções relativas a períodos anteriores.

Outros Factos Considerados Relevantes

O SNC-AP prevê, conforme n.º 17, do ponto 6, da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, que as entidades públicas elaborem demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por naturezas e demonstração dos fluxos de caixa. Todavia, de acordo com o artigo 132.º, do Orçamento de Estado para 2021, deixa de ser obrigatória a sua elaboração, nos anos de 2021 e 2022, tal como reitera o artigo 96.º, da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2022, para os anos de 2022 e 2023, pelo que, no presente documento, não são apresentadas.

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Ovar (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 155.302.987 euros e um total de património líquido 138.241.552 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.875.743 euros, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Ovar em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 41.475.512 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 30.724.293 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 20 de abril de 2022



Leal & Associado
SROC, Lda

representada por

**JOSÉ LUÍS
DE SOUSA
LEAL**

Assinado de forma
digital por JOSÉ
LUÍS DE SOUSA
LEAL

Dados: 2022.04.20
16:40:06 +01'00'

José Luís de Sousa Leal

ROC 616